

AD *revista* unesp

Outubro/2026

Associação dos Docentes da UNESP - Seção Sindical do Andes - SN



50 anos de história, lutas e conquistas





Associação dos Docentes da Unesp Seção Sindical do Andes - Sindicato Nacional

Praça da Sé, 108, 2º andar, Sala 201, São Paulo, SP. CEP: 01.001-900

Fone: (11) 3242-0125

WhatsApp: (11) 97078-7912

<http://www.adunesp.org.br>

E-mail: adunesp@adunesp.org.br



@adunespcentral



@adunespsecaosindical

Gestão 2025/2027

Presidente: Antônio Luís de Andrade - Tato (FCT/Presidente Prudente)

Vice-Presidente: Angélica Lovatto (FFC/Marília)

Secretário-Geral: João da Costa Chaves Júnior (FCL/Assis)

Vice-Secretário: Rafael Henrique Teixeira da Silva (FCTE/Ourinhos)

Tesoureiro-Geral: Milton Vieira do Prado Júnior (FC/Bauru)

Vice-Tesoureiro: Sebastião Neto Ribeiro Guedes (FCL/Araraquara)

Edição e diagramação: Bahiji Haje (MTb 19.458)

Textos: Bahiji Haje e Lúcia Rodrigues

Secretaria e distribuição: Raquel Alves

Agradecimentos

. A todos e a todas que concederam informações, depoimentos, entrevistas e imagens para que a edição se concretizasse.

. Aos articulistas.

. Aos dirigentes e funcionários das subseções e representações de base da Adunesp.

. Às entidades do Fórum das Seis, em especial ao Sintunesp, pelo apoio com a cessão de imagens e suporte logístico em vários momentos.

. Ao professor César Minto, da Adusp, em especial, por sua preciosa contribuição no levantamento de informações.

Apresentação

Da universidade que temos à que queremos! 50 anos de história, lutas e conquistas

A Unesp foi criada pela Lei 952, de 30 de janeiro de 1976, e a assembleia de fundação da Adunesp foi realizada em 5 de junho do mesmo ano (ambas completam 50 anos em 2026!), em plena ditadura empresarial militar.

Desde a sua fundação – resultado da intensa movimentação de docentes, sob a liderança do professor Waldemar Saffioti, do Departamento de Química da então Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Araraquara, preocupados com a forma truculenta como estava sendo conduzida a implantação da nossa Universidade e com a necessidade da construção de instrumentos coletivos para a resistência aos tempos de arbitrariedade e autoritarismo institucional – a Adunesp tem atuado intensamente na defesa de uma Unesp pública, laica, gratuita e de qualidade socialmente referenciada. Mantendo-se fiel aos princípios que nortearam a sua criação, a entidade sempre esteve presente em todas as frentes de luta em defesa da Unesp e da universidade pública em geral, seja organizando a eleição do **‘Chapão de representantes’** junto aos colegiados locais e centrais, seja fazendo o embate interna e externamente, juntamente com as demais entidades representativas das universidades estaduais paulistas, do Centro Paula Souza e do movimento estudantil organizado, no âmbito do Fórum das Seis e em outros espaços públicos a que tem acesso.

Nos últimos anos, muitos professores e professoras ingressaram na instituição e, naturalmente, parte deles conhece pouco da história da Universidade e da nossa entidade representativa, bem como das lutas por ela travadas.

Esta edição especial da **Revista Adunesp** traz um resgate dos principais momentos destas cinco décadas, com depoimentos de alguns dos personagens que fazem parte desta rica história. Conhece-la é ferramenta importante para entender mais profundamente o contexto sociopolítico em que a nossa Universidade se insere e o papel da Adunesp nesse cenário.

A pressão para o isolamento de cada um de nós, numa exacerbação do individualismo, é muito grande. Estamos submetidos a um modelo de educação superior pública que se fundamenta na precarização das condições de trabalho e na valorização do produtivismo. O resultado mais danoso disso, além do adoecimento progressivo dos docentes, é a naturalização

das saídas individuais como mecanismo de sobrevivência na instituição, o cerceamento sub-reptício da liberdade de escolha do objeto de estudo e pesquisa, além da aceleração desumana do ritmo de trabalho a que todos nós somos submetidos.

A Adunesp tem lutado pela melhoria das condições de vida e de trabalho do conjunto da categoria, propondo a construção de saídas coletivas para a superação do individualismo estéril, da competição empobrecedora, da limitação da criatividade acadêmica e do sofrimento emocional produzidos pela implantação de uma política de “produtivismo intelectual” com traços nitidamente fordistas.

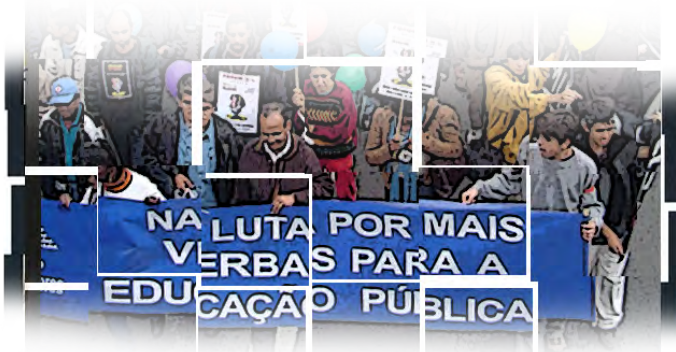
No próximo período, temos muitas tarefas pela frente. Além de melhores salários e condições de trabalho, seremos chamados a defender a autonomia e o financiamento das nossas universidades, ameaçados em meio às mudanças que chegam com a implantação da reforma tributária. Também seguiremos apoiando os servidores técnico-administrativos em suas lutas, bem como os estudantes, na defesa da ampliação e de melhorias na permanência estudantil, dando a nossa contribuição para superação das contradições que a realidade sociopolítica, cultural e científica nos coloca dentro e fora da Unesp. A defesa intransigente do ensino superior público, gratuito, laico e de qualidade socialmente referenciada continuará sendo o grande farol da nossa entidade representativa.

História e artigos

Além do resgate dos pontos centrais na trajetória da Adunesp nestes 50 anos, esta edição traz artigos relevantes, escritos por docentes da nossa Universidade e, também, por companheiros e companheiras de outras entidades que integram o Fórum das Seis. Além de abordar alguns fatos destas cinco décadas, os artigos trazem temas como financiamento e reforma tributária, adoecimento docente, Comissão da Verdade na Unesp, atuação do Fórum das

Seis, inserção nas lutas organizadas pelo Andes-Sindicato Nacional.

Nossos agradecimentos a todos e a todas que se empenharam para enriquecer esta publicação.





ÍNDICE

HISTÓRIA

As lutas dos primeiros anos e o papel dos pioneiros.....	5
Saad, as diretas e a mobilização dos anos 80.....	6
A ausência de estrutura no início.....	8
As greves e manifestações das primeiras décadas.....	9
A Assembleia Universitária em 2000.....	10
O ingresso da Adunesp no Andes-SN.....	12
A greve da autonomia de 1988 e os desafios atuais.....	16
A greve de 2013 e a permanência estudantil.....	18
Os congressos da Adunesp.....	20
A última década: pandemia, CPI, campanhas salariais.....	21
A expansão e a luta por financiamento.....	26
As veias abertas da autarquização, 16 anos depois.....	28
Luta pela democratização: Paridade e participação.....	29

ENTREVISTAS

O que dizem os novos docentes.....	30
O que diz o presidente da Adunesp.....	32

ARTIGOS

A criação da terceira universidade paulista e da Adunesp: um legado democrático.....	34
<i>Neusa Maria Dal Ri</i>	

A Comissão da Verdade da UNESP e a Comissão da Verdade da ADUNESP: uma luta pela história, memória, verdade, justiça e reparação.....	40
<i>Angélica Lovatto</i>	

Adunesp, 50 anos! A rica relação com o Fórum das Seis e o imenso desafio de construir-se em todas as regiões do estado.....	47
<i>César Minto e Michele Schultz</i>	

Ainda estamos aqui: O movimento docente, a universidade pública, o ANDES-SN e a disputa pelo futuro.....	56
<i>Regina Célia da Silva</i>	

A trajetória do financiamento das universidades estaduais até a Reforma Tributária de 2023: percalços e impasses.....	61
<i>Milton Vieira do Prado Jr. e Sebastião Neto Ribeiro Guedes</i>	

A universidade sem conhecimento e a degradação do trabalho docente.....	67
<i>Davis Perez</i>	

História da Adunesp começa na luta pelos direitos das comunidades dos institutos isolados e por democracia na nascente Universidade

A história da Adunesp teve início bem antes da junção dos 14 institutos isolados que vieram a constituir a Universidade Estadual Paulista, a Unesp, quando da sua criação em 1976.

Em sintonia com a efervescência do movimento estudantil que havia retomado as ruas em 1968, professores, funcionários e estudantes destes institutos, até então dispersos e sem interação, começaram a se organizar no sentido de construir um sujeito político coletivo, capaz de dar condições para o enfrentamento dos conflitos e das contradições que se colocavam no horizonte.

Em agosto de 1968, quatro meses antes do AI-5, o Ato Institucional que fechou de vez o regime, eles realizaram um importante encontro na cidade de Araraquara. Na sequência, em outubro, voltaram a se reunir, desta vez em Rio Claro.

A professora Anna Maria Martinez Correa (1933-2023), que se tornaria presidente da Comissão da Verdade da Unesp em 2014, frisou a importância daquele momento na **Revista da Adunesp 20 anos** (1996). “Começamos a perceber que tínhamos as mesmas preocupações e que seríamos uma grande força se trabalhássemos em conjunto”, disse. Mas a invasão do Congresso da UNE pela polícia, na cidade de Ibiúna, em 12 de outubro de 1968, com a prisão de centenas de estudantes, deixou claro que a ditadura não estava disposta a tolerar qualquer forma de resistência.

A repressão silenciou as vozes dissidentes. E a discussão sobre a integração das lutas dos institutos isolados ficaria suspensa por oito anos, silenciada no espaço público, mas viva à boca pequena, nos becos, nas reuniões clandestinas em *petit comité*

como um grito parado no ar. O processo de reorganização só voltaria a ganhar impulso com a fundação da Unesp, em 30 de janeiro de 1976.

Foi assim, no auge da ditadura empresarial militar, que surgiu o embrião do que viria a ser a Adunesp.

“Criação da Associação era a única via”

Com a unificação dos institutos, vieram as ameaças de fechamentos de cursos e transferências compulsórias, medidas adotadas sem nenhuma discussão com a comunidade. A categoria decide então que os problemas deveriam ser enfrentados de forma coletiva. E é nesse contexto que vai desabrochando a ideia de formação de uma associação docente.

O amálgama para essa construção coletiva foi a determinação do professor Waldemar Saffioti, do Departamento de Química da então Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Araraquara. Nos meses seguintes à criação da Unesp, ele percorreu quase todos os institutos recém incorporados para conversar com os docentes.

“A criação da Associação era a única via para a resistência contra os ataques que vieram com a criação da Universidade”, disse Saffioti (1922–1999), à **Revista Adunesp 20 anos**.

Em 7 de abril de 1976, ele liderou uma reunião, ainda em caráter informal, e foi indicado representante de sua unidade. Junto com uma comissão, elaborou um anteprojeto de estatuto que lançaria as bases para criação da Adunesp. Sabia que era necessário, no entanto, atrair mais docentes para essa empreitada, e decidiu colocar o pé na estrada. A conversa seguinte, em Rio Cla-

ro, reuniu 30 pessoas. Em 19 de abril, Saffioti conversou com professores no período da manhã, em Marília, e à tarde em Assis.

Até o final de abril, ele ainda visitaria os institutos de Araçatuba, Botucatu, Franca, Guaratinguetá, Jaboticabal, Presidente Prudente, São José dos Campos, São José do Rio Preto, além do Instituto de Artes do Planalto, na capital paulista. A maioria elegeu delegados e um primeiro encontro com esses representantes ocorreu em Rio Claro, em 15 de maio.

Com o estatuto da futura Adunesp redigido, foi realizada uma assembleia geral em Araraquara, em 5 de junho.

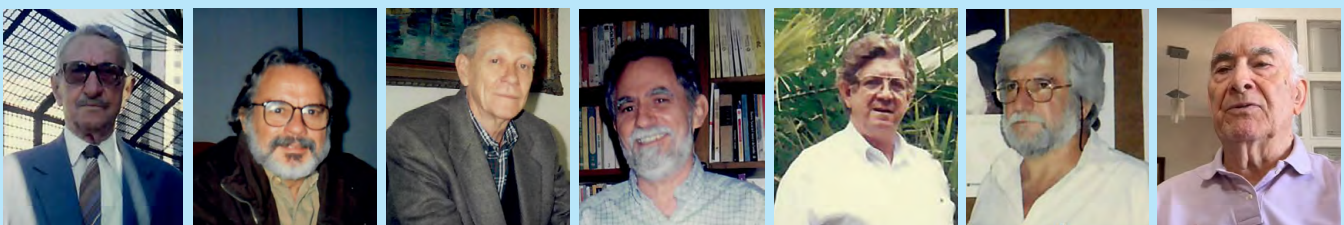
A polêmica sobre o caráter da Associação permeou as discussões. De um lado, os que defendiam a formação de uma única associação de docentes para toda a Unesp; de outro, a proposta de federação de pequenas associações criadas por unidades (feita pela Associação de Botucatu, única existente naquele momento). Venceu a proposta de fundação de uma entidade única.

Com a participação de 35 professores, estava fundada a Adunesp, a primeira associação de docentes criada após o golpe militar de 1964. A primeira diretoria foi eleita em chapa única, encabeçada pelo



Edição da **Revista Adunesp** especial dos 20 anos da entidade, em 1996

Os pioneiros



Os pioneiros em fotos de 1996, quando deram depoimentos à **Revista Adunesp 20 anos**. Da esq. p/a dir., Saffioti, Telles Guariba, Odália, Casalecchi e Quelce Salgado: **SEMPRE PRESENTES!** Ao lado, Geraldo Balestrieri e Telmo Arraes (este último em depoimento à **Revista Adunesp 50 anos**)

professor Ulysses Telles Guariba Netto, de Assis, para a presidência, Celestino Alves da Silva Jr., de Presidente Prudente, para a secretaria geral, e Telmo Correia Arraes, também de Assis, para a tesouraria, com 390 votos a favor e 34 em branco. A posse dos eleitos acontece em 26 de junho, em convenção realizada em São José do Rio Preto; o registro formal foi feito no 1º Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas de Araraquara, em 14 de outubro. Estava criada legalmente a Adunesp!

O professor Telmo, hoje aposentado e residindo em Araraquara, destaca o importante papel desempenhado por Saffioti na criação da Adunesp. “Ele alertou toda a Universidade do que estava por vir, e que seria muito danoso. Era uma liderança impressionante.”

As lutas do início

Luiz Ferreira Martins (1935-2021), primeiro reitor da Unesp, homem de confiança do regime ditatorial, não reconheceu a Adunesp como representante dos docentes. Mas o **não reconhecimento** formal pouco influenciaria o ímpeto da entidade.

O pioneirismo da Adunesp suscitou, inclusive, o interesse em outras universidades públicas. O professor Telles Guariba (1940-2017) compareceu a várias delas para relatar a experiência da entidade que presidia. “A fundação da Adunesp tornou-se exemplo e marco da luta pela democratização das universidades brasileiras naqueles dias repressivos”, disse à **Revista Adunesp 20 anos**.

A reunião da SBPC, a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, em 1977, também funcionou como um espaço de socialização dessa experiência e selou o compromisso para a formação de novas entidades com esse caráter. Os professores Antônio Cândido e Darcy Ribeiro foram alguns dos nomes de relevo que participaram do encontro.

Eram tempos difíceis no país. No início de 1976, em janeiro, o operário Manoel Fiel Filho havia sido assassinado sob tortura no DOI-Codí, na capital paulista. Em dezembro, ocorreria o Massacre da Lapa, que exterminaria parte do Comitê Central do Partido Comunista do Brasil, o PCdoB, e prenderia o restante da direção partidária.

Assim que tomou posse, Ferreira Martins tratou de apresentar suas propostas para o primeiro estatuto da recém-formada Unesp, para dar uma configuração formal à junção dos 14 institutos isolados. Os pilares das propostas eram a **não duplicação** de cursos em vários *campi* e a formação da



Passeata em janeiro de 1984, em São Paulo, reuniu 300 mil pessoas por “Diretas, já”: O Brasil estava nas ruas (Foto: Reprodução Carta Capital)

chamada “massa crítica” (agrupamento de docentes para constituir “centros de excelência”). Para entrar em vigor, as medidas teriam que ser aprovadas no Conselho Universitário (CO), até então funcionando em caráter provisório. A reitoria convocou eleições de representantes e, para frustração da Adunesp, somente um dos nomes defendidos pela Associação foi eleito: o professor João Francisco Tidei de Lima.

Com um CO dócil, o reitor aprovava, praticamente na íntegra, suas propostas.

As mudanças eram avassaladoras, impactando não somente a vida dos docentes, mas também de seus estudantes. Do dia para a noite, o curso de Filosofia de Assis, por exemplo, foi transferido para Marília, a mais de 70 quilômetros de distância, que por sua vez teve os cursos de História e Letras extintos. O mesmo ocorreu em vários outros *campi*.

A nascente Associação capitaneou uma reação ativa às medidas, mas muitas não puderam ser evitadas. Longe de arrefecer os ânimos, porém, esse movimento deu lastro para as lutas que estavam pela frente.

O final dos anos 70 e a reação à ditadura

Em 1978, o operário Luís Ignácio Lula da Silva, o Lula, então dirigente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, encabeçou a deflagração de uma greve na Scania, em 12 de maio, um rastilho para a paralisação nas demais montadoras da região, Ford, Volkswagen e Mercedes. As mega assembleias no Estádio de Vila Euclides, em São Bernardo, contagiavam o país e colocavam a ditadura em cheque.

Foi um período de ascenso das

greves. Mas a repressão policial, com inúmeras prisões, inclusive de Lula, e a intervenção da ditadura nos sindicatos, também ganharam intensidade. Os dois primeiros meses de 1979, que antecederam à posse do governador biônico Paulo Maluf, foram marcados pela agitação das entidades ligadas ao funcionalismo público. Iniciada pela Apeoesp, uma greve gigantesca dos servidores públicos foi deflagrada.

A Adunesp foi presença destacada na organização e coordenação da greve de 1979. Nesse período, estava à frente da entidade o professor Nilo Odália (1928-2010), de Araraquara. A participação dos três segmentos, professores, estudantes e funcionários, foi massiva na Unesp, com a realização de assembleias enormes em todos os *campi*.

A reivindicação inicial era de 70% de reajuste mais dois mil cruzeiros para o conjunto do funcionalismo. Após 41 dias de paralisação, a vitória foi parcial: dois mil cruzeiros para todos e uma concessão de 30% somente para as universidades, o setor mais organizado naquele momento. “Aprendi bem o que é fazer uma greve. E tinha um grupo bom de pessoas que me ajudavam, entre elas o Marco Aurélio Nogueira e o Zé Ênio”, disse Odália à **Revista Adunesp 20 anos**. Esse último era José Ênio Casalecchi, de Araraquara, seu sucessor na presidência entre 80 e 82.

A década de 80 e as Diretas

A luta contínua pela democratização do país e da Unesp se intensificaria nos anos 1980.

Em 1981, o então reitor Armando Octávio Ramos, que havia sido vice de Fer-



1984: À esquerda, ocupação da reitoria da Unesp, então situada na Praça da Sé. À direita, passeata da comunidade unespiana em São Paulo. Indignação pela não confirmação de Saad Hossne como reitor (Fotos: Arquivos Unesp)

reira Martins, convocou um seminário para avaliar os cinco anos de Unesp, dividindo-o em dois encontros: um sobre a graduação, em Marília, e outro sobre a pós-graduação, em Botucatu.

A proposta da reitoria gerou controvérsia na Adunesp. Uma parte da diretoria era contra a presença, outra considerava correto participar dos encontros, como defendia Casalecchi. Sua proposta foi vencedora e a Adunesp levou um número expressivo de docentes aos dois encontros, culminando em vários documentos com propostas para a graduação e a pós-graduação. Na graduação, por exemplo, havia a proposta de um trabalho voltado para a formação de professores, por meio da criação do Centro de Estudos e Pesquisas do Ensino Fundamental. “Começamos a debater a Unesp como Universidade, até ali era só uma colcha de retalhos”, testemunhou Casalecchi (1938-2012) à **revista dos 20 anos**.

A reitoria engavetou todas as propostas e nada saiu do papel. Mesmo assim, essas discussões foram fundamentais para o debate sobre uma universidade que estava se consolidando como uma das três públicas paulistas.

Foi também na primeira metade da década que a bandeira por eleições diretas para presidente da República começou a arrastar multidões às ruas. A Adunesp engrossaria essa luta e estenderia a reivindicação para dentro da Universidade, ao também propor a escolha direta para reitor.

Em 2 de março de 1983, o deputado federal pelo PMDB do Mato Grosso, Dante de Oliveira, apresentou a pro-

posta de emenda constitucional restabelecendo a eleição direta para a Presidência da República, que havia sido suprimida pelos militares com o golpe de 1964. Em agosto, seria a vez da discussão sobre a democracia direta ganhar intensidade na Unesp. Tudo começou no campus de Assis, com a eleição para diretor da unidade. O professor de Genética Médica Antônio Quelce Salgado, um dos candidatos do pleito, venceu a disputa por maioria significativa nos três segmentos da comunidade universitária.

A lista sêxtupla foi encaminhada ao reitor Armando Octávio Ramos com Quelce em primeiro lugar, mas ele ignorou a votação e escolheu outro nome. A decisão autoritária gerou indignação entre professores, funcionários e estudantes, que reagiram deflagrando uma greve que duraria 64 dias. Ao final, não conseguiram que Quelce Salgado (1932-2017) se tornasse diretor, mas ele seria o presidente da Adunesp a partir do ano seguinte. A luta pela democratização das instâncias de poder ganhou corpo na Unesp.

A palavra de ordem “Diretas urgentes, pra reitor e presidente” ecoava nos *campi* da Unesp. A Adunesp então decidiu organizar uma consulta junto à comunidade universitária. Dois candidatos se inscreveram: Nilo Odália, ex-presidente da entidade, e William Saad Hossne, professor da Faculdade de Medicina de Botucatu e ex-reitor da Universidade Federal de São Carlos. A campanha eleitoral ocorreu sem ataques entre os dois candidatos, pois ambos tinham propostas semelhantes e apostavam na democratização da Universidade.

Ao final do pleito, que ocorreu em novembro de 1983, Saad

Hossne foi eleito com o voto dos três segmentos. Terminado o processo eleitoral, a luta passou a ser para que ele assumisse o cargo, mas isso não aconteceu.

O professor Reinaldo Ayer, colega de Saad Hossne em Botucatu e diretor da Adunesp nas gestões 80/82 e 84/86, hoje aposentado, lembra que o processo eleitoral trouxe uma mudança profunda de paradigma na Unesp. “Até então, os órgãos colegiados, os diretores, as representações eram todas indicadas. A partir das eleições diretas para a reitoria, mesmo que não tenhamos chegado a um desfecho favorável, que era a nomeação do professor Saad como reitor, houve mudanças. A partir daquele momento, começaram a existir na universidade processos de eleição para diretores de unidades, para representantes no Conselho Universitário. E isso aconteceu não só na categoria docente, mas também na dos alunos e funcionários.”

A revolta tomou conta da comunidade. Para esfriar o clima de insatisfação, o Conselho Universitário decidiu realizar outra eleição, com caráter consultivo. Os novos candidatos eram o reitor Armando Octávio Ramos, que tentava a reeleição, José Bonifácio Fonseca, José Carlos de Souza Trindade, Raphael Lia Rolfsen e Wanderley José de Melo. Saad Hossne e Odália se candidataram novamente, mas não foram chamados para os debates promovidos pela reitoria.

Numa jogada eleitoreira, a reitoria decidiu conceder direitos que eram reivindicados pelos funcionários, para ganhar o voto da categoria. A artimanha teve, no entanto, um sucesso limitado. Octávio Ramos venceu entre os funcionários por apenas um voto. E perdeu fragorosamente entre estudantes e docentes, que elegeram novamente Saad Hossne.

Em fevereiro de 1984, o Conselho Universitário golpeou outra vez a comuni-

O professor **Reinaldo Ayer**, em depoimento à **Revista Adunesp 50 anos**: *Fatos deixaram profundas mudanças na Unesp*



dade e excluiu da lista sêxtupla a ser entregue ao governador os nomes de Saad Hossne e Odália. A afronta gerou mais indignação na comunidade universitária. A Adunesp, o DCE e a associação dos funcionários cerraram fileiras na defesa da democracia.

Uma caravana com 800 pessoas se deslocou à capital paulista, dois dias depois da decisão do CO, e lotou o auditório do Palácio dos Bandeirantes, sede do governo do Estado, à época comandado por André Franco Montoro. O governador se comprometeu a não indicar nenhum dos nomes da lista sêxtupla. O Conselho Universitário resolveu dar posse ao então pró-reitor em exercício, Manuel Nunes Dias, que havia assumido o cargo após o término do mandato de Octávio Ramos. O nome não poderia ser pior. Nunes Dias era um conhecido agente da ditadura na USP, onde também foi diretor da ECA, a Escola de Comunicações e Artes.

As manifestações ganharam corpo nos vários *campi* e assembleias gigantes deram gás ao movimento. Um grupo de 150 estudantes ocupou a sede da reitoria, na Praça da Sé, no centro de São Paulo, em maio. O então secretário da Segurança Pública, Michel Temer, pressionou para que os estudantes saíssem da instituição e, em uma votação apertada, eles aprovaram deixar a reitoria. No mês seguinte, ocupariam as diretorias de Assis, Botucatu, Ilha Solteira, Marília, Rio Claro, São José do Rio Preto e o Instituto de Artes do Planalto, na capital.

O expediente proposto por Montoro para resolver o problema veio em julho de 1984, com a nomeação do professor Jorge Nagle, de Araraquara, como reitor *pro-tempore*.

A medida foi bem recebida pelo conjunto da comunidade, que esperava que a decisão pavimentasse a posse de Saad Hossne, eleito democraticamente. Nagle organizou, em janeiro do ano seguinte, uma lista em que constava, além de seu nome, o de Saad Hossne. Mas, ao contrário do esperado, Montoro chancelou Nagle como reitor, agora em caráter definitivo, alegando que a solução era a forma encontrada para evitar o retorno do grupo malufista à reitoria da Unesp, representado por Nunes Dias.

O professor Trajano Sardenberg, da Faculdade de Medicina de Botucatu, acompanhou aqueles dias movimentados de perto. Hoje ele avalia que, apesar de Nagle não ter sido eleito pela comunidade universitária, realizou uma gestão democrática.

“Não há dúvida de que o profes-



O professor **Trajano Sardenberg**, em depoimento à **Revista Adunesp 50 anos**: *Gestão Nagle acabou conquistando o respeito geral*

sor Nagle foi um democrata. A gestão dele não foi autoritária, mas baseada no diálogo, na conversa, nos princípios da democracia que acreditava. No início ele não teve muito apoio, porque a comunidade havia indicado o professor Saad, mas depois

conquistou o respeito geral.”

Nagle permaneceria à frente da reitoria até 1988. Em seu mandato, se iniciaram as discussões para a elaboração de novos estatutos para a Unesp.

Sobre este período, que movimentou as bases da Adunesp e culminou na aprovação dos estatutos, confira detalhes no artigo “*A criação da terceira universidade paulista e da associação dos docentes da Unesp: um legado democrático*”, da professora Neusa Maria Dal Ri, do campus de Marília, na página 34 desta publicação.

Falta de estrutura dos primeiros anos da Adunesp exigiu doses extras de dedicação

Os primeiros 20 anos de vida da Adunesp combinaram alguns fatores bem distintos: muita disposição de luta, dedicação à entidade e ausência quase total de estrutura.

Olhando para aquele período, a professora Lúcia Lodi, presidente da entidade nas gestões 1988-1990 e 1990-1992, lembra que não havia sequer um local fixo para as atividades. “A sede, se é que podemos chamar assim, era na cidade de quem presidia a entidade”. Foi durante sua gestão que a Adunesp conseguiu uma sala na rua Paulo Egydio, em São Paulo.

“Tínhamos que fazer tudo, inclusive ficar horas e horas em filas de banco. Quantas vezes a gente terminava a negociação, corria para a USP fazer a reunião do Fórum das Seis e lá já ficávamos até de madrugada, escrevendo os boletins”, relata Maria Valéria Barbosa,

vice-presidente na gestão 1992-1994, que tinha Sueli Guadalupe de Lima Mendonça na presidência. “Tivemos muito apoio das entidades coirmãs.”

A decisão do II Congresso da Adunesp, realizado em Jaboticabal, em 1994, foi decisiva para mudar essa situação e permitir a consolidação da entidade dos pontos de vista organizativo, político e administrativo. O Congresso aprovou a proposta de implantação de contribuição sindical de 1% do salário base do docente, com repasse de metade do valor para a subseção e metade para a Central. A partir dali a entidade foi se estruturando progressivamente: realizou novos congressos, promoveu plenárias, organizou sua secretaria, contratou assessorias jurídica, contábil e de comunicação, passou a elaborar jornais e revistas, criou seu *site* e suas redes sociais e estabeleceu plenárias regulares.



O II Congresso, em 1994, foi decisivo para a estruturação da Adunesp. Nas fotos do alto, **Lúcia** e **Valéria**, durante depoimentos à **Revista dos 50 anos**



Passeata em São Paulo durante a greve de 2000

As greves e manifestações que marcaram os 50 anos de da Adunesp

A defesa dos salários e das demandas da permanência estudantil, a autonomia, a criação do Fórum das Seis, a filiação ao Andes-SN... muitas lutas e muitas conquistas!

Nestes 50 anos de história, foram várias greves, manifestações, passeatas e atos públicos em defesa da universidade, pública e gratuita, contra o arrocho salarial, por mais verbas para educação e no combate às reformas neoliberais.

Em 1979, em conjunto com as demais categorias do funcionalismo paulista, a comunidade das três universidades protagonizou uma grande greve. O movimento foi marcante naqueles primeiros anos da recém-criada Adunesp. Ainda sob a égide da ditadura militar, a greve durou 41 dias, reivindicando um reajuste salarial de 70%, – a inflação era galopante, tendo batido em mais de 50% no ano anterior – e um valor fixo de dois mil cruzeiros. O valor fixo veio para todo o funcionalismo e, para as universidades, houve ainda um reajuste de 30%.

Quase uma década depois, em 1988, em nova greve unificada com o funcionalismo,

Emanuel Rocha Woiski, membro da diretoria da Adunesp em 1996, fala em ato contra a cobrança de mensalidades, um dos elementos propulsores da greve daquele ano

os frutos foram além da conquista salarial: no início de 1989, o governador Orestes Quéricia assinaria o famoso “decreto da autonomia”. Sobre esse rico capítulo da nossa história, leia matéria nas páginas 16 e 17.

A greve de 1988 ainda fortaleceu a unidade entre docentes e funcionários técnico-administrativos das três públicas paulistas, culminando na criação do **Fórum das Seis**, em 1991, ano em que foi reconhecido o mês de maio como data-base das categorias. A partir de então, as lutas passaram a ser conduzidas pelo Fórum, inicialmente composto pela Adunesp, Sintunesp,

ADunicamp, Sindicato dos Trabalhadores da Unicamp (STU), Adusp e Sintusp. Posteriormente, passaram também a integrar o Fórum o Sindicato dos Trabalhadores do Centro Paula Souza (Sinteps) e os DCEs da Unesp, Unicamp e USP. Sobre a história e o papel do Fórum das Seis, leia mais no artigo “*Adunesp, 50 anos! A rica relação com o Fórum das Seis e o imenso desafio de construir-se em todas as regiões do estado*”, escrito por César Minto e Michele Schultz, nas páginas 47 a 55.

Na década de 90, as lutas contra o arrocho salarial, por melhores condições de trabalho e, também, por mais recursos para as universidades culminaram em greves nos anos de 1991, 1992, 1994 e 1996. Nesta última, a mobilização da comunidade acadêmica conseguiu impedir a aprovação, na Assembleia Legislativa, de um projeto que previa a cobrança de mensalidades nas estaduais paulistas, apresentado pelo deputado Vaz de Lima do PSDB.

Praticamente todos os anos, independentemente de haver greve ou não durante a data-base, estudantes, professores e



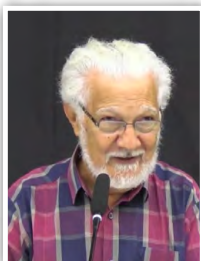


Ato de lançamento da data-base de 2000, em 5/4, na USP. Na mesa, fala **Sueli Guadelupe**, da Adunesp. Ao seu lado, **Tato**, presidente da Adunesp e coordenador do F6 naquele ano

funcionários faziam atos e manifestações na Alesp, reivindicando mais recursos para as universidades. Nesse ponto, houve duas grandes conquistas nos anos 90, respectivamente nas greves de **1991** e **1994**: o percentual de 8,4% da quota-parte do estado no ICMS para o financiamento das universidades públicas paulistas, vigente desde 1989, foi ampliado para 9% em 1992, e para 9,57% em 1995.

As lutas no novo século: greves, assembleia universitária, financiamento

Na **greve de 2000**, que durou 52 dias, a coordenação do Fórum das Seis estava com o professor Antônio Luís de Andrade, Tato, presidente da Adunesp. O Cruesp era presidido pelo reitor da USP, Jacques Marcovitch, que adotou uma postura intransigente e negou-se a negociar. Quando o



fez, propôs um reajuste pífio, que empurrou as categorias para a greve. Uma manifestação em frente à Secretaria de Ciência e Tecnologia, no dia 13 de abril, foi duramente reprimida pela tropa de choque da PM, com tiros para o alto e bombas, e terminou com cinco manifestantes presos.

Outro protesto em frente ao Masp, no dia 18 de maio, também foi violentamente reprimido pela PM, que invadiu no mesmo dia a Faculdade de Tecnologia de São Paulo (Fatec/SP), na capital paulista, que estava ocupada por estudantes contrários à quebra de vínculo do Centro Paula Souza e da Unesp, proposta pelo governo estadual.

Francisco Reis, à época presidente da ADUnicamp, lembra que as assembleias das ca-

Reis, da ADUnicamp, relembra os fatos marcantes da greve de 2000

tegorias eram enormes. “Tinha gente pelo chão, do lado de fora, todos querendo falar. Numa das assembleias na Unicamp, até o reitor Hermano Tavares compareceu, para reclamar dos piquetes”, lembra. “No final, conquistamos 24,5%, praticamente o que estávamos reivindicando, que era 25%”, relata Reis.

Na **data-base de 2002**, o Conselho de Reitores das Universidades Estaduais Paulistas (Cruesp) estava sob a presidência do reitor da Unesp, José Carlos Souza Trindade, que, pressionado por seguidos atos e paralisações parciais nas três universidades, ofereceu reajuste de 8%, frente à reivindicação de 16%.

Na **data-base de 2004**, a greve veio forte, parando as três universidades por mais de 60 dias. Houve grandes passeatas, que se dirigiram à Assembleia Legislativa, unindo as reivindicações salariais ao pleito de mais recursos para as instituições. A mobilização forçou o Cruesp a sair do

Em 2000, Assembleia Universitária movimentou a Unesp

Na Unesp, aconteceu um outro fato importante em 2000, antes da greve, entre os dias 30 de março e 2 de abril, com ampla participação da Adunesp: a realização da primeira **Assembleia Universitária**, em Bauru, convocada pelo reitor Antônio Manoel. “A atividade estava prevista nos estatutos que tinham sido aprovados em 1986 e refletia a vontade política da comunidade de discutir a estrutura da universidade, a autonomia e o seu financiamento, além de itens como a avaliação, o produtivismo e outras imposições vinculadas ao neoliberalismo”, relembra Tato, atual presidente da Adunesp, que coordenou a Assembleia Universitária.

Cerca de 450 delegados e delegadas, representando paritariamente os três segmentos, de toda a Universidade, reu-



niram-se para discutir e aprovar temas relevantes, entre eles a paridade das três categorias nas eleições universitárias. As deliberações daquele inédito momento na história da Universidade, no entanto, não foram implementadas pelas gestões seguintes. “Depois que o professor Trindade assumiu a reitoria, em 2001, não tivemos mais informações sobre o material da Assembleia Universitária”, lamenta Tato. “Este é um momento importante na história da Universidade e da Adunesp que precisa ser resgatado. As pautas que discutimos em 2000 continuam vigentes até hoje.

Tato, da Adunesp, fala em grupo de trabalho durante a Assembleia Universitária





zero (“oferecido” nas seis primeiras negociações) para um índice de 4,18% retroativo a maio e mais 2,76% em janeiro de 2005.

Na Unesp, as fortes mobilizações em 2004 tinham um ingrediente a mais: a expressiva expansão de cursos e *campi*, aprovada nos anos anteriores sem garantia de verbas perenes. Essa e outras insatisfações, como mostra matéria nas páginas 26 e 27, levaram a comunidade a pressionar pela realização de uma sessão extraordinária do CO.

A greve contra o veto

Em 2005, por pressão da comunidade acadêmica e em meio a desentendimentos na base governista, a Assembleia Legislativa de SP aprovou uma das pro-

Momentos da greve de 2004:
No caminhão, fala **Marcílio Ventura** (in memorian), do STU.
Ao seu lado, **Milton Vieira do Prado Jr.** (Adunesp) e **Oswaldo Coggiolla** (Adusp)



postas de emendas defendidas pelo Fórum das Seis durante a tramitação da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para o ano seguinte: o aumento do repasse para as universidades de 9,57% para 10% do ICMS-QPE. No entanto, o governador Geraldo Alckmin vetou a mudança. No final de agosto, estourou uma grande greve contra o veto, que durou cerca de 30 dias, com grandes passeatas até a Alesp, mas que não conseguiu pressionar os deputados a reverterem o veto.

A professora Sueli Guadalupe de Lima Mendonça, diretora da Adunesp à época, recorda que a luta pelo aumento do percentual do ICMS contou pela primeira

vez na história com o apoio do Cruesp, que era presidido pelo reitor da Unesp, Marcos Macari. “Eu me lembro que ônibus das unidades foram liberados pelos diretores, com apoio da reitoria ou com ciência da reitoria, para levar as pessoas para a Assembleia Legislativa. A gente ocupou todos aqueles andares da Alesp, com vários grupos das três universidades visitando cada um dos gabinetes dos deputados”, relata. “A singularidade dessa greve foi exatamente porque estava centrada na derrubada do veto. E, por pouco, a gente não conseguiu. Se tivéssemos conseguido, lá em 2005, sem dúvida alguma estaríamos em outro patamar de qualidade do financiamento das universidades estaduais paulistas.”



A luta para derrubar o veto do governador aos 10% do ICMS-QPE ganhou as ruas em grandes passeatas pela capital atos na Assembleia Legislativa em 2005



Imagens da greve de 2007: Luta contra os decretos de Serra mobilizou as universidades e o Centro Paula Souza, culminando com recuo do governador

Os decretos de Serra em 2007 e a PM na USP em 2009

Mal tomou posse, no início de janeiro de 2007, o governador José Serra baixou um conjunto de decretos que, na prática, acabavam com a autonomia das universidades estaduais paulistas.

“No total, foram cinco decretos, que feriam a autonomia de gestão financeira e, também didática e científica. Uma das medidas era passar as contas das universidades para uma conta do estado, acabando com a possibilidade destas instituições fazerem suas reservas técnicas”, explica o professor Paulo César Centoducatte, da ADunicamp, hoje aposentado. A comunidade universitária se organizou e reagiu

com greve, unificando as reivindicações salariais da data-base com a pressão pela retirada das medidas. Uma grande passeata, em 31/5, chegou às proximidades do Palácio dos Bandeirantes. “Fomos impedidos de prosseguir por mais de 400 policiais, armados até os dentes, com muito gás lacrimogêneo e cassetetes usados à vontade”, recorda-se Centoducatte.

A greve durou cerca de 30 dias e forçou o tucano a recuar. Das negociações salariais com o Cruesp, resultou um índice de 4,87% de reajuste (3,37% em maio + 1,5% em novembro de 2007).



Paulo César Centoducatte e César Minto, em depoimentos à Revista Adunesp 50 anos, relembram os momentos das greves de 2007 e 2009

Em 2009, uma tímida greve, iniciada em 5/5 para pressionar por reajuste salarial, ganhou forte impulso após a ocupação policial do campus Butantã da USP pela polícia militar, acionada pela reitora Suely Vilela. O professor César Minto, à época membro da Adusp, considera que a iniciativa da reitora contribuiu para naturalizar a presença da polícia contra as mobilizações da comunidade universitária nos anos seguintes. “Uma universidade com o prestígio da USP admitir a polícia no campus significa abdicar de uma parte da essência educacional, que é o entendimento, a discussão democrática dos conflitos”, critica.

A indignação fez o movimento crescer e se estender por quase toda a Unesp, com a realização de grandes atos na capital paulista. O Cruesp foi forçado a sair da intransigência e oferecer um reajuste de 6,05%.

O ingresso da Adunesp no Andes-SN e a transformação em sindicato

Antes da Constituição de 1988, as categorias do funcionalismo eram impedidas de se constituir em sindicatos. Por essa razão, as formas organizativas mais comuns eram as associações.

Com a mudança trazida com a nova Carta Magna, a Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior, a Andes, fundada em 1981, aprovou sua transformação para Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior, o Andes-Sindicato Nacional.

A partir daí, associações docentes de todo o país, como o caso da Adunesp, integraram-se ao Andes-SN, tornando-se seções sindicais. A filiação da Adunesp ao sindicato nacional deu-se

em 1991, após plebiscito realizado em dezembro do ano anterior. “Foi um processo importante, que ajudou a desmontar a velha ideia de que docente não é trabalhador”, lembra a professora Lúcia Lodi, presidente da Adunesp nas gestões 1988-1990 e 1990-1992. “Passamos a ser parte do sindicato nacional e isso nos aproximou das lutas dos docentes do ensino superior de todo o país.”

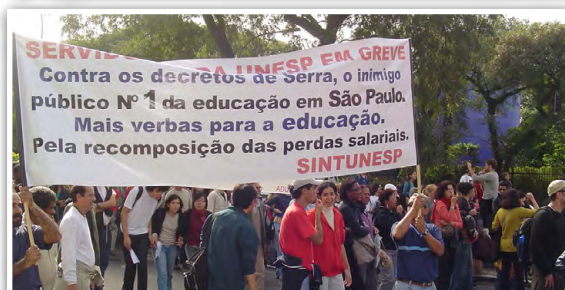
A partir de 1991, a Adunesp incorporou ao seu nome a expressão “Seção Sindical do Andes-SN.

Membros da Adunesp fizeram par-



te do Andes-SN em vários momentos, inclusive em sua direção nacional, como é o caso de Antônio Luís de Andrade, o Tato, nas gestões 2000-2002 e 2002-2004. Também integraram a direção do Andes Regional São Paulo em várias oportunidades.

Sobre a criação do Andes-SN e a relação com as entidades sindicais das universidades estaduais paulistas, leia o artigo “*Ainda estamos aqui: o movimento docente, a universidade pública, o Andes-SN e a disputa pelo futuro*”, de Regina Célia da Silva, nas páginas 56 a 60 desta publicação.



31 de maio de 2007: Passeata gigante rumo ao Palácio dos Bandeirantes força Serra a rever os decretos



2013 e 2014: greves marcantes na Unesp

O professor Fábio Ocada, dirigente da Adunesp à época, relembra a importância daquela gre-



A pressão da CPA se dava num contexto de precarização, prossegue Ocada, referindo-se à falta de docentes e de servidores técnico-administrativos. “Nunca me esqueço de um docente que disse ter ido à assembleia convencido de que votaria contra a greve, mas que, diante dos dados que eu havia apresentado sobre o *déficit* de docentes e de servidores técni-

Ocada conclui que a greve de 2014, apesar de vitoriosa, não deu conta de resolver o problema da defasagem dos quadros da universidade e a consequente sobrecarga de trabalho, fator que contribui para o adoecimento docente. “Essa segue sendo uma forte bandeira da nossa luta”. Do ponto de vista organizativo, os frutos foram expressivos para a Adunesp, que realizou 19 plenárias estaduais durante o movimento.

14 **Revista Adunesp 50 anos** - Outubro de 2026



A greve de 2014 foi além das reivindicações salariais. À direita, dois momentos: audiência pública na Alesp, sobre a crise de financiamento, e ato 'SOS' Universidade, na USP



A maior greve da história das universidades teve aulas públicas, como mostra a foto logo acima, na Praça da Sé. Na foto grande, ato em frente à reitoria da Unesp, em 3/9/2014, então localizada na Rua Quirino de Andrade, (Anhangabaú).

Conquista do movimento de 1988, autonomia chega a 2026 em meio aos desafios trazidos pela reforma tributária

O decreto 29.598, que estabeleceu a autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira para as universidades estaduais paulistas, foi assinado pelo então governador Orestes Quéricia no dia 2 de fevereiro de 1989, em consonância com o artigo 207 da Constituição Federal de 1988.

A assinatura culminou um processo de muita mobilização da comunidade acadêmica. Num cenário de picos inflacionários (365,96% em 1987 e 933,62% em 1988, segundo dados do IBGE), o Brasil ainda fazia a transição do regime militar para o democrático, e as lutas por melhores salários e condições de trabalho emergiam em todo o país. As universidades públicas ainda se ressentiam do peso da ditadura, várias delas com a presença de enorme entulho autoritário em todas as suas dimensões de funcionamento, e a reivindicação pela autonomia era bandeira central dos movimentos daqueles anos.

Em 1988, o estado de São Paulo foi palco de uma forte greve do funcionalismo público. Servidores docentes e técnico-administrativos da Unesp, Unicamp e USP, com o apoio dos estudantes, participaram ativamente, e seguiram paralisados mesmo quando as demais categorias foram levadas a decidir pela volta ao trabalho. Nas universidades, o movimento durou cerca de 60 dias e obteve conquistas financeiras expressivas. Mas não foi só.

No dia 27 de outubro de 1988, atendendo ao chamado das entidades sindicais das três universidades – ainda não existia o Fórum das Seis –, 50 ônibus com manifestantes de várias partes do estado concentraram-se na USP. O objetivo era fazer um protesto em frente ao Palácio dos Bandeirantes, cobrando reajuste e autonomia. As declarações do então secretário de Segurança Pública do Estado, Luís Antônio Fleury Filho, feitas na noite anterior, de que os manifestantes seriam “duramente reprimidos”, lançaram dúvidas sobre o que fazer. Parte dos ônibus foi para as imediações do estádio do Morumbi, conforme combinado, para lá decidir como agir. A outra parte, com funcionários e alguns estudantes da USP, foi diretamente para o Palácio. Outros ônibus, com docentes da Unicamp, foram desviados pela polícia e também acabaram se dirigindo ao Pa-



As fotos, de autoria de Celso Palermo, mostram o cerco aos manifestantes durante passeata ao Palácio dos Bandeirantes, em 1988. Logo acima, Eduardo Suplicy tenta argumentar com a polícia

lácio, lá chegando quando os trabalhadores da USP eram recebidos por um gigantesco aparato empresarial militar, que desencadeou uma repressão violentíssima: policiais da cavalaria com sabres, tropa de choque com bombas, cassetetes e, inclusive, com gás paralisante, à época já proibido no resto do mundo. O saldo foi um grande número de feridos, nove deles indo parar no hospital. Os manifestantes que ficaram próximos ao estádio tentaram subir e apoiar os demais, mas foram impedidos pela polícia.

“Os policiais e seus cavalos vieram para cima dos manifestantes. Foi uma cena assustadora e inesquecível”, comenta Lúcia Lodi, à época presidente da Adunesp, atualmente aposentada.

Magno de Carvalho, do Sindicato dos Trabalhadores da

USP, o Sintusp, também estava lá. “O tamanho da repressão era impressionante. A própria imprensa comentou que era a maior dos últimos 10 anos. Foi uma grande pancadaria.”

As cenas de violência ganharam as páginas dos jornais e os noticiários de rádio e TV. Uma reportagem exibida pela Rede Globo na mesma noite teve enorme repercussão. Estávamos em plenas eleições municipais e o nome apoiado por Quéricia na cidade de São Paulo, João Leiva (PMDB), viu sua candidatura despencar e abrir espaço para a surpreendente vitória de Luiza Erundina (PT), que também superou Paulo Maluf (PDS) e outros candidatos, em turno único. “Depois das eleições, Erundina foi pessoalmente a uma assembleia dos funcionários da USP, agrade-

Magno de Carvalho, do Sintusp, em depoimento à **Revista Adunesp 50 anos**: Presente em 1988



cer pelos votos. Ela sabia que a nossa greve tinha sido decisiva para a vitória dela”, lembra Magno.

Poucos dias depois, interlocutores do Palácio informaram às entidades sindicais das universidades que o governador não queria mais negociar com elas e que já estava preparando um decreto com um percentual do ICMS para mantê-las. “Doravante, que negociem com os reitores”, teria dito Quêrcia. Surgia, assim, o famoso “decreto da autonomia”. A iniciativa, na prática, apartou o movimento das universidades do restante do funcionalismo estadual.

Subfinanciamento, o primeiro problema

Com o decreto, apresentou-se de cara um problema: Quêrcia determinou que as universidades passassem a ser mantidas com um percentual do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – Quota-Parte do Estado (ICMS-QPE), de 8,4%, supostamente calculado sobre a média de repasses dos três anos anteriores. Ocorre que os estudos das entidades representativas mostravam que, em média, nos três anos anteriores à autonomia, este repasse foi muito próximo de 11% do ICMS-QPE. “Ali já vimos que a autonomia concedida não dava conta das reais necessidades de sobrevivência das universidades, e por isso seguimos lutando até hoje”, pontua Magno.

Nos anos seguintes, a luta da comunidade universitária forçou a elevação do índice: para 9% em 1992 e 9,57% em 1995, percentual que vigora atualmente e é insuficiente para fazer frente às necessidades de ensino, pesquisa e extensão nas estaduais paulistas, que nos anos 2000 foram submetidas a uma expressiva expansão.

A crise de financiamento vem se aprofundando a cada ano. USP, Unesp e Unicamp, juntas, mais que dobraram de tamanho nos últimos 20 anos em número de matrículas de estudantes de graduação e de pós-graduação, como mostra o quadro elaborado pelo Fórum das Seis a partir de dados oficiais das universidades. Ampliaram muito sua produção em pesquisa e extensão, com praticamente o mesmo número de docentes e uma diminuição do número de técnico-administrativos.

Não bastasse o índice insuficiente, o governo estadual vem patrocinando cada vez mais desonerações

Universidades estaduais paulistas: indicadores de 1995 e 2025

	UNESP			UNICAMP			USP		
	1995	2025	Variação	1995	2025	Variação	1995	2025	Variação
Docentes	3.497	3.502	0,14%	2.259	2.000	-11,5%	5.056	5.482	8,4%
Técnico-administrativa(o)s	7.918	5.424	-31,5%	8.681	7.607	-12,4%	15.105	12.727	-15,7%
Cursos de graduação	80	136	70,0%	44	65	47,7%	132	316	139,4%
Vagas em graduação	4.311	7.690	78,4%	1.990	3.434	72,6%	6.902	11.147	61,5%
Estudantes matriculada(o)s / graduação	19.618	36.388	85,5%	9.992	20.804	108,2%	33.479	58.448	74,6%
Cursos de pós-graduação	125	253	102,4%	85	169	98,8%	476	833	75,0%
. Mestrado	71	139	95,8%	46	81	76,1%	257	430	67,3%
. Doutorado	54	114	111,1%	39	73	87,2%	219	403	84,0%
Estudantes matriculada(o)s / pós-graduação	6.824	13.380	95,8%	8.771	17.070	94,61%	19.683	29.074	47,7%
. Mestrado	3.395	7.195	111,9%	3.830	5.635	47,12%	8.024	13.486	68,1%
. Doutorado	1.382	6.185	346,1%	2.996	6.634	121,4%	6.060	15.588	157,2%
Titulos outorgados (total)	581	2.951	407,9%	1.044	2.290	119,3%	2.643	6.803	157,4%
. Mestrado	433	1.787	312,7%	724	1.227	69,47%	1.584	3.765	137,7%
. Doutorado	148	1.164	686,5%	320	963	207,2%	1.059	3.038	186,9%

Fontes: Anuários Estatísticos da USP e da Unicamp 2026 (ano base 2025) – últimos dados disponíveis. No caso da Unesp, os dados de 2025 foram fornecidos pelo Escritório de Gestão de Dados e pelas pró-reitorias envolvidas (Prograd, Propp e Propeg).
Observação: Em 1995, passou a vigorar o padrão atual de financiamento das estaduais paulistas, mantido por sucessivos governos em 9,57% do ICMS-QPE.

no pagamento do ICMS. A receita total de impostos projetada para o estado de SP em 2027, por exemplo, é de cerca de R\$ 383,5 bilhões e, segundo o Sinafresp (Sindicato dos Auditores Fiscais da Receita Estadual de São Paulo), as renúncias fiscais – isenção de impostos que o governo garante a alguns setores e empresas – devem chegar a R\$ 87 bilhões. Desse montante, R\$ 79,9 bi referem-se ao ICMS. É dinheiro que deixará de ser investido nos serviços públicos, em claro prejuízo à população, e que diminuirá o montante correspondente à Quota-Parte do Estado, com consequências deletérias para o financiamento das universidades.

A isenção de ICMS projetada para 2027 corresponde a cerca de quatro orçamentos das universidades estaduais de SP e do Centro Paula Souza juntos. Em 2026, os recursos destinados para Unesp, Unicamp e USP devem ser de aproximadamente R\$ 17 bi. Para o Centro Paula Souza, que mantém as escolas técnicas (ETEC) e faculdades de tecnologia (FATEC), o repasse em 2026 deve ficar em R\$ 3,9 bi, de acordo com os dados da Lei Orçamentária Anual (LOA/2026).

2026: autonomia e financiamento no centro dos debates

A situação de subfinanciamento vem sendo equacionada pelas reitorias, ano após ano, com a redução do valor real dos vencimentos dos servidores das universidades e com a precarização das suas condições de trabalho. No entanto, sabemos que a garantia de condições dignas de salário e trabalho para professores e servidores técnico-administrativos, bem como para políticas

de permanência estudantil à altura das necessidades de uma grande parcela de estudantes que dela necessitam, são condições *sine qua non* para uma universidade de qualidade comprometida com a sua função social.

A discussão em torno da autonomia e do financiamento das universidades estaduais, passados 37 anos da assinatura do decreto, é hoje mais relevante do que nunca.

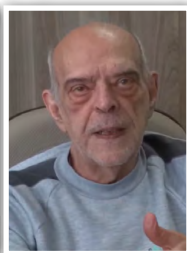
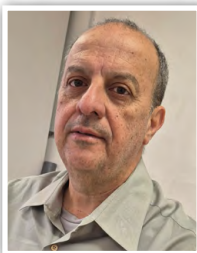
Com a reforma tributária em curso, o ICMS será gradualmente extinto, tornando necessário repensar a base de cálculo dos repasses destinados às universidades estaduais. O Fórum das Seis defende que o novo parâmetro seja a Receita Tributária Líquida (RTL) do estado. A partir de uma análise histórica do período 2012-2022, o GT Verbas da Adusp/Fórum das Seis propõe que as universidades recebam 8,64% da RTL.

A definição do que ocorrerá com os recursos das universidades e, consequentemente, com o futuro da autonomia, dependerá de negociações com o governo estadual e com os parlamentares da Alesp.

“A situação é grave. As universidades podem tomar um tombo enorme em relação ao que foi conquistado em 1988”, alerta Francisco Miraglia, ex-diretor da Adusp e membro do GT Verbas da Adusp/Fórum. “As universidades cresceram e contribuíram para o ensino, a pesquisa e o desenvolvimento regional e nacional. São um patrimônio absolutamente fundamental, que precisa ser preservado. Vamos ter que negociar, vamos ter que brigar, vamos ter que nos mobilizar.”

Nas páginas 61 a 66, leia mais sobre o assunto no artigo “*A trajetória do financiamento das universidades estaduais paulistas até a Reforma Tributária de 2023: Percalços e impasses*”, autoria de Sebastião Neto Ribeiro Guedes e Milton Vieira do Prado Júnior.

Milton Vieira do Prado Jr., da Adunesp, e **Francisco Miraglia,** do GT Verbas Adusp/Fórum: *Mudanças que chegam com a reforma tributária exigem mobilização*



Greve de 2013 trouxe à tona demandas dos três segmentos e foi decisiva para a permanência estudantil na Unesp

O ano de 2013 ficou conhecido pelas ‘jornadas de junho’, um marco na história das lutas populares brasileiras. Na Unesp, aquele ano teve uma importância decisiva para o movimento estudantil e o avanço das políticas de permanência.

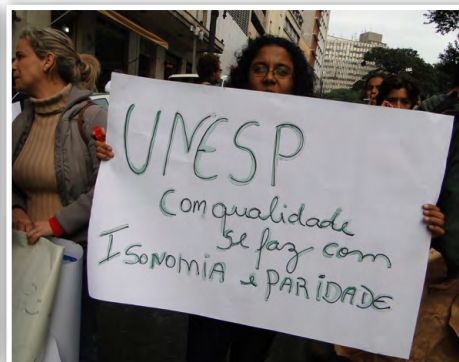
Claro que isso não foi conquistado sem luta. Paralelamente à greve geral que unia as três categorias nas universidades estaduais paulistas, os estudantes da Unesp protagonizaram intensas mobilizações, parando em mais da metade da Universidade, ocupando prédios em todo o estado, inclusive a reitoria, tendo moradia, restaurantes e bolsas socioeconômicas como reivindicações. Foram duramente reprimidos, com prisões, processos administrativos disciplinares e expulsões.

A Adunesp solidariamente disponibilizou advogados para reverter essas arbitrariedades, como relembra o professor Antônio Luís de Andrade, o Tato, presidente atual da entidade.

“Acompanhamos todo o processo. Fechamos um acordo às 4h da madrugada, que levou ao fim da ocupação da reitoria. Muitos dos estudantes que estavam ali sofreram perseguição depois, e nós ajudamos a defendê-los de todas as formas possíveis, inclusive judicialmente, com autorização da Plenária da Adunesp”, conta Tato.

Felipe Luiz, o Guma, à época diretor do DCE provisório e estudante de Filosofia em Marília, relata como a luta teve início. “Começou em Ourinhos, uma unidade que era completamente precarizada, com muitos estudantes de baixa renda que necessitavam do apoio da Universidade. De lá, ampliou-se para Marília e Assis. E aí começamos a rodar o estado e o movimento foi ganhando força.”

O professor Mário Sérgio Vasconcelos, da FCL/Assis, lembra que em 2013 e nos anos anteriores a situação era insustentável, com políticas frágeis e insuficientes de apoio aos estudantes. “Tudo isso virou reivindicação, tendo a criação de uma comissão especialmente para tratar da permanência estudantil como eixo central”. Chamado pelo então reitor, professor Julio Cezar Durigan, para contribuir nas negociações, ele tornou-se peça-chave no que se seguiu. Em agosto de 2013, o CO deliberou pela criação da Coordenadoria de Permanência Estudantil (COPE) para elaborar e acompanhar programas e ações voltadas a combater a evasão. Conco-



Ato organizado pelo Fórum das Seis, em frente à reitoria da Unesp, em 27/6/2013. Ao microfone, fala Tato, da Adunesp

mitantemente, foi implementada a Comissão Permanente de Permanência Estudantil (CPPE), com composição paritária dos três segmentos: 5 estudantes, 5 docentes, 5 técnico-administrativos. Algo ousado e inédito na estrutura da universidade até hoje. Serginho, como é conhecido, coordenou a COPE desde o seu início até 2026, sendo substituído pela professora Maria Cristina Pereira Lima (FM/Botucatu).

Além da criação desses órgãos, a greve conquistou muitas das demandas pontuais apresentadas. “Foi sem dúvida um movimento vitorioso”, conclui Guma.

O estudante de mestrado em Filosofia Rafael Golucci, graduado em Relações Internacionais pela Unesp e atual diretor do

DCE Helenira Resende, não estava na instituição em 2013, mas conhece os frutos da histórica greve. “Apesar das diferenças conjunturais, a greve de 2013 é uma referência muito grande de mobilização até hoje. Todo o sistema de permanência estudantil na Unesp que temos é produto das mobilizações de 2013.”

A greve entre os servidores

Nas negociações com o Cruesp, o índice de reajuste da data-base de 2013 ficou em 5,39%.

Entre os servidores docentes e técnico-administrativos da Unesp, a greve daquele ano ganhou impulso após uma plenária unificada com representantes dos três segmentos no dia 24 de maio.

Entre os professores, a insatisfação decorria da junção de vários problemas, como a quebra da isonomia com as demais universidades (os valores do vale alimentação, por exemplo, eram inferiores aos pagos na USP e na Unicamp), a transformação da avaliação em mecanismo de pressão, a precarização das condições de trabalho, a dificuldade de ascender na carreira em meio ao excesso de burocracia e trabalho, entre outros. A mobilização daquele ano deu visibilidade aos temas e propiciou um grande salto organizativo para a Adunesp que, em meio a várias plenárias pelo estado, reativou a entidade em alguns campi.

Entre os servidores técnico-administrativos, o ponto nevrálgico era a quebra de isonomia com os colegas das demais estaduais, não só em relação aos benefícios, mas também pelas diferenças nos pisos salariais. A bandeira da equiparação, que se estende até os dias de hoje, vinha desde 2010, quando havia sido atendida parcialmente. Em 2013, numa histórica sessão do CO, em 15/8, um novo processo de equiparação foi aprovado, prevendo seis etapas. As duas primeiras etapas ocorreram (aplicação de uma referência de 5% em 2013 e outra em 2014, para todos) e as demais deveriam voltar à análise no CO. No entanto, a chegada da crise financeira em 2014 com o consequente aprofundamento da crise de financiamento das universidades públicas paulistas congelou a discussão, mantendo-a engavetada até a greve do segmento em 2023, quando houve a aplicação de mais duas referências.



Dois momentos em 2013: À esquerda, negociação conjunta dos três segmentos com a reitoria da Unesp, em 7/6. À direita, ato organizado pelo Fórum das Seis em SP, em 27/6

Pimesp e cotas na Unesp

O anúncio de que o governo estadual, à época encabeçado por Geraldo Alckmin, pretendia lançar o Programa de Inclusão com Mérito no Ensino Superior Paulista (Pimesp), foi outro elemento motivador da greve de 2013. A notícia pegou de surpresa a comunidade das três universidades e do Centro Paula Souza (FATECs). Havia muito debate sobre as políticas afirmativas naquele momento, mas a reivindicação geral era que a Unesp adotasse as cotas no formato já proposto pela legislação federal aprovada em 2012.

O Pimesp foi apresentado pelos reitores no início de 2013, a pedido do governo estadual, para tentar adequar de modo “diferente” o ensino superior público paulista à legislação federal, que previa a inclusão, até 2016, de 50% de egressos das escolas públicas, e, dentro deste percentual, 35% de ‘pretos, pardos e indígenas’ (PPI).

O programa propunha a inclusão no ensino superior público paulista “com mérito”:

os cotistas entrariam inicialmente em cursos básicos de dois anos, à distância (em parceria com a Univesp); ao final do segundo ano, os 70% com maior aproveitamento teriam ingresso garantido nos cursos das universidades.

A proposta foi rejeitada pelos três segmentos em greve, ganhou críticas de todos os lados e acabou descartada. Foi considerada discriminatória e não inclusiva. Afinal, determinar outro caminho para o ingresso dos cotistas, impondo-lhes a obrigatoriedade de fazer um curso básico à distância de duvidosa qualidade, o que aumentaria em dois anos o seu trajeto até a conclusão do curso universitário, não poderia ser visto com bons olhos.

Descartado o Pimesp, a Unesp foi a primeira a aprovar a política de cotas entre as estaduais paulistas, para o vestibular de 2014, já no formato que temos até hoje, o que foi considerado um avanço pelas entidades representativas dos três segmentos. A meta de 50% de oriundos da escola pública, com 35% do total destinados para PPI, foi alcançada em 2018.

... essa história tem raízes. E ainda terá muitos capítulos!



Acima, da esq. para a dir., ocupações estudantis em Marília (2002) e em Bauru (2003) e greve das três universidades em 2014. Ao lado, atos unificados durante negociações com o Cruesp em 2024 e 2026

Adunesp já realizou sete congressos

Desde que foi criada, a Adunesp realizou sete congressos, além de vários encontros e debates. O primeiro congresso, em 1987, aconteceu em São José do Rio Preto, e teve na pauta um balanço das lutas travadas nos anos anteriores, por salários e democracia na Universidade.

O segundo congresso veio sete anos depois, em 1994, na cidade de Jaboaticabal, no mês de junho, e foi realizado em plena greve da categoria. Antes dele, um seminário preparatório, em dezembro de 1993, em Botucatu, denominado “**Representação e organização política na Adunesp-Sindicato**”. Coube ao II Congresso discutir condições para uma maior estruturação da entidade, aprovando a implantação da mensalidade sindical em 1% do salário base do docente, cabendo metade da arrecadação à subseção local e metade à Central. A medida foi fundamental para estruturar a Adunesp para as lutas que viriam nos anos seguintes.



O II Congresso, em 2001, em Ilha Solteira

Em Ilha Solteira, no ano de 2001, aconteceu o III Congresso. Em pauta, a avaliação da grande greve de 2000, mudanças estatutárias e a preparação para as lutas dos anos seguintes.

Realizado em Bauru, em 2003, o IV Congresso da Adunesp debruçou-se sobre a conjuntura política – eram os primeiros meses do primeiro mandato do presidente Lula –, analisou os impactos do projeto de expansão na Unesp e discutiu formas de fortalecer as subseções locais.

O V Congresso, em Assis, no ano

de 2005, teve o “Chapão da Adunesp” nos órgãos colegiados como tema central, desde a definição de regras de participação até eixos políticos de atuação.

Em 2007, o VI Congresso, em Marília, teve como tema “**Organização dos trabalhadores em defesa da autonomia universitária**”, ainda sob o impacto das investidas do governo Serra contra as universidades (como você confere na página 11 revista).

O VII Congresso aconteceu em março de 2017, no campus do IA, em São Paulo. Foram três dias intensos, com muita discussão sobre a conjuntura nacional e unespiana, bem como sobre o regimento do Sindicato. Estiveram presentes delegados e observadores de nove *campi*. Sob o tema geral “**Da Universidade que temos para a Universidade que queremos**”, o Congresso teve três subtemas: Análise de Conjuntura, Questões Organizativas e Político-Sindicais, Plano de Lutas.



Na mesa do II Congresso, Edmundo Fernandes Dias (in memoriam), o segundo da esq. p/ a dir.



Plenária dos membros do Chapão da Adunesp, em São Paulo, em agosto de 2001



O III Congresso da Adunesp, em 2001, no campus de Ilha Solteira



Debate no campus de Bauru, em 2003, sobre a reforma da Previdência



O VI Congresso da Adunesp, em 2007, no campus de Marília



O VII Congresso da Adunesp, em 2017, no Instituto de Artes, em São Paulo. Na mesa, fala **Angélica Lovatto**, ao lado de **João Chaves** e **Tato**



De 2016 aos dias de hoje: Década marcada pela pandemia, crise de financiamento, CPI das universidades, greves e manifestações

A última década, de 2016 aos dias de hoje, também foi marcada pela constante mobilização por melhorias salariais e de condições de trabalho, e pela defesa da educação pública. Houve greves em **2016** e **2018**, e realização de atos e manifestações durante as negociações com os reitores. Na Unesp, sob a alegação de falta de recursos, deixamos de receber os reajustes de 3% em 2016 e 2,2% em 2019, que só seriam incorporados em 2020, após muita cobrança da Adunesp e do Sintunesp, inclusive com o pagamento dos retroativos em 2022. No final de 2018, a Unesp não pagou o 13º salário aos servidores estatutários, regularizando a situação apenas no início de 2019.

“O fato de nosso reitor anunciar que não poderia dar os 3% e, depois, em outro momento, que não poderia dar os 2,2%, bem como o atraso no 13º salário, deixavam evidentes que havia uma crise de financiamento das universidades públicas paulistas”, avalia o professor João Chaves, presidente da Adunesp na época e atual secretário-geral da entidade.

Os anos de 2020 e 2021 trouxeram um novo e impactante problema, a pandemia de Covid-19. “As universidades tiveram que se adaptar rapidamente ao novo cenário, o que foi bastante sofrido para todos. Muitos docentes não tinham nenhuma experiência de ensino à distância, de trabalhar com uma classe online, e fizeram das tripas coração para poder conseguir estabelecer uma nova relação de ensino-aprendizagem diante das restrições”, lembra Chaves.

Mas nem tudo poderia ocorrer de forma remota. Os laboratórios de biologia com criação de animais para experiências, por exemplo, demandavam cuidados presenciais. “A nossa Universidade tem uma dívida muito importante com seus docentes, servidores técnicos-administrativos e estudantes nesse período, porque fizeram um esforço gigantesco, inclusive colocando as vidas em risco, para que a instituição continuasse funcionando.”

Adunesp e Sintunesp batalharam para proteger quem se expunha. “Trabalhamos muito para que as pessoas tivessem equipamentos de segurança, para que fosse mitigada a possibilidade de transmissão do coronavírus. Foi um momento em que tivemos uma quantidade muito grande de heróis e heroínas”, conclui.

Assim como o conjunto do funcio-



A instalação da CPI das Universidades na Alesp, em 24/4/2019: Tempos de negação da ciência e de ataques à educação pública.

Ao lado, João Chaves durante depoimento à Revista Adunesp 50 anos



nalismo, os servidores docentes e técnico-administrativos da Unesp foram penalizados pela edição da LC 173/2020, baixada durante o governo Bolsonaro, que proibiu reajustes salariais e suspendeu a contagem do tempo para efeitos de quinquênios, sexta-parte, licenças prêmio e outros adicionais por longos 583 dias. A devolução destes dias só ocorreu em janeiro de 2026, com a edição da LC 226/2026, mas ainda sem garantir o pagamento dos retroativos a quem teve prejuízos funcionais naquele período.

Ataque da extrema direita

Antes do caos da pandemia, as universidades públicas paulistas tiveram de enfrentar outro “vírus”, que poderia feri-las de morte. A direita e a extrema direita parlamentar na Assembleia Legislativa aprovaram a criação, em 24 de abril de 2019, de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para “investigar a gestão das universidades estaduais paulistas”.

Desde sua instalação, foram dezenas de reuniões, nas quais compareceram reitores, ex-reitores, pró-reitores, presidentes de fundações, representantes do Tribunal de Contas do Estado (TCE) e outros. As sessões foram cercadas de polêmicas, com demonstrações de desconhecimento e arrogância sobre o que são estas instituições, o papel que cumprem e os seus reais problemas.

O Fórum das Seis esteve presente em todas as reuniões da CPI. E fez um trabalho de bastidor com todos os deputados e deputadas que compunham a Comissão de Orçamento e Finanças. “Além dos parlamentares de esquerda, conseguimos a neutralidade de alguns que não eram de esquerda, e até o apoio expressivo de um deles, o deputado Barros Munhoz, que foi importante para impedir que a CPI prejudicasse as universidades”, ressalta Chaves.

Ele destaca o baixo conhecimento dos parlamentares que atuavam no ataque às universidades sobre a realidade das três públicas paulistas, além de um nítido viés empresarial. “Chegaram ao ponto de sugerir a cobrança de mensalidades dos estudantes e até de aluguel pelo estacionamento de veículos.”

A reação da comunidade, organizada no Fórum das Seis, conseguiu neutralizar os ataques. O relatório final da CPI das Universidades, concluída em novembro de 2019, não fez nenhum ataque à autonomia universitária, apesar de trazer recomendações privatizantes. O texto também não apresentou as causas para a crise de financiamento das públicas paulistas, já que não era essa a preocupação desses parlamentares.



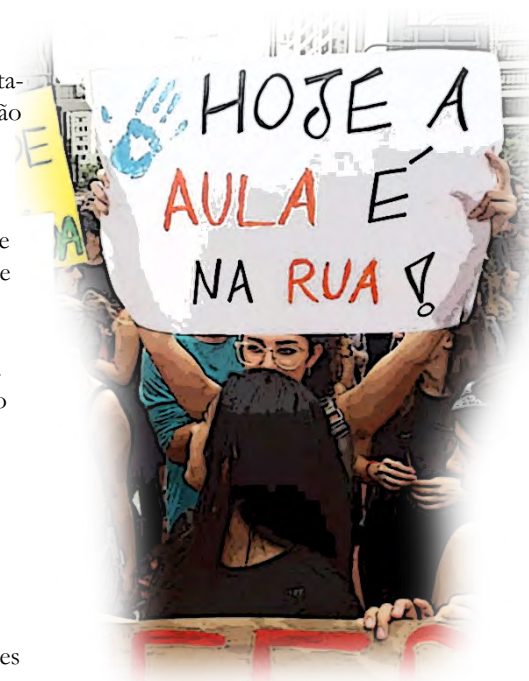
A seguir, veja um breve retrospecto das campanhas salariais de 2016 a 2026

A linha do tempo das campanhas salariais da última década

Confira a seguir, em ordem cronológica, sínteses das campanhas de data-base ocorridas na última década, de 2016 a 2026. As principais lutas desde a criação da Adunesp, de 1976 até 2015, podem ser lidas com mais detalhes nas páginas iniciais.

Importante ressaltar que, além das questões salariais, historicamente a Pauta Unificada do Fórum das Seis contém vários itens referentes às condições de trabalho e estudo, permanência estudantil, seguridade social e aposentadoria, entre outros. Ocorre que o Cruesp ignora tais pontos de pauta nas negociações, não possibilitando sequer a oportunidade de o Fórum das Seis apresentar e defender de forma adequada aquilo que a comunidade universitária entende ser de extrema relevância para a construção de um efetivo Sistema de Educação Superior Público no estado de São Paulo.

O Cruesp, com a sua atávica subserviência aos governadores de plantão, tem mantido as nossas universidades com o arrocho salarial imposto aos servidores docentes e técnico-administrativos e a restrição de recursos para as políticas de permanência estudantil, ainda insuficientes frente à demanda da entrada de estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Os avanços que conseguimos concretizar, em todas as dimensões do funcionamento das três universidades públicas paulistas, são resultado de situações de força, ou seja, grandes mobilizações e enfrentamentos, o que demanda que estejamos sempre mobilizados.



2016

Em maio, após ato público e passeata até a sede do Cruesp, o Fórum das Seis reivindicou reposição salarial com base na inflação do período (maio/2015 a abril/2016), segundo o ICV-Dieese, mais 3% de recuperação de perdas históricas. Então presidido pelo reitor da Unicamp, José Tadeu Jorge, o Cruesp propôs apenas 3% de reajuste, índice insuficiente e abaixo da inflação, e manteve essa posição nas reuniões seguintes. A reitoria da Unesp afirmou que concordava com os 3%, mas que não poderia pagar de imediato. Alegando queda na arrecadação do ICMS, o Cruesp encerrou unilateralmente as negociações.

Diante disso, o movimento decidiu ampliar a greve já deflagrada e realizar novas mobilizações, incluindo passeata ao Palácio dos Bandeirantes, participação em audiência pública na Alesp e atos com a pauta de aumento de recursos às universidades. Em junho, cerca de duas mil pessoas participaram de manifestação até o Palácio, onde foram entregues documentos reivindicando maior repasse do ICMS.



Ato organizado pelo Fórum das Seis, em 14/7, cobra da reitoria da Unesp os 3% da data-base de 2016

2017

A data-base de 2017 teve como reivindicações a reposição salarial com base na inflação pelo ICV-Dieese (maio/2016 a abril/2017), o pagamento de perdas inflacionárias anteriores (incluindo 6,33% referentes a 2015/2016), medidas para contemplar servidores em início de carreira, maior financiamento às universidades, entre outras. A pauta, protocolada em 7/4, também cobrou os 3% não pagos pela Unesp no ano anterior.

Em 17/5, o reitor da Unesp e então presidente do Cruesp, Sandro Roberto Valentini, anunciou "reajuste"

zero, alegando dificuldades orçamentárias e financeiras. O Fórum criticou a decisão, apontando que a política de arrocho salarial agravava perdas acumuladas: cerca de 10% na USP e Unicamp e 13% na Unesp.

Mesmo após protesto realizado em 5/6, o zero foi mantido. O Fórum reiterou a necessidade de pressionar o governo e a Alesp para resolver a crise de financiamento. Na Alesp, o Fórum conseguiu incluir na LDO 2018 texto que garantia o repasse às universidades de parte dos valores referentes aos *royalties* do petróleo.



Ao lado, negociação entre Fórum e Cruesp em 11/5/2017. Acima, ato em 5/6 cobra o restabelecimento da isonomia: a Unesp ainda não havia pago os 3% do ano anterior

2018

A pauta unitária do Fórum das Seis foi protocolada em 4/4, tendo como reivindicação o restabelecimento do poder aquisitivo dos salários de maio de 2015, ou seja: a reposição da inflação calculada pelo ICV-Dieese e não paga desde então. Até março, esse índice estava em 12,62% para a USP e a Unicamp; para a Unesp, que não honrou os 3% em maio de 2016, o percentual era de 15,99%.

Em 17/5, as categorias realizaram paralisação na data de reunião com o Cruesp. Sem propostas razoáveis por parte dos reitores, foi aprovada a deflagração de greve, então iniciada em 29/5 e suspensa em 14/6. O reajuste salarial ficou em 1,5%. No final do ano, a Unesp não pagou o 13º salário aos servidores estatutários, regularizando a situação apenas no início de 2019, após ações judiciais da Adunesp e do Sintunesp. O Fórum das Seis promoveu ato em solidariedade aos servidores da Unesp.



Atos durante a data-base de 2018. Ao microfone, **João Chaves**, da Adunesp

A pauta da data-base 2021 foi protocolada em 8/4 e a primeira reunião com o Cruesp só ocorreu em 10/6. As reitorias aplicaram a LC nº 173/2020, embora as assessorias jurídicas das entidades do Fórum das Seis tenham demonstrado que, por conta da autonomia, ela não se estendia às universidades estaduais.

Dados os altos índices inflacionários desde que a pauta havia sido protocolada em abril, o Fórum das Seis atualizou a reivindicação em novembro de 2021, para 20% imediatos a partir de janeiro de 2022, mais planos de recomposição e de valorização dos níveis iniciais das carreiras. Em janeiro de 2022, quando cessaram os efeitos da LC nº 173 e o novo reitor da USP, Carlos Gilberto Carlotti Jr., assumiu a presidência do Cruesp, o Fórum das Seis voltou a pressionar para a retomada das negociações.

2019

A pauta unificada da data-base de 2019 trouxe como itens prioritários: 1) compromisso entre Fórum das Seis e Cruesp de adoção de um plano de recuperação salarial; 2) defesa das universidades públicas; 3) defesa dos direitos previdenciários, sob ataque pelos governos Bolsonaro e Dória.

No início do ano, em 14/2, o Fórum das Seis realizou um ato em frente à reitoria da Unesp, cobrando o pagamento do 13º salário aos estatutários.

A reivindicação salarial era de 8% de

reajuste na USP e na Unicamp e de 11,24% na Unesp. O Cruesp, presidido pelo reitor da Unicamp, Marcelo Knobel, ofereceu inicialmente 1,8% de reajuste, depois elevado para 2,2% (novamente não pago na Unesp). Os 3% de 2016 e os 2,2% de 2019 só foram incorporados aos salários pela Unesp em março de 2020. Após amplo processo de negociação entre a Adunesp e o Sintunesp com a reitoria da Unesp, os retroativos pelo não pagamento nas datas corretas foram quitados em julho de 2022.



Ato organizado pelo Fórum das Seis, em 14/2/2019, pelo pagamento do 13º aos estatutários da Unesp



30 de maio de 2019 foi dia nacional de luta contra os cortes na educação, no início do governo Bolsonaro. Na foto, ato em Sorocaba

2020

Com o advento da pandemia de Covid-19, o Fórum das Seis suspendeu a realização da campanha de data-base, oficiando o Cruesp sobre sua decisão. Cabe destacar que inúmeras atividades continuaram ocorrendo nas três universidades estaduais e no Centro Paula Souza, com aulas pelo ensino remoto emergencial (ERE). Embora houvesse receio de queda da arrecadação de impostos, isto de fato não ocorreu, conforme constatado em reunião realizada em julho entre o Fórum das Seis e o Cruesp. Mesmo assim, o governo federal promulgou a Lei Complementar (LC) nº 173/2020, que congelou os salários, as contratações e a contagem de tempo de serviço de servidores (sexta-parte, quinquênio, licença prêmio) por 583 dias.



Ato na Alesp, em 3/3/2020, contra as mudanças na Previdência promovidas pelo governo Dória, na esteira do federal

2021



A então coordenadora do Fórum **Michele Schultz** (Adusp) fala durante ato em frente à reitoria da USP, em 10/4/2021

2022

O Cruesp reuniu-se com o Fórum das Seis em 7/3, apresentando uma proposta de reajuste de 20,67%, sem mencionar os planos de recomposição e de valorização dos níveis iniciais das carreiras. A intenção dos reitores era encerrar a data-base de 2022 ali mesmo, pretensão rejeitada pelo Fórum das Seis. Os sindicatos reafirmaram que a campanha daquele ano teria início quando fosse

protocolada a Pauta Unificada aprovada nas assembleias de base, o que ocorreu em 17/4. Os 20,67% foram aceitos pelo Fórum das Seis, após aprovação nas assembleias. Embora insistentemente cobrado, o Cruesp se negou a negociar a data-base de 2022, numa postura intransigente do reitor da Unicamp, Antonio José Meirelles (Tom Zê), então presidente.



Atos em Campinas contra a negativa do Cruesp em negociar a data-base 2022: Acima, em 31/5. Abaixo, na foto maior, em 30/8. Ao lado, em 18/10, fala **Silvia Vaccari**, da ADUnicamp



2023

Nesta data-base, o Fórum pleiteou 7,10% (inflação de março/2022 a abril/2023) mais 8,48% sobre o salário já reajustado (o que correspondia à metade do total de perdas desde maio/2012). O índice total de reajuste imediato seria, portanto, de 16,18%. Nas negociações, os reitores rejeitaram a reivindicação e o reajuste salarial de 2023 acabou ficando em 10,51%.

Outro item da pauta salarial referia-

-se à recomposição das perdas de servidores docentes e técnico-administrativos do Centro Paula Souza (Ceeteps), de acordo com índices adotados pelo Cruesp no período de 1996 a 2023. O Ceeteps é vinculado legalmente à Unesp, de acordo com o artigo 15 da Lei 952/1976, o que motiva a reivindicação todos os anos. Os índices eram automaticamente repassados pelo governo estadual aos servidores do Centro até 1996.



Negociação durante a data-base de 2023, em 18/5, na reitoria da Unesp

2024

A Pauta Unificada da data-base 2024 foi protocolada pelo Fórum das Seis em 19/4. A única reunião de negociação foi realizada em 16/5, acompanhada de um ato com a participação de número expressivo de estudantes, servidores docentes e técnico-administrativos. O Cruesp apresentou a proposta de um percentual de 3%, que seria um arredondamento da inflação do período medida pelo IPC-Fipe. A reivindicação do Fórum era de 17,31%. Dado o cenário de arrecadação do ICMS no primeiro trimestre, o Fórum fez uma proposta de fracionamento deste índice: 10,05% em maio e o restante a ser pago no segundo semestre. Por força do ato e da argumentação da representação do Fórum, o Cruesp reviu sua proposta inicial e chegou ao índice de 5% ao final da reunião.

As assembleias de base insistiram na reabertura de negociação, mas o Cruesp, sob a presidência do reitor da USP, Carlos Gilberto Carlotti Jr., alegou não haver fato novo que a justificasse. Contudo, havia sim um contundente fato novo: diferentemente do primeiro trimestre, a arrecadação do ICMS subiu muito nos meses seguintes, fechando 2024 com um aumento de 14% em relação ao ano anterior.



Nas três fotos acima, ato e negociação durante a data-base de 2024, em 16/5, na USP. Na do alto, fala **Denise Rykala**, do Sinteps. Logo acima, fala **José Luís Pío Romera**, do STU

2025

A Pauta Unificada reivindicou a reposição das perdas do período de maio/2012 a abril/2025; a recomposição das perdas salariais de servidores docentes e técnico-administrativos do Ceeteps; e que houvesse garantia de isonomia salarial entre servidores técnico-administrativos e docentes das três universidades e do Ceeteps. O reajuste de 2025 ficou em 5,51%, índice que correspondeu à inflação do período de maio de 2024 a abril de 2025. Antes das negociações, cada universidade promoveu mudanças no valor do vale alimentação, que foi de R\$ 1.502,00 para R\$ 2.000,00 na Unesp, e de R\$ 1.290,00 para R\$ 1.950,00 na USP. Na Unicamp, o vale refeição foi de R\$ 40,00 para R\$ 43,00, sendo que o VA já estava em R\$ 1.950,00 desde janeiro/2025.



Ato da data-base 2025, em Campinas, em 18/5. À esq., audiência pública promovida pelo Fórum das Seis em 10/12/2025, na Alesp, para discutir reforma tributária e financiamento. Fala Antônio Luís de Andrade, o **Tato**, da Adunesp

2026

A data-base de 2026 registrou grandes manifestações, seja durante as negociações em frente da Unesp, cuja reitora, Maysa Furlan, estava na presidência do Cruesp, seja em frente ao Palácio dos Bandeirantes. Na Pauta Unificada, protocolada em 16/4, entre outros, estavam: a reivindicação de cerca de 16%, índice necessário para voltar ao poder de compra de maio/2012, aí incluída a inflação de maio/2025 a abril/2026, medida pelo IPCA-IBGE; as demandas da permanência estudantil e o debate sobre o financiamento. A postura da reitoria da USP, já dirigida pelo novo reitor, Aluísio Segurado, de conceder uma gratificação para parte dos docentes, de R\$ 4.500,00 por até 24 meses, a partir de 2027, foi duramente criticada pelo Fórum das Seis, que a classificou como “golpe contra a isonomia e direitos”, em detrimento de uma real valorização salarial. Posteriormente, a reitoria estenderia a gratificação, em valores diferentes, aos funcionários, após o segmento paralisar.

A campanha unificada teve expressivos atos durante as negociações – em 4/5, 11/5 e 10/6 – e ainda foi marcada por duas grandes passeatas ao Palácio dos Bandeirantes, nos dias 20/5 e 17/6, tendo como pauta mais recursos para as universidades e o Centro Paula Souza. Os três segmentos participaram da greve nas três universidades, mas com datas de ingresso e de saída diferentes. Na Unesp, os docentes aderiram em 10 *campi*, os servidores técnico-administrativos em sete e os estudantes em cerca de 100 cursos de graduação e pós-graduação. Do ponto de vista salarial, a pressão forçou os reitores a saírem do zero inicial para chegar a 3,92%. As reivin-

dicações da permanência foram levadas a um GT entre Fórum e Cruesp, com perspectiva de encerrar os trabalhos e apresentar propostas ainda em 2026. O Fórum segue cobrando o início do funcionamento do GT sobre Reforma Tributária e Financiamento, aprovado em março, mas sem nenhuma reunião até o fechamento desta revista, em final de setembro de 2026.



Nas duas fotos acima e na maior, momentos do grande ato em 20/5/2026, rumo ao Palácio dos Bandeirantes



Negociação entre Fórum das Seis e Cruesp, em 4/5/2026, na reitoria da Unesp



Mais de duas décadas após a expansão, Unesp ainda se ressenta pelo subfinanciamento

Em 2001, o Conselho de Reitores das Universidades Estaduais Paulistas (Cruesp) apresentou na Assembleia Legislativa um projeto de expansão de vagas para o ensino superior no estado. O texto apontava três eixos centrais: expansão de 5% das vagas nos cursos tradicionais ao ano (durante cinco anos), criação de cursos sequenciais e de um sistema de formação de professores para o ensino básico.

O projeto foi rejeitado pelo Fórum das Seis, que considerou tímidos os números previstos. Até aquele momento, menos de um quarto dos jovens do estado estavam matriculados em instituições de ensino superior públicas ou privadas. Em contraponto, o Fórum indicou a necessidade de triplicar a oferta nas três universidades, com um aumento de 10% ao ano, por 12 anos. Em relação aos cursos sequenciais de curta duração, a crítica foi contundente: mais rápidos, mais baratos e, obviamente, de menor qualidade, destinados à população de baixa renda. Bombardada pelas entidades sindicais e parte dos deputados, a proposta acabou sendo engavetada.

Na Unesp, porém, à época dirigida pelo reitor José Carlos Souza Trindade, a expansão sem garantia de recursos começou

por outras vias. Em 27 de fevereiro de 2002, durante sessão do Conselho Universitário, o reitor pediu a aprovação, a toque de caixa, da criação sete novos *campi*, com mil novas vagas já no vestibular seguinte. A Adunesp distribuiu aos conselheiros um documento intitulado “**Por um plano de expansão que atenda aos anseios da comunidade**”, no qual expunha seu posicionamento: “Em tempos eleitorais, aliás, de forma oportunista, as estatísticas costumam ganhar importância para os governos de plantão (...) O que se pleiteia é que as universidades públicas ampliem suas vagas, mas com garantia de qualidade. E isso significa aumento de verbas, contratação de professores e funcionários, novos laboratórios e aquisição de equipamentos”, dizia trecho do texto divulgado.

O documento da Adunesp balançou parte dos conselheiros. Trindade manobrou e propôs que se votasse apenas o mérito da questão, para se estudar a viabilidade da expansão das vagas.

O Conselho Universitário aprovou esse encaminhamento e apontou uma comissão para realizar esse estudo no prazo de quatro meses. O professor Arif Cais, de São José do Rio Preto, também propôs, e foi acompanhado pelos conselheiros, que a ampliação

de vagas deveria estar vinculada ao aumento de verbas permanentemente pela Assembleia Legislativa.

Pouco tempo depois, o reitor passou a divulgar em todo o estado que a proposta já estava aprovada. Em audiência à Adunesp, em 27 de março, questionado sobre a contratação de 189 professores em tempo parcial, ele respondeu: “Não precisamos de pesquisadores e sim de professores para dar aula.”

O assunto voltou ao CO em sessão de 14 de agosto, sob novo protesto dos três segmentos. Os estudantes ocuparam o prédio da reitoria, na época localizada na Alameda Santos. Uma porta de vidro foi quebrada e assessores do reitor agrediram os estudantes.

“Nestas idas e vindas, o governo sinalizou com uma verba de cerca de R\$ 30 milhões para a Unesp, o que deu início a uma barganha infernal entre reitoria e diretores”, disse à **Revista Adunesp 30 anos** (2007) o professor Milton Vieira do Prado Júnior, que viria a presidir a Adunesp nas gestões 2003-2005 e 2005-2007.

Pressionado, o reitor transferiu as sessões para o interior e, em 29 de agosto, o campus de Araçatuba foi cercado pela polícia, para “garantir a votação”, segundo Trindade. O CO aprovou a criação de 44 novos cursos nas unidades já existentes e sete novas unidades (Sorocaba, Registro, Rosana, Dracena, Ourinhos, Tupã e Itapeva), que ganharam o nome de “diferenciadas”, pois tinham uma estrutura administrativa e um organograma funcional que não estavam previstos no estatuto da Universidade. Parte dos recursos necessários para implantá-las viria de parcerias com as prefeituras. Em 2007, elas passariam a ser denominadas “experimentais” e, em 2021, já na gestão Pasqual Barretti, finalmente tiveram garantidos a mesma estrutura organizacional, nomenclatura e status que os demais *campi*.

Atualmente tesoureiro da Adunesp



Sessão do CO da Unesp em 29/8/2002, no campus de Araçatuba, cercado pela polícia

– gestão 2025/2027 – o professor Milton recorda os tensos momentos daquela sessão, que aprovou a proposta do reitor em apertada margem de votos. “Houve uma grande manifestação na cidade, mas o cerco policial era muito grande. Para entrar no Conselho Universitário, era preciso pedir autorização.”

Milton ressalta que se absteve na votação como estratégia para poder publicar a forma de expansão defendida pela Adunesp. “Com a abstenção, a gente conseguia colocar na ata do Conselho Universitário todos os princípios que a Adunesp defendia e que não estavam sendo cumpridos naquela aprovação, sendo o mais importante a falta de verbas definitivas.” Houve ainda a apresentação de proposta alternativa de criação de uma única “unidade diferenciada”, com o objetivo de mitigar os impactos da criação de sete novos *campi* sem garantia de recursos, o que também contribuiu para diminuir a força da proposta da reitoria, que acabou vencedora por uma margem muito pequena de votos.

As verbas extras que o governo havia anunciado para a criação dos novos *campi* foram “fogo de palha”. Milton relata que, no primeiro ano, foram repassados R\$ 29 milhões, que deveriam ser entregues anualmente durante cinco anos. Mas, já no segundo

ano, o aporte caiu para R\$ 18 milhões, no terceiro, para R\$ 10 milhões, no quarto, para R\$ 7 milhões e, no quinto, caiu para zero.

“A gente sofre as consequências até os dias de hoje”, enfatiza Milton. Ele registra que, com a autarquização do Hospital de Botucatu, em 2010, também ocorreu uma nova expansão de vagas nas engenharias, com a implantação de 11 graduações (em nove cidades), e a criação do campus de São João da Boa Vista, desta vez sem nenhuma verba extra e a um custo, segundo dados oficiais, maior do que aquele anteriormente destinado à manutenção do hospital escola da Faculdade de Medicina de Botucatu.

“Importante salientar que a Adunesp não é contrária à expansão, mas sim contra qualquer expansão feita sem planejamento e cuidados com a prevalência do tripé ensino/pesquisa/extensão e com a garantia de recursos perenes. Uma vez criadas, a Adunesp passou a defender intransigentemente que as novas unidades tivessem os mesmos direitos e estruturas das demais”, conclui Milton.

O professor Mar-

celo Hott, membro da diretoria da Adunesp nas gestões 2001-2003 e 2003-2005, atualmente aposentado, comenta que os efeitos da expansão sem verbas são sentidos até hoje. Os recursos repassados pelo estado são insuficientes para dar conta das necessidades da Unesp. “Muitas unidades ainda contratam professores substitutos para suprir a falta de pessoal.” Ele enfatiza a luta permanente da Adunesp pela melhoria e pelo aumento do financiamento para que as universidades estaduais paulistas possam funcionar dignamente.

Autoconvocação em 2004

Durante a greve unificada das três universidades, em 2004, ainda sob o impacto da turbulenta aprovação da expansão, a comunidade da Unesp se movimentou para forçar a autoconvocação do Conselho Universitário. O reitor Trindade se antecipou e marcou uma sessão extraordinária do colegiado para 15 de julho, acatando a pauta reivindicada pelas entidades representativas: situação das unidades diferenciadas, cursos novos, balanço da aplicação das verbas destinadas à expansão, participação discente no CO etc.

Em votação conduzida pelo reitor, a maioria dos conselheiros (31 a 26) votou pela entrada dos representantes estudantis, da Adunesp e do Sintunesp, mas sem direito a voz, no caso destes dois últimos. Em protesto, os sindicalistas entraram na reunião, sob forte escolta policial, fizeram uma declaração e se retiraram. Em frente à reitoria, ainda localizada na Alameda Santos, um ato dos três segmentos repudiava aquele novo capítulo na truculenta gestão Trindade.



Sessão do CO da Unesp, em 15/7/2004, convocada pelo reitor Trindade sob pressão da comunidade. Impedidos de falar, representantes da Adunesp e do Sintunesp deixam a reunião e se juntam aos manifestantes em frente à reitoria da Unesp, à época na Al. Santos. Ao microfone, João Chaves (Adunesp) e João Carlos Camargo de Oliveira (Sintunesp)



A defesa da estruturação dos novos *campi* passou a ser bandeira da Adunesp. Acima, ato em 24/5/2005. Abaixo, em 10/6/2014



As veias abertas da autarquização: HC de Botucatu ainda carrega sequelas 16 anos depois

Financiamento e falta de pessoal continuam sendo gargalos

Vendida como a panaceia para resolver as dificuldades de financiamento do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina de Botucatu (HCFMB), a autarquização segue sendo um processo – ao que tudo indica, ainda em curso – recheado de problemas 16 anos depois.

Não resolveu a falta de servidores e ainda convive com as contradições derivadas da existência de quatro regimes diferenciados de trabalho e salários: os servidores da Unesp, os que ingressaram pela Secretaria Estadual da Saúde, os vinculados à Fundação para o Desenvolvimento Médico e Hospitalar (Famesp) e os contratados por empresas terceirizadas.

A transformação do HCFMB em autarquia vinculada à Secretaria da Saúde foi aprovada no Conselho Universitário em dezembro de 2009 e, já no final de março de 2010, passados apenas três meses de tramitação, culminou na promulgação da Lei Complementar nº 1.124, pelo então governador Alberto Goldman.

Em janeiro de 2016, a Adunesp foi a campo para traçar um panorama do hospital cinco anos após a mudança. A publicação, uma revista com registros históricos e depoimentos de servidores, gestores e usuários, pode ser conferida no *site* da entidade.

Para a edição atual da revista, que registra os 50 anos da Adunesp, ouvimos novamente alguns membros da comunidade. Luís Carlos de Freitas Mello, hoje aposentado, trabalhou 30 anos no Hospital. Ele mantém as críticas feitas à revista em 2016. “O quadro funcional ainda tem trabalhadores exercendo as mesmas funções, mas com regimes de contratação, salários, direitos e benefícios diferentes.” Ele lembra que a Adunesp e o Sintunesp, entidade onde foi diretor, foram contrárias à autar-



Revista da Adunesp, em janeiro de 2016, trouxe um balanço dos cinco primeiros anos da autarquização

quização, mas não conseguiram impedir a mudança.

O médico sanitarista e professor aposentado da Faculdade de Medicina de Botucatu, Antonio Luiz Caldas Junior, testemunhou o processo de autarquização do hospital, que conheceu em 1976 quando realizou sua residência médica no local. Atualmente, ele presta serviços junto à superintendência da autarquia na área de planejamento.

Apesar de considerar o saldo positivo, ele reconhece que a transformação em autarquia não resolveu o problema de financiamento nem o da falta de funcionários. Parte dessa lacuna vem sendo preenchida de forma precarizada por meio de contratações terceirizadas. Caldas responsabiliza o governo do estado por não cumprir o que tinha sido prometido.

“Se eu fosse eleger um problema de magna importância, escolheria o desafio dos recursos humanos. Quando o hospital foi autarquizado, havia uma promessa do governo estadual de que todos aqueles funcionários contratados pela Unesp seriam paulatinamente substituídos por funcionários efetivos da Secretaria Estadual da Saúde, autárquicos. Isto não aconteceu. O governo do estado não cumpriu sua parte”, critica.

Em 2026, dos cerca de 4.100 profissionais que atuam no hospital, somente 738 são vin-

culados à Secretaria da Saúde e 271 à Unesp. Além disso, o HCFMB conta com os serviços de docentes, médicos residentes e outros profissionais em processo de especialização, vinculados à Unesp. Em 2010, quando teve início a autarquização, havia 1.279 servidores da Secretaria e 1.153 da Unesp.

Caldas também critica o governo estadual por promover a “instabilidade orçamentária” da autarquia. “O estado não oferece uma previsão orçamentária plurianual, transparente”. Os recursos advindos do SUS e do próprio governo estadual, assim como as emendas parlamentares, que eram para ser exceção, segundo ele, viraram regra.

“A gestão financeira tornou-se difícil, fragmentada, porque são recursos ‘não-orçamentários’. São liberações pontuais, o que quebra a ideia da estabilidade, ou seja, da perspectiva de um planejamento de médio e longo prazos, tão necessário a uma instituição de saúde e de ensino. Isso gera rotatividade e instabilidade na contratação de pessoal, feita de uma maneira, digamos, terceirizada, já que é através de uma Fundação, o que é muito comum hoje em dia na área da saúde”, avalia.

O HCFMB atende 68 municípios, das regiões de Avaré, Bauru, Botucatu, Jaú e Lins, atingindo aproximadamente 1,8 milhão de habitantes. Nesse território, 430 mil pessoas possuem saúde suplementar (privada), o que equivale dizer que mais de 1,3 milhão pessoas dependem exclusivamente do SUS.

Os números do HCFMB, expressos em seu portal na Internet, impressionam. Por ano, são prestados mais de 4,1 milhões de atendimentos ambulatoriais, cerca de 600 mil consultas, 2 milhões de exames, 20 mil internações e aproximadamente 11 mil cirurgias.

“Nosso Hospital acaba prestando atendimento de todos os níveis. Muitos municípios, mesmo os de médio porte, não dispõem de serviços hospitalares ou de urgência. O maior exemplo disso é o próprio município de Botucatu, com 150 mil habitantes, que para internações de urgência de baixa ou média complexidade tem que recorrer ao HC, sobrecarregando-o e dificultando o acesso àqueles procedimentos especializados de alta complexidade, que deveriam ser o centro privilegiado de suas atividades”, finaliza Caldas.



Para Caldas (acima), recursos humanos e gestão financeira são os maiores imbróglios.

Freitas critica diferenças salariais e de direitos entre os trabalhadores

Luta pela democratização das instâncias de poder na Unesp segue na ordem do dia

As razões que levaram às intensas mobilizações da comunidade e aos impasses que balançaram a Unesp nos anos 80, envolvendo as eleições reitorais, como você confere nas páginas iniciais desta edição, seguem na ordem do dia. A democratização das estruturas de poder das estaduais paulistas – tanto na escolha dos dirigentes, quanto na composição e participação nos colegiados – continua sendo reivindicação permanente das entidades sindicais e estudantis.

“Desde 1976 lutamos por estruturas, funcionamentos e mecanismos mais democráticos e de participação direta dos docentes, servidores técnico-administrativos e estudantes. Sempre defendemos a paridade proporcional”, frisa o atual presidente da Adunesp, Antônio Luís de Andrade, o Tato.

Atualmente, tanto na composição dos órgãos colegiados, quanto nas consultas eleitorais realizadas na Unesp (para reitor e diretores de unidades), os três segmentos têm ‘peso’ bem diferente no resultado final: enquanto os docentes ‘pesam’ 70%, os técnico-administrativo e estudantil representam 15% cada.

Depois de feita a consulta, no caso da escolha de reitor, os três nomes mais votados seguem para o Colégio Eleitoral (composto pelos colegiados centrais CO, CEPE e CADE), que os tem referendado. Posteriormente, os envia (a famosa lista tríplice) para a escolha final do governador, o pecado original que estabelece uma relação de compromissos entre o nome escolhido e o governo estadual.

Até 1996, o processo de escolha dos dirigentes da Unesp era bem diferente do atual. Fruto das mobilizações de 1983 e 1984, quando a comunidade acadêmica – representada pela Adunesp, DCE Helenira Resende e Comissão dos Funcionários (o Sintunesp viria a ser criado em 1989) – organizou uma consulta paritária para a eleição reitoral, o procedimento se manteve nos anos seguintes. Embora certos procedimentos de eleição,



Ato durante a greve de 2014

chapa liderada pela professora Maria do Rosário, de Marília, ficasse em segundo lugar. No segundo turno, a vitória foi do professor Sandro Valentini, de Araraquara.

“Esse não é um sistema de fato representativo de uma democracia interna na universidade”, avalia Maria do Rosário. “O argumento é que os docentes ficam mais tempo na Universidade e, portanto, te-

riam mais condições de tomar decisões, mas isso não se sustenta. Os servidores também são perenes. Os estudantes, embora fiquem menos tempo, em seus cursos de graduação e pós-graduação, são igualmente fundamentais para a sustentabilidade da instituição. Então, os três segmentos se complementam e constroem a Universidade, independente do tempo em que permanecem ou das contribuições de cada um.”

Avanço nas federais

As universidades federais conquistaram um importante avanço com a sanção da Lei 15.367/26, pelo presidente Lula, que estabelece o fim da lista tríplice nas instituições.

Com isso, o processo eleitoral começará e terminará na própria instituição de ensino, não sendo mais previsto o envio de lista tríplice para o Poder Executivo. O nome mais votado na consulta à comunidade passa a ser obrigatoriamente o empossado.

A nova lei garante eleições diretas com a participação de docentes, técnicos-administrativos e estudantes nas federais, com o fim do ‘peso’ de 70% para o segmento docente. A definição das regras eleitorais – e, portanto, do peso dos segmentos – caberá à própria instituição.

Importante ressaltar que, mesmo antes da aprovação da nova lei, as consultas eleitorais na maioria das universidades federais (cerca de 75%, segundo estudos da Universidade Federal do RS) já vinham sendo paritárias.

“É preciso que a nova lei federal sirva de parâmetro objetivo para os debates na Unesp”, conclui Alberto de Souza, do Sintunesp.

Projeto de lei com teor semelhante (PL 65/2026, de autoria do deputado Luiz Fernando Ferreira, do PT-SP) tramita na Assembleia Legislativa de SP.

A professora **Maria do Rosário**, candidata a reitora em 2016, e **Alberto**, do Sintunesp: Paridade é defesa da democracia na Universidade



Em 2016, uma acirrada disputa nas eleições reitorais colocou em evidência, mais uma vez, as contradições do sistema representativo na Universidade. Embora alcançando mais votos em termos absolutos no primeiro turno, a ausência de paridade entre os segmentos faz com que a

Passado e futuro da universidade pública se cruzam com os sonhos, os projetos e a participação dos **NOVOS DOCENTES DA UNESP**

Sueyla Ferreira da Silva dos Santos, Rafael Henrique Teixeira da Silva e Ana Carolina de Moraes Colombaroli são docentes em *campi* diferentes da Unesp e atuam em áreas distintas. Sueyla, de Prudente, concentra suas disciplinas no curso de Educação Física; Rafael, de Ourinhos, atua na graduação em Geografia; Carol, de Franca, em Serviço Social. Ela e Rafael também são docentes do programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas em Franca.

As semelhanças são muitas. Os três estudaram na Unesp em alguma fase da formação – na graduação, no mestrado ou no doutorado – e ingressaram como docentes na instituição há poucos anos. Os três atuam nos órgãos colegiados locais e centrais. Rafael é membro da diretoria da Adunesp Central.

Nesta edição especial de 50 anos, além de resgatar os principais fatos de sua história – o passado, afinal, é o farol para o presente e o futuro – a Adunesp volta seus olhos para a nova geração de docentes. Conhecer suas expectativas, frustrações e visões de mundo é também combustível para os próximos tempos. E para as próximas lutas.

Em entrevista à Adunesp, eles falam das expectativas que trouxeram, dos problemas encontrados e caminhos que vislumbram para superá-los. Também abordam questões cruciais para a Unesp dos próximos 50 anos: a democratização do acesso e da permanência, das estruturas e do exercício do poder.

Expectativas e realidades

“A formação na Unesp teve um papel fundamental na minha formação como sujeito, de modo que as expectativas ao ser

aprovada no concurso eram muito elevadas. E ainda são, justamente por acreditar na capacidade transformadora da Universidade em que me tornei professora”, diz Carol, que começou a trabalhar na instituição em 2024.

Sueyla, que iniciou como docente em 2023, conta que, ao ingressar numa universidade com a projeção nacional e internacional da Unesp, “tinha expectativas bastante altas, especialmente em relação à infraestrutura para o ensino, à possibilidade de ampliar o atendimento à comunidade e às condições para desenvolver pesquisas em colaboração com outras instituições”.

“A capilaridade da Unesp, presente em 24 cidades nas diferentes regiões do estado, se desdobra em possibilidades concretas de democratização do acesso, de interiorização da produção científica, de formação de professores, de difusão cultural e de desenvolvimento regional, mas tudo isso impõe desafios”, assinala Rafael, na instituição desde 2022.

Os três jovens docentes veem no financiamento o nó górdio a ser desatado no próximo período. Eles mostram-se preocupados com as mudanças que chegam com a reforma tributária, principalmente a extinção do ICMS nos próximos anos, o que impõe a necessidade de garantir novos parâmetros de financiamento para universidades estaduais.

“É preciso aprovar uma mudança na Constituição paulista e definir um percentual da receita tributária líquida do estado para financiar as universidades de agora em diante”, defende Carol, fazendo coro com a proposta do Fórum das Seis. Ela vê desafios adicionais a serem superados na Unesp: “Passamos por



um grande processo de expansão de alunos, de cursos e de *campi*, que não veio acompanhada de mais recursos e nem de pessoal, o que acaba comprometendo a qualidade do trabalho e, principalmente, a qualidade de vida dos trabalhadores.”

Sueyla concorda: “A Unesp alcançou em 2025 sua melhor posição em *rankings* internacionais, sendo a sexta melhor universidade da América Latina no QS World University Rankings e a terceira entre as brasileiras no The World University Rankings. Ao mesmo tempo que vemos esse crescimento, é importante que questionemos se nossas condições materiais e orçamentárias são compatíveis com as exigências para nos mantermos nessa classificação.”

Para Rafael, enfrentar o problema do financiamento implica, também, reafirmar a importância social da universidade pública. “Precisamos fortalecer a compreensão de que a universidade não existe apenas para produzir conhecimento especializado, formar profissionais e alimentar determinados setores do mercado, mas também para responder às necessidades da sociedade, contribuir para a redução das desigualdades e produzir conhecimento comprometido com a transformação da realidade”, opina.

Individual x coletivo

A Adunesp considera que há, nas universidades públicas, uma pressão para o isolamento de cada docente, que estamos submetidos a um modelo de educação superior pública que se fundamenta na precarização das condições de trabalho e na valorização do produtivismo. O resultado mais dano-



Carol, Sueyla e Rafael, embora recentes na Universidade, já atuam nos órgãos colegiados locais e centrais. Rafael é membro da diretoria atual da AD Central

so disto, além do adoecimento progressivo dos docentes, é a naturalização das saídas individuais como mecanismo de sobrevivência na instituição e para a obtenção de melhorias salariais. Será que os novos docentes concordam com essa afirmação?

“Sim. Vejo cotidianamente o corpo docente sendo pressionado por uma lógica de produtividade e de concorrência, tanto interna quanto externa”, responde Sueyla. “Há uma quantidade muito grande de demandas que atravessam nosso dia a dia e nem todas são valorizadas, embora ocupem um tempo considerável na nossa jornada de trabalho”, prossegue, citando como exemplo as aulas na graduação, orientação, participação em colegiados, tentativas de captação de recursos para projetos e tantas outras atividades que envolvem um processo longo até que se tenha o êxito ou conclusão. “Também percebo que a necessidade de cumprir aquilo que será considerado para a progressão na carreira pode fazer com que o docente concentre seus esforços no que é mais objetivamente mensurável.”

Rafael vai na mesma linha. Para ele, a busca por progressão na carreira, melhores salários, reconhecimento e melhores condições de trabalho acaba sendo frequentemente apresentada como uma trajetória individual. “O problema é que, quando as soluções individuais se tornam a resposta predominante para problemas que são coletivos, a capacidade de organização da categoria se enfraquece e as próprias condições que produzem o sofrimento permanecem intocadas”, assinala.

Ele cita outra dimensão que considera particularmente preocupante: “Quando determinados índices de publicação, produtividade ou desempenho passam a funcionar como sinais quase incontestáveis de excelência, determinadas práticas antiéticas, desleais ou excessivamente competitivas podem acabar sendo naturalizadas no ambiente acadêmico. A consequência não é apenas o isolamento e o esgotamento. Essa lógica pode alimentar um ambiente no qual diferentes formas de violência, como o assédio moral, sexual, organizacional e virtual, entre outras, encontram condições para se reproduzir.”

Para Carol, a Unesp se insere, infelizmente e de forma intensa, na “nova razão do mundo” como descrita pelos filósofos e sociólogos franceses Pierre Dardot e Christian Laval, com o domínio da precarização do trabalho, da competição generalizada e do declínio da solidariedade entre os pares. “O cotidiano do trabalho docente tem sido gradativamente moldado por uma lógica produtivista, que reduz a complexidade do ensino, da pesquisa e da extensão a métricas e relatórios”, aponta a docente de Franca.

Carol vê no sindicato uma importante via de superação dessa situação. Para além das lutas econômicas, que considera

importantes, por fazerem parte da vida concreta dos trabalhadores, ela considera que a entidade sindical pode e deve ser um espaço de organização, formação e politização. “Um lugar de construção de boas perguntas, e não apenas de oferecimento de respostas, que ajudem a revelar as contradições que estão por trás dos problemas aparentemente individuais e transformar experiências dispersas em consciência e ação coletiva.”

Ao considerar a universidade como espaço essencialmente coletivo para que a carreira docente não se limite apenas a trajetórias individuais, Sueyla deixa a pergunta: “Se a categoria de docentes não dialogar, como iremos discutir condições de trabalho, infraestrutura e, principalmente qual modelo de universidade queremos construir?”

Políticas de inclusão, democratização e participação

Frente à pergunta se consideram a universidade democrática do ponto de vista das estruturas de poder, os jovens docentes têm muito a dizer.

“Em que pese a base da universidade ter se democratizado na última década, com a implementação de cotas para estudantes oriundos de escola pública, negros e indígenas, as estruturas de poder da Unesp estão muito longe de serem democráticas”, diz Carol. Ao seu ver, a manifestação mais evidente da falta de democracia nas estruturas de poder é o modelo de votação para os cargos de direção e reitoria, em que a categoria docente tem peso de voto de 70%, enquanto aos técnicos e estudantes são reservados apenas 15% cada, o que relega essas duas últimas categorias a uma situação de “baixíssima capacidade de pressão político-eleitoral no âmbito da universidade”.

Carol também considera antidemocrática a exigência de que os candidatos à reitoria tenham o título de Professor Titular. Entre outras assimetrias para a obtenção da titularidade – o avanço para o topo da carreira é enviesado pela facilidade de captação de recursos e parcerias com o mercado, em algumas áreas, mas menos acessíveis às Humanidades – ela enxerga um filtro severo de

gênero, que se confirma ao vermos que a primeira reitora somente chega ao poder quando a universidade estava prestes a completar 50 anos. “Embora as mulheres sejam maioria ou metade da base docente, a presença feminina despenca na livre-docência e na titularidade, penalizada pelo produtivismo que desconsidera o impacto da divisão desigual do trabalho de cuidado e da maternidade.”

Rafael assinala que a existência de mecanismos de democracia representativa, como eleições e colegiados, não assegura, por si só, a democratização substantiva das relações e estruturas de poder que constituem a Universidade. “Precisamos ampliar a participação, fortalecer a representação dos diferentes segmentos, discutir a paridade e criar mecanismos que permitam que a comunidade universitária tenha efetivamente voz nas decisões.”

Sueyla reforça a avaliação do colega. “As estruturas sociais brasileiras foram historicamente construídas sobre desigualdades raciais, de gênero, classe e outras formas de exclusão, e a universidade não está isolada dessa realidade. Para mim, enquanto a universidade não estiver colhendo os frutos da implementação de formas efetivas de democratizar o acesso à graduação, pós-graduação e contratação de docentes e técnicos, haverá limitações à presença da diversidade nos espaços onde as decisões são tomadas.”

A ampliação do acesso de estudantes de diferentes origens sociais à universidade, para Sueyla, constitui um dos aspectos da democratização. “As políticas de ações afirmativas estão mudando o perfil da universidade e representam uma conquista fundamental para esperar uma nova perspectiva de formação profissional”, destaca. Mas ela vê a necessidade de avançar. Além do apoio financeiro, “o jovem preto, pardo ou em situação de vulnerabilidade social também precisa se enxergar no currículo, nos espaços educacionais e de tomada de decisão”.

**Quer ler as entrevistas completas?
Acesse o site da entidade, no item
“Adunesp 50 anos”.**



“O senso comum liberal se espalha como éter na instituição”, alerta presidente da Adunesp

Aproximar os novos docentes da entidade sindical e trazê-los para o debate e a ação coletiva. Para o atual presidente da Adunesp, **Antônio Luís de Andrade, o Tato**, do campus de Presidente Prudente, esse é um desafio fundamental. Nesta entrevista à **Revista Adunesp 50 anos**, ele discorre sobre vários temas relevantes para os docentes, como a importância de a entidade estar conectada à luta política, para além da defesa das pautas econômicas.

Tato destaca ainda o papel do ‘Chapão da Adunesp’ como interlocutor não só de resistência, mas também como proponente de um projeto de universidade.

“A carreira docente, seja a universitária ou da educação básica, é uma das mais afetadas pelo sofrimento mental”, pontua, situando como motivo central as cobranças impostas por um modelo neoliberal de universidade.

Confira a seguir a íntegra da entrevista.



Adunesp: Além de organizar a categoria para a luta pelo financiamento, salários, condições de trabalho e outros direitos, como a Adunesp pode se inserir na luta sindical e política mais ampla no próximo período?

Tato: Além de buscar melhores condições econômicas e materiais para o conjunto da categoria, nosso Sindicato pode e deve ser também ferramenta de ação política, de formação e busca de transformação, tanto das estruturas da Universidade quanto da estrutura social. Então, eu penso que o desafio do Sindicato, além de lutar por carreira, melhores salários e condições de trabalho, é também lutar por dignidade, contra a opressão, contra a misoginia onde quer que ela se apresente, em especial na ciência e dentro da própria Universidade. Ou seja, temos que ter compromisso político com um projeto de sociedade no qual essa Universidade seja mais acolhedora, seja mais gentil e presente para o conjunto da população que não tem tido acesso a ela. Devemos buscar mecanismos de empatia, de luta política e, principalmente, não perder a perspectiva da necessidade de transformar a classe trabalhadora em sujeito histórico na luta pela transformação da sociedade capi-

talista, que tem imposto à humanidade tanta destruição, tanta pobreza, tanta violência. Com o advento do neoliberalismo, não basta ao Sindicato ficar apenas nas lutas que se refletem dentro da instituição, mesmo porque os processos que definem as questões a serem enfrentadas no âmbito das universidades são bem mais amplos, o que exige uma dimensão da nossa atuação para além dos nossos muros.

Adunesp: Como você vê as estruturas de poder na Universidade? Como a Adunesp se relaciona com as reivindicações dos servidores técnico-administrativos e

dos estudantes, que se queixam da ausência de proporcionalidade nos colegiados e nas eleições?

Tato: É importante lembrar que as lutas políticas da comunidade contra a ditadura empresarial militar e pela democratização da Universidade foram travadas pela Adunesp em conjunto com os servidores técnico-administrativos e estudantes. Um dos momentos notáveis desse processo aconteceu nos anos 1980, quando o pro-



fessor William Saad Hossne foi eleito pela comunidade, mas não foi empossado. Isso ocorreu depois de uma campanha ampla e democrática, com a participação efetiva e paritária dos três segmentos,

e gerou uma crise que acabou por produzir alguns avanços que se refletiram nos anos seguintes. É o caso da elaboração de um estatuto que previa eleição direta e paritária dos membros dos colegiados, o que era uma forma de participação mais justa. No entanto, vem a LDB, em 1996, conferindo 70% aos docentes, e isso muda tudo porque passa a tratar servidores técnico-administrativos e estudantes como categorias menos aptas para escolher dirigentes universitários e menos capazes de contribuir para as políticas universitárias nos colegiados superiores. A Adunesp sempre defendeu a paridade proporcional entre as categorias. Entendemos que os órgãos colegiados centrais e locais são espaços de discussão e debate, de elaboração de políticas e de diálogo institucional. Passam por eles discussões relevantes, que dizem respeito a um projeto que possa tornar a universidade referenciada nas necessidades do conjunto da sociedade brasileira. Por isso, ela não pode prescindir da representação proporcional igualitária dos segmentos que a compõem, sob pena de perpetuar privilégios, distorcer suas finalidades e desviar-se para o caminho da irrelevância acadêmica e educacional.

Adunesp: A participação da Adunesp nos

“A Universidade não pode prescindir da representação proporcional igualitária dos segmentos que a compõem, sob pena de perpetuar privilégios.”

órgãos colegiados, por meio do Chapão da Adunesp, já é tradicional. Qual balanço você faz dessa atuação? Por que é importante seguir disputando esses espaços?

Tato: A gente tem clareza de que é uma forma de participação política, como poderíamos dizer... mais ou menos parecida com aquilo que Gramsci chamava de 'entrismo'. É fato que temos conseguido fazer debates importantes nos colegiados sobre questões como acesso e inclusão, financiamento e papel da Universidade. O Chapão da Adunesp funciona como um interlocutor não só de resistência, mas também como proponente de um projeto de organização da Universidade, que respeite as forças daqueles que a compõem: servidores técnicos administrativos, servidores docentes e estudantes. Sabemos que a Universidade está permanentemente em disputa e que o capital atua dentro dela com força, por meio do financiamento de pesquisas, de associação com laboratórios e outros. O Sindicato é um contraponto importante nesse debate e o leva para dentro da Universidade, para dentro dos órgãos colegiados, construindo formas de superação das contradições impostas pela dinâmica produtivista.

Adunesp: Temos um número expressivo de docentes que ingressaram na Universidade nos últimos anos. O que você diria a eles, se fosse convidá-los a se associarem e se envolverem com a Adunesp?

Tato: Temos que entender quem é esse novo docente. Há diferenças entre esse docente e aquele que esteve presente, historicamente, desde a constituição do Sindicato até mais ou menos o final dos anos 90, que se formou na medida em que foi se titulando e crescendo dentro da instituição universitária. Muitos já vinham de uma militância política engajada e outros acabavam se engajando por conta dos enfrentamentos com a ditadura empresarial

militar, dentro e fora da Universidade. Isso fez com que esse conjunto de docentes constituíssem o Sindicato como associação lá atrás, e depois como seção sindical do Andes-Sindacato Nacional. Hoje em dia, principalmente a partir dos anos 90, o professor já chega na Universidade com o título de doutor, como condição para começar a carreira acadêmica. Então, essa já é uma distinção que precisa ser contextualizada diante das condições concretas em que a Universidade se encontra nesse momento histórico, o que implica em limitações de todas as ordens para o trabalho e coloca o docente no lugar de quem pode, e deve, contribuir para a construção de um horizonte aceitável para cada um e para a Universidade como um todo.

Adunesp: Nas últimas décadas, a carreira docente também sofreu várias alterações...

Tato: Sim, mudanças significativas na carreira e nos direitos. Tivemos reformas previdenciárias que confiscaram e achataram direitos. Na verdade, dos anos 90 em diante vivenciamos um ataque mais brutal do neoliberalismo sobre o serviço público, com um processo de proletarianização desses trabalhadores de uma maneira mais intensa. Além disso, vimos crescer os mecanismos de controle, que foram formando esses professores a partir de um modelo produtivista e a inserção subserviente das universidades públicas ao modelo Capes-CNPQ, estritamente meritocrático e, em decorrência, intrinsecamente punitivo. Claro que sempre tivemos resistência e engajamento político de muitos estudantes em oposição a esse modelo, que se envolveram

“A carreira docente, seja a universitária ou da educação básica, é uma das que mais produzem sofrimento mental.”

com as associações de pós-graduandos, que militaram por bolsas e outros direitos, mas que, em sua ampla maioria acabaram sucumbindo à força normativa e excludente do modo Capes-CNPQ de produtividade acadêmica, em busca de ter um currículo e iniciar a carreira acadêmica. Mas também é fato que as condições objetivas que as universidades enfrentam, no que diz respeito aos salários, ao sofrimento mental, ao

adoecimento, ao aumento progressivo do tempo dedicado ao trabalho, pressionam estes docentes para o engajamento nas lutas coletivas. Essas pessoas estão adoecendo sob o peso das exigências cada vez mais desumanas e cobranças cada vez mais intensas. A carreira docente, seja a universitária ou da educação básica, é uma das que mais produzem sofrimento mental.

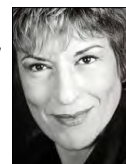
Adunesp: A entidade sindical pode atrair esses novos professores?

Tato: Sim. A presença e a participação deles em espaços de discussão, de organização, de debate sobre as suas condições de trabalho são fundamentais para projetarmos ações no futuro. Precisamos mostrar-lhes que a ação sindical contribui para melhorar as condições objetivas do seu trabalho e da produção acadêmica que desenvolvem. O senso comum liberal está espalhado como se fosse um éter na vida das pessoas dentro das instituições, o que produz efeitos deletérios em todas as dimensões da vida acadêmica. Penso que a conversa começa por problematizar suas condições de trabalho e por convidá-los a dar a sua contribuição para o presente e o futuro da nossa Universidade, na perspectiva de valorizar a importância do Sindicato na proteção dos trabalhadores nesse período de pós-modernidade ultraliberal. Nosso desafio como entidade sindical é trazê-los para o debate e a ação coletiva.



A criação da terceira universidade paulista e da associação dos docentes da Unesp: um legado democrático

Neusa Maria Dal Ri¹



Introdução

No Brasil, a universidade pública, historicamente, aportou contribuições importantes, não apenas para o desenvolvimento da ciência e da tecnologia, mas também para a constituição e compreensão da cultura, da história, para a formação de parte da população, para a identidade nacional e para a construção da democracia no país. A ideia de universidade, portanto, é inseparável das ideias de formação, reflexão, criação, crítica e autonomia. Porém, assim como ocorre com outras instituições, há uma constante disputa na sociedade acerca do projeto de universidade.

Neste texto, temos como objetivo principal descrever e analisar o período de criação da Universidade Estadual Paulista (Unesp) e da Associação dos Docentes da Unesp (Adunesp), e suas principais lutas pela democratização da estrutura interna da universidade e da sociedade em geral, abarcando os anos entre 1976 e 1996.

Os procedimentos metodológicos utilizados neste estudo foram a pesquisa bibliográfica e a pesquisa documental. Foram realizados o levantamento, a seleção, leitura e análise de literatura e documentos, com ênfase em legislações e documentos da instituição e da entidade representativa dos docentes. Além disso, este texto fundamenta-se em pesquisas anteriores, em especial sobre a Unesp (Dal Ri, 1997, 2024).

Este texto está dividido em quatro tópicos, além da introdução e conclusão: Primeiras universidades ocidentais e a autonomia; Ensino superior no Brasil e a autonomia; A criação da terceira universidade paulista e da Associação dos Docentes da Unesp; O sindicato dos docentes e a democratização das relações de trabalho na Unesp.

1. Primeiras universidades ocidentais e a autonomia

Historicamente, a criação da universidade na sociedade ocidental remonta ao século XI, na Idade Média. Entre os séculos XI e XII, ocorreram mudanças importantes nas relações de produção do feudalismo. Paralelamente ao sistema agrícola feudal, ocorreu o processo de urbanização na Europa medieval, que deu origem aos burgos. As atividades produtivas e comerciais passaram a ser ampliadas, principalmente pela atuação de comerciantes e artesãos. Para a regulamentação das atividades e defesa de seus interesses, esses trabalhadores criaram as corporações de ofício.

Nesse período,² foram criadas as primeiras universidades do ocidente: a de Bolonha, na Itália, em 1088; e a de Paris, em 1150. As primeiras universidades nasceram como corporações.

A de Bolonha era uma corporação de alunos, que contratava os professores para exercerem as atividades de ensino. Seu reitor era um aluno eleito pelos pares. A de Paris era uma corporação de professores.

Demarcamos o nascimento da universidade porque queremos destacar, dentre as suas principais características, os elementos que transcenderam o tempo e permaneceram, de alguma forma, até a atualidade. Os principais dentre eles são a autonomia e a democracia.

Foi o corporativismo que distinguiu as universidades medievais dos regimes educacionais até então conhecidos e garantiu-lhes a sobrevivência enquanto instituição. No longo processo de institucionalização das universidades, aplicou-se o princípio de que o saber e a difusão de conhecimentos eram trabalhos específicos, cujo exercício exigia orga-

nização própria e independência em relação aos interesses da Igreja e do Estado. Le Goff (1989) afirma que foi na luta contra os poderes eclesiásticos e laicos que as universidades conseguiram conquistar a sua autonomia.

As universidades ocupavam bairros determinados, gozavam de direito de recrutamento, estabeleciam sistema próprio de controle de seus membros, organizavam suas atividades, outorgavam-se estatutos e possuíam sinete próprio, símbolo da sua autonomia.

Os dirigentes administrativos ocupavam cargos eletivos, cujo principal era o reitor. O reitor tinha um mandato curto, mas poderes para gerir as finanças, convocar e presidir as assembleias, representar a universidade, intervir na justiça para garantir os privilégios universitários e defender os membros da corporação. No exercício do mandato, o reitor respeitava as decisões das assembleias universitárias.

Além da autonomia administrativa, era privilégio das corporações universitárias o direito de greve e o monopólio na colação dos graus universitários. A corporação beneficiava-se, ainda, de isenção de serviço militar e do pagamento de taxas, e seus membros encontravam abrigo nas jurisdições locais.

Verger (1990) considera a gestão interna dessas primeiras universidades extremamente democráticas. A analogia deve ser vista com cuidado, já que a autonomia de um microcosmo que não interferia diretamente na estrutura de poder da sociedade não era um fenômeno tão diverso assim. De fato, com o advento do absolutismo, a autonomia das universidades ficou bastante limitada. A perda da autonomia coincidiu com o início de seu período de decadência, pois, sem vitalidade ou força criadora, as universidades deixaram de atuar no processo cultural e pas-

¹ Professora Adjunta da Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Filosofia e Ciências, Campus de Marília, e do Programa de Pós-Graduação em Educação. Líder do Grupo de Pesquisa Organizações e Democracia; editora do periódico científico *ORG&DEMO*; pesquisadora PQ do CNPq nível 1.

² Das corporações de ofício vem o termo corporativismo, usado para se referir a organizações que se fecham e cujos membros se unem fortemente para defender seus interesses.

saram a ser controladas pelo poder estatal.

Porém, historicamente, ficou demonstrado que a autonomia não foi fruto de determinada conjuntura, mas sim fator inerente à natureza da instituição acadêmica que, por meios próprios, soube preservá-la. O fato importante a ser demarcado é que a universidade nasceu autônoma e este fenômeno trazia em si elementos democráticos.

Depois do declínio das universidades verificado a partir dos séculos XIV e XV, as ideias liberais do século XIX favoreceram o resgate da autonomia universitária como princípio inerente à natureza do trabalho acadêmico, o que apenas foi consagrado no século XX.

A exigência da liberdade de ensino e da investigação científica contribuiu para que as universidades recuperassem certa independência diante do Estado, que as mantêm e controlam.

2. Ensino superior no Brasil e a autonomia

A fundação de instituições de ensino superior no Brasil ocorreu no início dos anos de 1800, quando foram criados cursos e academias destinados a formar burocratas para o Estado, especialistas na produção de bens simbólicos e profissionais liberais. As primeiras a serem criadas no país foram a Academia Real Militar, em 1810; a Academia de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro, em 1813; a Escola Real de Ciências, Artes e Ofícios em 1816; as Faculdades de Direito de Olinda e de São Paulo, em 1827; e a Universidade do Rio de Janeiro, em 1920.

Houve significativo atraso na fundação de universidades no Brasil em relação aos países da América Latina, que já possuía a de São Domingos (1538), na República Dominicana; a de Lima (1551), no Peru; e a do México (1551), controladas por ordens religiosas.

No Brasil, de 1911 até a Constituição de 1988 (Brasil, 1988), as leis federais referentes ao ensino superior concederam certa independência às universidades. No entanto, a farta legislação do período não caracterizou a autonomia como condição do trabalho acadêmico-científico ou princípio educacional, mas como privilégio que a qualquer momento poderia ser suprimido.

No período da ditadura militar, a autonomia da universidade não foi apenas limitada, mas totalmente suprimida.

O regime ditatorial foi autoritário e repressivo desde o seu início. E, em dezembro de 1968, o general Costa e Silva baixou o Ato Institucional nº 5 (AI-5) (Brasil, 1968), que inaugurou o período mais sombrio da ditadura. Ocorreu o fechamento do Congresso Nacional, a demissão de inúmeras pessoas do serviço público, a cassação de mandatos de

parlamentares e a intervenção em organizações, sindicatos, entidades estudantis etc.

Por meio do AI-5, a ditadura militar iniciou o seu período mais nefasto, com ampla censura à cultura e aos meios de comunicação; além disso, aprofundou a repressão, com torturas e assassinatos de opositores operados por agentes do governo e dos órgãos de segurança nacional.

Em fevereiro de 1969 foi baixado o Decreto-Lei nº 477 (Brasil, 1969), denominado de AI-5 das universidades, que perseguiu e puniu professores, alunos e funcionários acusados de subversão ao regime. Muitos professores e alunos foram expulsos e proibidos de trabalhar ou de estudar nas universidades do país. Por causa das ameaças e perseguições muitos tiveram que se exilar. Na prática, o Decreto-Lei nº 477 visou inibir a capacidade intelectual daquela geração de acadêmicos.

A ditadura golpeou duramente a comunidade universitária. O primeiro ato que o regime operou, no dia 30 de março de 1964, foi o de invadir, metralhar e incendiar a sede da União Nacional dos Estudantes (UNE), na Praia do Flamengo, assim como fez depois com numerosos sindicatos e organizações de trabalhadores.

No final da década de 1970, o país encontrava-se em profunda crise política e econômica, com altas taxas de inflação e estrondosa dívida externa.

Aos poucos, o movimento dos trabalhadores, especialmente o sindicalismo e o movimento do funcionalismo público, tomou as ruas, primeiro, contra a carestia e, depois, contra o regime ditatorial.

As instituições do estado, dentre elas as universidades, lutaram contra a ditadura e, ao mesmo tempo, pela democratização interna e das estruturas de poder, lembrando que os reitores das universidades e diretores das unidades eram indicados pelo governo central e pelos governadores. O movimento se expandiu e tomou as ruas; o regime ditatorial foi enfraquecendo cada vez mais e a luta adentrou a década de 1980.

3.A criação da terceira universidade paulista e da Associação dos Docentes da Unesp

A Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp) foi criada pelo governador Paulo Egydio Martins, por meio do decreto 952, em 30 de janeiro de 1976 (São Paulo, 1976), por meio de proces-

so que se iniciou no final dos anos de 1960, e que reuniu as faculdades e os institutos isolados do interior do estado.

Com a criação da Unesp, a estrutura e o funcionamento dos institutos isolados de ensino superior foram totalmente modificados. O processo ocorreu sem discussões ou consultas às comunidades acadêmicas, promovendo o fechamento de vários cursos e a transferência de docentes de um campus para outro.

Os conflitos foram tantos que, para a organização e a defesa dos interesses dos professores, os docentes resolveram criar uma associação (Dal Ri, 1997, 2024). No dia 05 de junho de 1976 foi fundada a Associação dos Docentes da Unesp, a primeira entidade representativa de docentes do ensino superior criada no país após o golpe de 1964. No dia 26 de junho foi eleita sua primeira diretoria e, em 14 de outubro do mesmo ano, a Adunesp foi registrada oficialmente no 1º Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas da Comarca de Araraquara (REVISTA DA ADUNESP, 1996, p.8).

O final dos anos de 1970 e os anos 1980 foram prenhes de lutas contra a carestia e pelo Estado de Direito Democrático. Considerando os limites deste texto, não poderemos descrever ou analisar as várias ações dos movimentos contra a ditadura e

pela democratização, com atos públicos, longas greves, manifestações etc., já que nosso foco são os fatos ocorridos na Unesp. Mas, em 1983, quando o regime ditatorial começou a enfraquecer, iniciou-se a campanha pelas eleições diretas para presidente. Nas universidades, a palavra de ordem era “diretas urgentes, pra reitor e para presidente”.

A Unesp vivia sob o peso das medidas autoritárias implantadas nos anos de ditadura mi-

litar: fechamento de cursos; transferência de docentes; estatutos autoritários; restrição para a representação das categorias nos órgãos colegiados e para a participação da comunidade universitária nas decisões internas da universidade.

Em março de 1984 terminaria o mandato do reitor Ramos, indicado pelo governador. Em agosto de 1983, a comunidade universitária da Unesp e as entidades representativas das categorias decidiram realizar uma eleição direta com os três segmentos e, a partir dos resultados, indicar o nome mais votado para ser reitor. Esse movimento teve repercussão nacional e, na época, influenciou

No período da ditadura militar, a autonomia da universidade não foi apenas limitada, mas totalmente suprimida.

outras universidades.

O nome mais votado pela comunidade, William Saad Hossne, não foi aceito pelo Conselho Universitário (CO), que organizava a lista tríplice a ser encaminhada ao governador. A negação do CO ao nome mais votado resultou em greves em todas as unidades, que duraram mais de dois meses, ocupações da reitoria e de diretorias e em caravanas para São Paulo a fim de pressionar o governador.

O mais importante desse movimento foram os inúmeros debates gerados nas unidades, que passaram a conscientizar a comunidade e a influenciar a sociedade acerca da importância da democratização do estado e de suas instituições.

Em 1982, Franco Montoro havia sido eleito governador de São Paulo. Ele era oposição ao regime ditatorial e, a partir das manifestações de 1983-1984, prometeu fazer justiça na Unesp. Mas, algum tempo depois, foi indicado um reitor que sequer era docente da Instituição. Ocorreram, então, novas manifestações, com greves, passeatas, ocupações de diretorias nos *campi* e na reitoria.

Para resumir esse longo período de luta, o governador Montoro acabou indicando um reitor *pro-tempore*, que mais tarde se tornou permanente. Com alguma relutância, pois não era o vencedor das eleições promovidas pelas entidades, a comunidade aceitou o professor Jorge Nagle como reitor, porque era um defensor da democracia.

4. O sindicato dos docentes e a democratização das relações de trabalho na Unesp

O paradigma de organização do trabalho que reinou entre o fim da Segunda Guerra e o começo dos anos de 1970, a gerência científica, e a tentativa de sua implantação na organização do trabalho nas escolas de 1º e 2º graus não se consumou totalmente, naquela época. Quanto às universidades, tais tentativas apenas as tangenciaram. Os docentes, porque ainda conservavam o controle de conjunto significativo de aspectos inerentes ao processo de trabalho no qual se viam envolvidos – pesquisa, ensino e extensão – beneficiavam-se de um regime de trabalho bastante livre.

No entanto, a inexistência, na universidade, de um padrão de organização do trabalho típico à ordem vigente não significou que a burguesia não tenha se preocupado com o problema e que não tenha tentado impor o padrão. A existência de uma estrutura administrativa dual de poder, baseada num sistema de colegiados, por um lado, e num sistema burocrático, por outro, junto com o tipo de financiamento e reajuste salarial, constituem-se em fortes indícios da disposição da classe dominante em submeter ao



Reprodução: TVT

seu controle o trabalho na universidade. Esses indícios podiam ser verificados, antes do decreto da autonomia, em 1989 (São Paulo, 1989), na nomeação dos reitores pelos governos, na alocação de verbas feitas de forma indiscriminada e com critérios políticos, nos métodos impostos de avaliação do trabalho docente e na ameaça constante de privatização das universidades públicas ou de implantação do ensino pago.

Entretanto, tais esforços sempre se pararam com a resistência e a oposição dos trabalhadores da universidade, que não permaneceram indiferentes às ameaças às suas conquistas trabalhistas e procuraram resistir ao controle.

Num dado momento, a resistência ao controle no trabalho articulou-se de um modo construtivo com uma questão muito mais ampla: a luta que a sociedade brasileira vinha travando contra o regime ditatorial. Esse movimento adquiriu na Unesp duas formas de manifestação: no geral, a luta pela democratização do Estado e da sociedade; no plano interno, a luta pela democratização das estruturas de administração que também se encontravam transfixadas pelo autoritarismo. (Proposta da Adunesp para a Reforma Acadêmico-administrativa, 1991, p.5)

Em 1984, quando as entidades e a comunidade universitária ainda discutiam a sucessão para reitor, outro debate adentrou à instituição: a elaboração de novos estatutos para a Unesp. Em novembro de 1984, o reitor *pro-tempore*, Jorge Nagle, convocou o processo estatuinte e promoveu um Simpósio no Campus de Botucatu, do qual participaram 360 delegados dos três segmentos da comunidade universitária.

Nesse Simpósio, foram apresentadas propostas pelo setor estudantil, tais como: “paridade, desde o Conselho Universitário, descendo toda a hierarquia até os Conselhos de Departamentos. A eleição direta e paritária para todos os cargos diretivos da UNESP é essencial” (TOLA, 1984, p. 5). As propostas, em termos de estrutura de poder, dos funcionários e docentes, priorizaram as eleições diretas para reitor e vice-reitor, diretor e vice-diretor e chefe e vice-chefe de departamentos, além de reivindicarem a adoção de uma política salarial.

Em documento publicado pela Adunesp, em 23 de maio de 1985, intitulado *A ADUNESP e a reestruturação da universidade*, apresentando as propostas para o Congresso de Reestruturação da Unesp, além das propostas citadas, apareceriam outras, tais como: sufrágio universal na escolha dos dirigentes universitários; retirada de critérios de titulação para a escolha de dirigentes; todo poder de deliberação aos órgãos colegiados, e aos dirigentes as funções executivas e de representação; subordinação da ação de chefes de departamento, diretor e reitor, respectivamente, ao Conselho Departamental, à Congregação e ao Conselho Universitário; subordinação das políticas técnico-administrativas aos órgãos colegiados, para se evitar a concentração de poder nas mãos dos super funcionários; defesa do princípio da descentralização e da autonomia às diferentes instâncias da administração; crítica à extensão de serviços, decorrente das funções de ensino e pesquisa, como prestação isolada de serviços, a partir de demandas de mercado; supressão da primazia que as atividades de pesquisa ocupavam na avaliação docente; desvinculação da ótica elitista que associava os títulos acadêmicos à aquisição de poder político na universidade; entre outras.

Quando comparadas com as propostas dos outros setores, as defendidas pela Adunesp, à época, eram as mais radicais e as que propunham profundo reordenamento na estrutura de poder da universidade.

Após o Simpósio em Botucatu, a Comissão Organizadora da Reestruturação redigiu uma pré-minuta de estatuto para a Universidade. Convocou-se o Congresso de Reestruturação da Unesp, que ocorreu nos meses seguintes, em várias etapas.

Na primeira etapa do Congresso, em Araraquara, em maio de 1985, foi aprovada uma comissão paritária, composta por cinco membros de cada segmento, encarregada de elaborar o anteprojeto de estatuto. Com o avanço das discussões, realizou-se nova etapa do Congresso, em junho, em Jaboticabal.

No dia 23 de julho, na reitoria, instalou-se a Comissão de Redação do Anteprojeto de Estatuto da Unesp, composta por nove membros, três representantes de cada segmento, e por juristas conhecidos, tais como, Dalmo Dallari, Hélio Bicudo e Carlos Simões. A Comissão trabalhou com vários materiais, aqueles que resultaram das etapas do Congresso, e os documentos produzidos por cinco grupos articulados entre os *campi*, que sistematizaram as propostas advindas dos três setores.

Em 1986, a Comissão Central submeteu o Anteprojeto do Estatuto da Unesp à

aprovação da comunidade universitária, por meio de plebiscito realizado em agosto. A grande maioria dos votantes (73,3%) optou pelo sim. (Jornal da Unesp, 1986, p. 10).

Neste momento, instalou-se grande polêmica em torno do novo estatuto. Alegando que “[...] o conjunto das propostas apresentava muitos pontos conflitantes, devido a diferentes concepções dos diversos segmentos e grupos” (Revista da Adunesp, 1996, p. 17), o reitor indicou comissão paritária, com a participação de juristas, e a encarregou de apresentar o anteprojeto de estatuto. O anteprojeto elaborado por esta comissão ficou conhecido como o *substitutivo Nagle*. No final de 1987, o anteprojeto foi enviado ao CO que, discutindo item por item, levou um ano para aprová-lo.

Ocorreram muitas críticas dos três segmentos ao anteprojeto final, pois o projeto de estatuto organizado e votado pela comunidade tinha sido bastante modificado pelo CO. Várias pessoas envolvidas no processo aventaram que o estatuto aprovado era um retrocesso no processo de democratização diante das expectativas da comunidade (Dal Ri, 1997, 2004).

Ainda, houve polêmicas e críticas com respeito à posição que a diretoria da Adunesp assumiu no episódio. Docentes próximos à Associação afirmaram que a comunidade estava discutindo o estatuto e passou-se a discutir apenas o substitutivo Nagle, com o apoio da diretoria da Adunesp. Também, que determinado grupo não conseguia delimitar claramente o papel do sindicato e a relação com o reitor, etapa em que podia se confundir a Adunesp com a reitoria.

No entanto, membros da diretoria da AD, na época, argumentaram que, apesar de ter sido um processo complicado, porque não se respeitaram as deliberações do Congresso, havia propostas inviáveis do ponto de vista da legislação e contradições internas no conjunto das decisões tomadas (Dal Ri, 1997, 2004).

No ano em que o Estatuto foi discutido e votado no CO, por meio de representantes no órgão colegiado e por intervenção da diretoria da Adunesp, foram enviadas várias emendas ao substitutivo e algumas foram aprovadas, o que contribuiu para democratizar o texto final.

Apesar da polêmica que se instalou e das críticas, observamos que um dos fatores determinantes da aprovação do substitutivo Nagle, em detrimento das deliberações do Congresso, foi a posição elitista e de resguardo do poder dos docentes. Não foi por outro motivo que a proposta de proporção majoritária de docentes, em relação aos demais segmentos, na escolha de diretor e vice-diretor, levada ao CO em meio às discussões do estatuto, foi aprovada. Em novembro de 1988, o CO discutiu as regras para as pró-

ximas eleições para reitor e vice-reitor, com duas propostas distintas: o documento apresentado pelos segmentos discente e técnico-administrativo, que defendia a paridade na consulta; e dos docentes, que apresentava maior peso para a categoria, 3/5 contra 1/5 e 1/5 para os outros dois segmentos. Durante a reunião do CO, uma nova proposta foi votada e prevaleceram os pesos de 2/4, 1/4 e 1/4 para professores, funcionários e alunos, respectivamente.

Mais tarde, a Adunesp assume a paridade proporcional. Nas eleições para reitor e vice-reitor, realizadas em novembro de 1996, quando parecia que a discussão sobre a paridade já estava esgotada, com o ocorrido em 1992, parcela significativa dos docentes e algumas AD's Regionais, como as de Ilha Solteira e de São José do Rio Preto, questionaram a posição da AD Central e do Colégio Eleitoral que se posicionaram a favor do voto paritário proporcional.

Na verdade, se bem observados os fatos e a conjuntura política da época, parece-nos que a crítica efetuada por alguns docentes ligados à Adunesp, que afirmaram que membros da diretoria da Associação tinham sido capturados pela institucionalização, não se sustenta. Ao contrário, não foi a reitoria que cooptou os diretores egressos da entidade, mas foi a própria Associação, por meio de ex-diretores e dos da gestão que estava em curso, que fez o reitor.

Em 1982, pela primeira vez pós-golpe de 1964, por meio de eleições diretas, assumia o governo do Estado um candidato do partido de oposição, do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). Na época, alguns partidos de esquerda, que sob a ditadura operavam de forma clandestina, incorporaram-se ao PMDB e tinham seus candidatos para a Assembleia e para a Câmara eleitos sob essa sigla, como, por exemplo, o Partido Comunista Brasileiro (PCB), o Partido Comunista do Brasil (PCdoB) e o Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8). Esses partidos tiveram relativa influência nos governos Montoro e Quéricia, sobretudo o PCB.

No entanto, as forças políticas de direita dominaram por certo tempo, ainda, vários órgãos e instituições do Estado. Em 1984, era essa a situação da Unesp, cuja reitoria, algumas diretorias de unidades e parte do CO eram compostas por membros indicados pelo governo Paulo Maluf. Na transição,

o embate e a articulação entre essas forças foram inevitáveis, possibilitando que um grupo de docentes da Unesp, sob a influência do PCB, pudesse não apenas rearticular e dirigir a Adunesp como, também, indicar o reitor.

Com o *grupo Nagle*, como ficou conhecido na Unesp, no poder, outro embate avizinhou-se, aquele que decorreu das diferentes visões de universidade e de sua democratização, uma manifesta pela reitoria e seus apoiadores e, outra, manifesta por setores dos docentes, estudantes e funcionários, que ganhou forma no Congresso de Reestruturação.

A derrota que a comunidade sofreu na questão dos estatutos resultou em debates polêmicos por muito tempo. Na prática, embora não formalmente, em 1992 e 1996, as eleições para reitor e vice-reitor e, em algumas Unidades, para diretor e vice-diretor, foram paritárias, por causa das pressões exercidas pelos segmentos. Entre 1990 e 1991, quando estava em pauta a luta por mais verbas para as universidades na época da votação da Lei de Diretrizes Orçamentária em São Paulo, setores dos três segmentos questionaram a falta de transparência orçamentária da reitoria. As entidades congregaram as insatisfações da comunidade e a Adunesp encaminhou para o CO proposta de realização de uma auditoria ampla na Universidade. A proposta não foi aprovada no Conselho, entretanto, desencadeou intenso debate que culminou com o início de uma Reforma Acadêmico-Adminis-

trativa, com o intuito de reavaliar a universidade a partir de contribuições advindas da comunidade acadêmica. Para receber essas contribuições, a reitoria indicou uma Comissão de Sistematização das propostas. A Associação realizou, em maio de 1991, no Campus de Marília, o Simpósio da Adunesp sobre a Reforma Acadêmico-Administrativa. A proposta final que resultou desse Fórum e que foi enviada à Comissão, apresentada originalmente pela diretoria da Adunesp Regional de Marília, trazia questões interessantes acerca

de pontos, como a gestão democrática e a descentralização administrativa. A Comissão de Sistematização recebeu várias propostas advindas de congregações, grupos de docentes e departamentos. No entanto, o tempo passou, Arthur Roquete de Macedo foi eleito reitor e o processo foi esvaziado. As poucas resoluções tomadas acerca da reforma fugiram, novamente, da expectativa da comunidade.

Em 1994, na campanha salarial, novamente a comunidade questionou a falta de transparência orçamentária do executivo

Com o grupo Nagle no poder, outro embate avizinhou-se, aquele que decorreu das diferentes visões de universidade e de sua democratização.

e, novamente, surgiu a proposta de auditoria. Certa insatisfação histórica, resultante da pendência no encaminhamento da elaboração dos estatutos, acabava desembocando, geralmente, em propostas e questionamentos em todas as datas-bases, votações da LDO e processos de escolha dos dirigentes.

Embora o estatuto aprovado no CO não tenha refletido exatamente o que saiu do Congresso de Reestruturação, sobre uma questão todos concordaram: o estatuto era um dos mais avançados e democráticos quando comparado com o de outras universidades, na época. Dessa forma, tanto o processo de elaboração deste Estatuto, quanto a indicação do professor Nagle para a reitoria proporcionaram significativo avanço democrático para a Unesp.

Não pretendemos, com esta análise, esgotar essa discussão, mas pincelar as principais variáveis que influenciaram os acontecimentos. Resta-nos, agora, indicar, com maior precisão e de maneira comparativa, as principais modificações realizadas no estatuto.

Em vista do deliberado pelo Conselho Universitário, em sessão de 15 de dezembro de 1988, e pelo Conselho Estadual de Educação, em sessão de 25 de janeiro de 1989, e com base no art. 207 da Constituição, o reitor, por meio da Resolução Unesp de 21 de fevereiro de 1989, aprova o Estatuto da Universidade Estadual Paulista. Em 03 de março de 1989, pelo Decreto de nº 29.720, o governador do Estado, no uso de suas atribuições legais e considerando a autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, assegurada às universidades pelo art. 207 da Constituição, aprova o Estatuto.

Vejamos algumas das modificações mais importantes introduzidas pelo Estatuto e, conseqüentemente, pela primeira reforma acadêmico-administrativa, quando confrontados o Estatuto vigente no período entre 1977 e 1989, as propostas advindas do Congresso de Reestruturação e aquelas encaminhadas pelo Substitutivo da Reitoria.

Foram criados colegiados a partir da suposição de que isto constituiria um fator de democratização. São órgãos da administração central: o Conselho Universitário (CO); os conselhos centrais, o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão Universitária (CEPE) e o Conselho de Administração e Desenvolvimento (CADE), e a reitoria. (Cap. I, art. 16, p. 9). Tanto o Anteprojeto do Congresso de Reestruturação como o Substitutivo da Reitoria propunham apenas o CO, o CEPE e a reitoria como órgãos da administração central. O CO, instância superior da universidade, de caráter normativo e deliberativo, tem como atribuições traçar as diretrizes gerais e exercer a jurisdição superior da universidade; definir as diretrizes básicas do ensino, da

pesquisa e da extensão universitária; planejar o desenvolvimento das atividades da universidade, definindo metas e estratégias, com avaliação das respectivas repercussões orçamentárias; aprovar a proposta orçamentária da Unesp (Art. 17 e 18, p.10).

Quanto à composição dos órgãos colegiados, a proposta do Congresso de Reestruturação previa para o CO os seguintes membros: reitor, seu presidente nato; vice-reitor, com direito a voz; os diretores das Unidades Universitárias e um representante por segmento de cada Unidade. Da mesma forma, a proposta de composição das congregações e conselhos departamentais seguia o mesmo princípio geral, o da paridade (p. 19-22). Já a proposta do Substitutivo da Reitoria para a composição do CO incluía, além do reitor e do vice-reitor, o segundo com direito a voto, e dos diretores das Unidades, os pró-reitores de graduação, de pós-graduação e pesquisa, e de extensão universitária e assuntos comunitários; os presidentes dos conselhos regionais; cinco representantes das categorias docentes, por núcleo regional; um representante da Fapesp; um representante das Associações Patronais; um representante das Associações dos Trabalhadores; representação do corpo discente e do corpo técnico administrativo, na proporção de 1/5 do total dos membros (p. 17-18). As propostas para as congregações e conselhos departamentais eram correlatas.

A proposta aprovada pelo CO foi, basicamente, a encaminhada pelo Substitutivo, diferenciando-se apenas no que diz respeito à representação docente. A categoria conseguiu aprovar a participação de um representante por Unidade Universitária, independente da titulação (Cap. I, Seção I, p. 9 e 10). Para as congregações e conselhos departamentais, no entanto, a representação docente continuou vinculada à titulação, ou seja, um representante para cada categoria (Cap. III, Seção I, p. 16 e Seção III, p. 19).

Observamos que, de acordo com o estatuto anterior, de 1977, a representação docente no CO tinha por base a titulação, sendo três representantes dos professores titulares e um representante para cada uma das demais categorias; o corpo discente participava na proporção de 1/10 do total dos membros e o corpo técnico-administrativo tinha apenas um representante no órgão. As congregações e conselhos departamentais eram estruturados da mesma maneira, com a diferença de que os funcionários não tinham nenhuma representação nesses colegiados.

Quanto à escolha de dirigentes, o estatuto anterior previa, no art. 21 e 22 (p.10), que reitor e vice-reitor seriam nomeados pelo governador, mediante lista tríplice de professores titulares, organizada pelo CO. Da mesma forma, os diretores e vice-diretores de

Unidades eram nomeados pelo reitor, e os chefes e vice-chefes de Departamentos, pelo diretor, a partir de listas tríplex organizadas, respectivamente, pelas congregações e pelos docentes dos departamentos. Para a direção de unidades, a titulação exigida era de titular e para as chefias de departamentos, as listas deveriam ser elaboradas contendo os nomes dos docentes de maior titulação (art. 41, par. 1º, p. 13).

A proposta apresentada pelo Anteprojeto do Congresso de Reestruturação (1986, p.14) apontava que

O reitor e vice-reitor, nomeados pelo governador, com mandato de quatro anos, serão eleitos por voto direto e secreto [...] por funcionários, alunos e docentes, [...] cada segmento terá o peso de 1/3 na eleição [...], poderão ser candidatos ao cargo de reitor, qualquer docente, independente de titulação.

As propostas para a escolha das direções das unidades e para as chefias de departamentos seguiam os mesmos princípios.

A proposta do Substitutivo da Reitoria mantinha, basicamente, o mesmo mecanismo de escolha para reitor, diretores e chefes de departamento vigentes no estatuto de 1977, modificando-o apenas em dois pontos: a lista tríplex para reitor deveria ser organizada pelo Colégio Eleitoral, composto pelo CO, CEPE e CADE e rebaixava a titulação necessária para ocupar os cargos de diretor e chefe de departamento de titular para doutor (p. 14, 21 e 24). Observamos, aqui, um grande retrocesso do Substitutivo, quando comparado à proposta do Congresso, em termos de abertura à participação da comunidade na escolha dos dirigentes.

O Estatuto aprovado em 1989, em seu art. 30, determina que o reitor e o vice-reitor serão nomeados pelo governador, com base em listas tríplex elaboradas por Colégio Eleitoral especial, constituído pelo CO, CEPE e CADE, a partir de relação de nomes de professores titulares, indicados pelas congregações das unidades universitárias. No entanto, como o Estatuto não determina a forma de consulta à comunidade universitária para a elaboração das listas, as eleições para esses cargos têm sido realizadas por meio do voto direto. A eleição para escolha do reitor e vice-reitor para a gestão 1993/1996 e para a de 1997/2000 foram diretas e paritárias proporcionais, ou seja, cada um dos três segmentos da universidade teve o peso de um terço na votação. Da mesma forma, as eleições para a direção das Unidades Universitárias e chefias de departamento foram realizadas de forma direta e, em alguns *campi* da Unesp, com paridade proporcional, antes da promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, de 1996.

Conclusão

A reforma acadêmico-administrativa efetuada na Unesp, em 1989, caracterizou-se por ter no seu centro uma intencionalidade de democratização. Entretanto, um exame, sob o ângulo da democratização e da gestão da universidade, nos mostra os limites dessa reforma.

Embora medidas significativas de democratização da estrutura de gestão tenham sido implantadas, como a modificação dos estatutos, estas não foram suficientes para provocar um reordenamento profundo na direção da reestruturação do sistema de poder e tomada de decisão.

Do ponto de vista da legalidade institucional, os organismos de tomada de decisões, os órgãos colegiados, passaram a ocupar o primeiro plano na estrutura de poder. A rigor, o Conselho Universitário é a instância máxima de deliberação da universidade. Na prática, porém, o executivo (reitor e diretores), em articulação com os funcionários tecno-burocráticos superiores, detêm a supremacia política. Um exemplo vivo dessa concentração de poder pode ser verificado no fato de que, apesar de o CO ser o órgão máximo de deliberação, este não tem ascendência real sobre três questões cruciais da

universidade: a elaboração de planos diretores político-administrativos; a alocação dos recursos orçamentários; e a política salarial. A amálgama desses três elementos forma a pedra angular de qualquer política de gestão, no entanto, a maior parte do coletivo dos trabalhadores da instituição fica alijada da discussão e da decisão sobre esses aspectos.

Apesar de a comunidade universitária ter imposto as eleições diretas para os cargos majoritários, a garantia institucional desse processo ainda está por ser alcançada, já que, formalmente, os estatutos e normas não preveem eleições diretas para reitor e diretores. Além disso, o poder, mesmo nas diretorias eleitas com amplo apoio da comunidade, é exercido, no cotidiano, com base na estrutura verticalizada.

Fica evidente, portanto, a ambiguidade de poderes. A comunidade universitária conquistou um espaço democrático que se refletiu nas eleições, mas não se desdobrou na gestão da reitoria e das unidades universitárias. Dessa forma, segue latente uma contradição entre o acesso ao poder e o seu exercício.

Embora a comunidade tenha conseguido garantir algumas propostas do movimento, incorporadas ao estatuto ou à prática

democrática, não conseguiu superar os limites de uma autonomia e uma democracia que ainda são formais. O principal ponto que asseguraria uma maior participação ficou em aberto, ou seja, o controle da comunidade sobre a gestão e os organismos de poder da universidade.

Observamos que a reforma ampliou a participação de professores, estudantes e funcionários nas instâncias acadêmicas e prefigurou a gestão como objeto inerente ao trabalho a ser realizado pelo coletivo, no entanto, essa não se completou. Não apenas como consciência da coletividade, mas, sobretudo, porque não se traduziu em novas estruturas administrativas reais.

Dessa forma, a situação objetiva e subjetiva do trabalhador coletivo na universidade não é a de empreendedor coletivo, responsável pelo conjunto do trabalho realizado na instituição, perante si mesmo e perante a sociedade. Ao contrário, a sua situação continua a ser, antes de tudo, a situação de um coletivo assalariado que, como tal, encontra-se por definição jurídica, social, econômica e funcional, dissociado dos presumíveis interesses da instituição como coletividade organizada e autônoma.

Referências

- ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA UNESP. **A ADUNESP e a Reestruturação da Universidade**. São Paulo, 23 mai. 1985.
- ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA UNESP. Proposta da ADUNESP para a Reforma Acadêmico-Administrativa. **Simpósio da ADUNESP sobre a Reforma Acadêmico-Administrativa**. Marília, 14 e 15 de maio de 1991.
- ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA UNESP. Resgatando a história e apontando o futuro. **Revista da ADUNESP**. São Paulo, n. 1, set., 1996.
- BRASIL. **Ato institucional nº 5, de 13/12/1968**. São mantidas a Constituição de 24 de janeiro de 1967 e as Constituições Estaduais; O Presidente da República poderá decretar a intervenção nos estados e municípios, sem as limitações previstas na Constituição, suspender os direitos políticos de quaisquer cidadãos pelo prazo de 10 anos e cassar mandatos eletivos federais, estaduais e municipais, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1968.
- BRASIL. **Decreto-Lei nº 477, de 26 de fevereiro de 1969**. Define infrações disciplinares praticadas por professores, alunos, funcionários ou empregados de estabelecimentos de ensino público ou particulares, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1969a.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988.
- BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 1996.
- DAL RI, N. M. **Sindicato, autonomia e gestão democrática na universidade**. 1997. 221 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- DAL RI, N. M. **Sindicato, autonomia e gestão democrática na Universidade Estadual Paulista (1976-1996)**. Marília, SP: Oficina Universitária; São Paulo, SP: Cultura Acadêmica, 2024.
- LE GOFF, J. **Os intelectuais na Idade Média**. 2. ed. São Paulo, SP: Brasiliense, 1989.
- SÃO PAULO (Estado). **Lei nº 952, de 30 de janeiro de 1976**. Cria a Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” e dá providências correlatas. São Paulo, SP: Assembleia Legislativa, 1976.
- SÃO PAULO. (ESTADO). Decreto nº 29.598, de 02/02/1989. Dispõe sobre providências visando a autonomia universitária. **Diário Oficial. São Paulo**, Seção I, p.1, 3 fev.1989.
- SÃO PAULO. (ESTADO). **Decreto nº 29.720, de 03 de março de 1989**. Aprova o Estatuto da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho - UNESP. São Paulo: Governador do Estado de São Paulo
- TOLA, Solange. **Informativo UNESP**. São Paulo, ano 3, nº 25, nov., p.5, 1984.
- UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA. **Jornal da UNESP**. São Paulo, ano II, nº 9, set., 1986.
- UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA. **Anteprojeto do novo estatuto da UNESP**. São Paulo: Comissão de Redação, 1986.
- UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA. **Substitutivo ao anteprojeto de estatuto da UNESP apresentado pela reitoria**. São Paulo, 24 jul. 1987
- UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA. **Estatuto da UNESP**. Resolução UNESP nº 21, de 21 de fevereiro de 1989. São Paulo: UNESP, 1989.
- VERGER, J. **As universidades na Idade Média**. São Paulo, SP: Editora da Unesp, 1990.

A Comissão da Verdade da UNESP e a Comissão da Verdade da ADUNESP: uma luta pela história, memória, verdade, justiça e reparação

Angélica Lovatto¹



Introdução

A instalação da Comissão Nacional da Verdade (CNV) pela Presidente Dilma Rousseff, em 16 de maio de 2012,² foi o resultado de um movimento nacional de luta por memória, verdade, justiça e reparação, exigindo que os crimes contra a humanidade – cometidos especialmente³ pelos responsáveis pela ditadura militar de 1964 – fossem apurados, já que o assassinato, tortura e deportação de tantos brasileiros era fato consumado e, dramaticamente, irreversível. Lutava-se principalmente para que esses crimes fossem punidos. Havia plena consciência, à época da instalação da comissão nacional, de dois problemas que dificultavam a apuração efetiva: que o Brasil estava imensamente atrasado, em relação aos fatos, quanto à criação de uma CNV; que, pela distância cronológica, uma eventual “queima de arquivos” já poderia ter sido providenciada, há muito tempo, pelos algozes ditatoriais. Mesmo assim, a instalação de uma comissão nacional era questão inegociável àquela altura da história brasileira.

A ADUNESP – Associação dos Docentes da UNESP, desde a primeira hora desta luta, esteve em sua trincheira. E, concomitantemente aos esforços de criação federal da CNV, lutava internamente para que fosse criada uma comissão específica de apuração na UNESP, somando-se ao movimento que outras universidades, sindicatos, entidades,

órgãos legislativos, igrejas e movimentos populares estavam a construir no território nacional.

Observando a formação de outras comissões universitárias ao longo de 2013, que já vinham lutando e haviam conseguido formar suas Comissões da Verdade específicas (CVs), foi ficando evidente uma questão: para a efetiva reparação dos fatos apurados – principal objetivo desta luta – era fundamental que a Comissão da Verdade da UNESP fosse criada e mantida pela estrutura institucional da universidade, ou seja, era imprescindível que o trabalho de pesquisa não se esgotasse na apuração tão somente, mas que essa apuração fosse vinculada, *formalmente*, à reparação efetiva (a ser implementada imediatamente pela universidade). Era assim que outras CVs universitárias estavam a conseguir reparações históricas, obrigando a universidade a não alegar desconhecimento institucional do ocorrido e a providenciar, ato contínuo, as reparações. Para isso, precisávamos garantir a composição da comissão, sem dar chance para que a universidade impusesse, eventualmente, seus próprios nomes, de modo arbitrário. E foi o que fizemos.

Construímos pela base reuniões nos *campi* com esse objetivo. Esse conjunto de esforços contou com reuniões locais, dentre outros, principalmente nos seguintes *campi*: Marília, Assis, Araraquara, Bauru, Rio

Claro, Presidente Prudente, São José do Rio Preto e, em São Paulo tanto no Instituto de Artes quanto na sede da ADUNESP. Chegaram a acontecer também reuniões em Guaratininguetá, Sorocaba, Botucatu e Jaboticabal. Permeados por esse processo, realizamos assembleias para a escolha de nossos representantes. Tudo com o objetivo de compor um grupo amplo e extrair dele os membros docentes a serem indicados para a constituição da Comissão. A ADUNESP organizou os professores nos *campi* e sistematizou uma proposta de criação e constituição de sua CV. Chegamos à mesa de negociação com a vice-reitora,⁴ e, após duas reuniões, mediadas no intervalo de tempo por nossas assembleias, chegamos à composição final.⁵ O processo de discussão tinha sido longo, mas finalmente tínhamos conseguido a criação da CV-UNESP, por meio da Portaria nº 88, de 24 de fevereiro de 2014. Ficou estabelecido na portaria que a participação dos membros designados para a Comissão da Verdade da UNESP seria considerada, exclusivamente, como serviço público relevante.

A relação entre a CNV e a CV-UNESP: os esforços da ADUNESP para a consecução desses objetivos

Podemos afirmar, portanto, que a instalação da CNV pelo governo federal funcionou, desde 2012, como um centralizador

¹ Professora Associada do Departamento de Ciências Políticas e Sociais, FFC/UNESP-Marília.

² Embora a instalação, propriamente dita, tenha ocorrido em 16 de maio de 2012, a Lei Federal nº 12.528, que havia criado a Comissão Nacional da Verdade, foi aprovada em 18 de novembro de 2011.

³ O escopo das apurações acabou extrapolando o período histórico de 1964 a 1985, e a CNV foi instaurada para fazer a apuração desde 1946 (final da ditadura do Estado Novo) até 1988 (Promulgação da Nova Constituição).

⁴ À época, a vice-reitora Marilza Vieira Cunha Rudge, estava respondendo pela Reitoria em função de licença médica do reitor Julio Cezar Durigan.

⁵ Por ordem alfabética, a composição da CV-UNESP contou com os seguintes membros: Ana Maria Martinez Corrêa (presidente da CV), André Augusto Bonacini, Angélica Lovatto, Antonio Celso Ferreira, Clodoaldo Meneghella Cardoso, Edson Cesar dos Santos Cabral, João da Costa Chaves Júnior, Marcos Del Roio, Paulo Ribeiro da Cunha, Telma Campanha de Carvalho Madio.

de esforços para a criação de um conjunto de comissões da verdade, ao longo de 2013 e 2014, em todo o território nacional, independentemente do seu vínculo formal com ela.

Além disso, a CNV, que contava com sete membros titulares como conselheiros,⁶ formou – para efeito da organização do trabalho a ser feito em tão pouco tempo – um conjunto de Grupos de Trabalho (GTs) com temas específicos para a devida apuração: Seguem, para conhecimento, os 13 GTs formados e seus temas: a) Ditadura e gênero; b) Araguaia; c) Contextualização, fundamentos e razões do golpe civil-militar de 1964; d) Ditadura e sistema de justiça; e) Ditadura e repressão aos trabalhadores e ao movimento sindical; f) Estrutura de repressão; g) Mortos e desaparecidos políticos; h) Graves violações de direitos humanos no campo ou contra indígenas; i) Operação Condor; j) Papel das igrejas durante a ditadura: estudo sobre a atuação das instituições religiosas; k) O Estado ditatorial-militar; l) Perseguição a militares; m) Violações de direitos humanos de brasileiros no exterior e de estrangeiros no Brasil.

Esses Grupos de Trabalho da CNV formaram um *pool* de pesquisadores e assessores de pesquisa, construindo núcleos temáticos e fazendo com que gravitassem, em torno deles, um conjunto ainda maior de pesquisadores e estudiosos sobre a repressão na ditadura. Dois professores da UNESP receberam convite para participar diretamente como assessores da CNV: Paulo Ribeiro da Cunha, campus de Marília, como pesquisador do GT de “Perseguição a militares”. E Samuel Alves Soares, campus de Franca, pelo GT “O Estado ditatorial-militar”.⁷

O prazo de entrega do Relatório da CNV precisou ser estendido por, principalmente, dois motivos: a extensão do recorte histórico (de 1946 a 1988); a grandeza e profundidade da pesquisa, que foi sendo percebida pelos sete conselheiros titulares da Comissão, ao longo do estabelecimento da comissão. O prazo máximo que conseguiram junto à Presidência da República foi o de 10 de dezembro de 2014, Dia Mundial dos Direitos Humanos, e ano no qual terminaria o mandato de Dilma Rousseff. Mas não havia dúvidas do quanto esse prazo era insuficiente para tratar de todo o período proposto. Não obstante, posteriormente, o Relatório Final da CNV foi capaz de consubstanciar

um gigantesco trabalho de pesquisa que resultou em 4.328 páginas, distribuídas em três volumes.

Havia uma preocupação nacional de que, findo o prazo da entrega do relatório final da CNV, as comissões da verdade de todo o país continuassem trabalhando e não fossem, simplesmente, encerradas. A Comissão da Verdade da UNESP vivia os mesmos problemas de prazo, pois fomos instalados em fevereiro de 2014. Em nossas negociações com a reitoria justificamos longamente que seriam necessários pelo menos três anos de funcionamento. No entanto, a Portaria de nossa criação estabeleceu em seu artigo 4º que o “prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão é de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura de sua Portaria de criação”, ressaltando em seu Parágrafo 1º que “o prazo previsto neste artigo, mediante solicitação justificada, poderá ser prorrogado”.

Também foi importante garantir, na própria Portaria de criação, suas atribuições específicas. A Comissão da Verdade da UNESP, a fim de efetivar o direito à memória e à verdade histórica, teve como objetivos: a) examinar e esclarecer os impactos da repressão na UNESP, cobrindo o mesmo período histórico que a CNV – Comissão Nacional da Verdade (1946-88); b) identificar e esclarecer as violações aos direitos humanos ocorridas no interior da UNESP; c) recomendar propostas de reparação aos atingidos; d) organizar entrevistas e testemunhos com os atingidos, bem como eventos para sua divulgação; e) mapear as iniciativas e pesquisas já realizadas na Universidade e potencializá-las, incentivando novas pesquisas; f) criar marcas de memória que fizessem justiça aos atingidos pelo regime, tais como monumentos nos campus, nomes de salas da universidade em homenagem aos seus professores, alunos e funcionários perseguidos; além de criar e organizar campanhas para marcação e sinalização destes lugares de memória na UNESP; g) realizar pesquisas e organizar levantamentos de memória e história nas cidades do entorno dos *campi* da UNESP, no interior paulista,



A Profa. Anna Maria, durante evento da CV-UNESP em março de 2015: Figura central na história e na memória da Universidade

onde a repressão foi generalizada, com consequências tanto no meio rural como urbano; h) instituir na Unesp a política de edição e publicação dos trabalhos de memória e história desenvolvidos (pesquisa, entrevistas, testemunhos etc.), especialmente aqueles que tivessem como eixo a perseguição aos três segmentos da comunidade acadêmica, e a repressão das cidades do entorno.

Sobre este último item ficou estabelecido que poderiam ser organizados por período histórico, segmento, local ou outros critérios que fossem construídos, de acordo com os temas das pesquisas.

O início dos trabalhos: o papel fundamental da Professora Anna Maria Martinez Corrêa

Conseguimos garantir, ao logo de seu processo de criação, que a CV-UNESP funcionasse como um colegiado, presidido pela professora Anna Maria Martinez Corrêa, idealizadora e fundadora do CEDEM – Centro de Documentação e Memória da UNESP e Coordenadora do importante Projeto “Memória da Universidade”. A existência prévia deste projeto, desenvolvido desde os anos 1980 pela Professora Anna Maria, garantiu – entre outras coisas – o registro de entrevistas com docentes e outras pessoas ligadas à UNESP, que já não estavam vivas à época da apuração dos fatos a ser feita pela sua Comissão da Verdade. Afinal, a UNESP foi criada pelo governo do Estado de São Paulo em 1976, mas foi formada a partir de um conjunto de institutos isolados que existiam desde meados dos anos 1950.

O CEDEM, como local de pesquisa e memória da UNESP, viria a desempenhar um outro papel importante para a criação da Comissão. Instalado nas dependências do prédio da UNESP na Praça da Sé, em lugar de central acesso a todos os *campi*, na cidade de São Paulo, o CEDEM foi designado, no artigo 6º da Portaria, como local “para sediar os trabalhos da Comissão, assegurando-lhe apoio de infraestrutura e secretaria”, bem como ficou garantido “que poderia soli-

⁶ Cláudio Lemos Fonteles, Gilson Dipp (primeiro coordenador do grupo), José Carlos Dias, José Paulo Cavalcanti Filho, Maria Rita Kehl, Paulo Sérgio Pinheiro, Rosa Maria Cardoso da Cunha. O jurista Pedro de Abreu Dallari viria a ser nomeado em setembro de 2013 e passaria a coordenar os trabalhos até a entrega do relatório final em 10 de dezembro de 2014 (Cláudio Fonteles e Gilson Dipp se desligaram da comissão em meados de 2013).

⁷ No mesmo ano de 2014, em função de seus temas de pesquisa acadêmica, os professores Paulo Ribeiro da Cunha e Angélica Lovatto foram designados como membros titulares da “Comissão de Altos Estudos do Centro de Referência das Lutas Políticas no Brasil - Memórias Reveladas (1964-1985)”, do Arquivo Nacional, para o período de 2014 a 2016, por meio da Portaria no. 94, de 27 de junho de 2014. Ambos, como membros titulares, puderam fazer também uma conexão com a relevância dos temas da CV-UNESP.

citar auxílio aos órgãos da Administração da Universidade”.⁸ Importante também destacar que conseguimos garantir na Comissão a presença do Observatório de Educação em Direitos Humanos da UNESP (OEDH), campus de Bauru,⁹ que já vinha realizando um importante trabalho de pesquisa sobre violações dos direitos humanos.¹⁰

Cabe ainda destacar que a articulação entre todos os *campi*, o trabalho sindical de organização da categoria docente feito pela ADUNESP e as várias iniciativas de pesquisa que surgiam em cada campus que tinha uma comissão local, foram previstos por sua Portaria de criação, que assegurou que a CV-UNESP poderia “constituir Grupo Assessor de Trabalho, para as finalidades cabíveis, bem como formar Grupos de Trabalho específicos”. Em seu artigo 3º ficava garantido que esse Grupo Assessor teria “como finalidade assessorar a Comissão, bem como conceber, planejar, desenvolver e implementar atividades, eventos, projetos e outras iniciativas que contribuam para o conhecimento da história das múltiplas formas através das quais operaram, na UNESP, a repressão, os constrangimentos e a perseguição continuada à organização, à liberdade de expressão e manifestação política, intelectual e artística”.

Tudo isso passava pela possibilidade de de a CV-UNESP, por meio da universidade, realizar convênio com a CNV – Comissão Nacional da Verdade, com a assinatura de um “Termo de Cooperação”. O objetivo era que a apuração dos fatos na UNESP também fizesse parte do relatório final da CNV. Outras CVs universitárias haviam conseguido finalizar o Termo de Cooperação, mas o processo legal demandava meses de tramitação. Nossa CV não tinha esse tempo. Por isso, em face de nosso início de trabalhos ter ocorrido apenas em fevereiro de 2014 e o fim da CNV estar prevista para 10 de dezembro daquele mesmo ano, acabou por inviabilizar-se a assinatura final do Termo. No entanto, em função da nossa participação em reuniões nacionais com assessores da CNV, conseguimos garantir o seguinte: que mandaríamos até agosto de 2014, os resultados dos primeiros seis meses de trabalho, pelo menos, para

a assessora da CNV que estava cuidando da repressão nas universidades. Esse era o prazo para dar tempo de nosso trabalho ser conhecido e reconhecido e que os perseguidos, mortos e desaparecidos da UNESP estivessem no relatório federal.

A entrega do primeiro relatório parcial da CV-UNESP para a CNV: agosto de 2014

Encaminhamos formalmente em 30 de agosto de 2014, para Brasília, um relatório, necessariamente parcial, da CVUNESP para a assessora da CNV, Angélica Muller, responsável pelo Capítulo do Relatório Final sobre as graves violações dos direitos humanos nas Universidades, sintetizando os primeiros resultados de seis meses de investigação. Embora parcial, o documento revelava um conjunto expressivo de achados do início das pesquisas:¹¹ levantamento de arquivos do DEOPS, identificação de casos de perseguição política, providências para a organização de comitês locais em doze *campi*, análise de microfilmes do Conselho Estadual de Educação, sistematização de entrevistas históricas e investigação de desaparecimentos forçados, como o caso do estudante Abílio Clemente Filho,¹² caso mais emblemático da repressão na UNESP e até hoje sem solução.

Todos esses elementos permitiam compreender a amplitude da repressão no interior paulista e a complexidade das dinâmicas institucionais que marcaram a formação da UNESP. Segue uma síntese dos itens apresentados ali.

a) *A Unesp e sua formação histórica: Institutos Isolados e repressão no interior paulista*

Nosso Relatório contextualizava que, embora criada oficialmente em 1976, a UNESP era o resultado da integração de diversos Institutos Isolados de Ensino Superior, muitos dos quais fundados entre 1957 e 1964. Essa característica conferia à universidade uma história profundamente marcada pelas tensões políticas do período preditatorial e pelos primeiros anos do regime militar. Os Institutos Isolados estavam distribuídos

em cidades do interior paulista — Marília, Assis, Rio Claro, Araraquara, São José do Rio Preto, Bauru, Botucatu, entre outras regiões, onde a repressão política assumiu formas específicas. Indicávamos que a presença de agentes da repressão nos espaços de ensino universitário era frequente e que informantes forneciam dados contínuos ao DEOPS sobre atividades estudantis e docentes. Essa vigilância sistemática revelava que a repressão não se limitava às grandes universidades da capital do Estado, como USP ou de grandes centros urbanos como Campinas (Unicamp), mas se estendeu de maneira ostensiva no interior.

A análise dos microfilmes do Conselho Estadual de Educação confirmava esse cenário. Entre 1964 e 1983, dezenas de professores da UNESP foram presos, demitidos, aposentados compulsoriamente ou submetidos a sindicâncias baseadas no AI5 e no Ato Institucional nº 7. Para citar apenas os exemplos mais gritantes, casos como os de Percy Sampaio Camargo (Araçatuba), Pedro Calil Padis (Araraquara), Ubaldo Martini Puppi (Marília), João Cardoso Palma Filho (São Paulo), Orestes Nigro (São José do Rio Preto) e muitos outros, evidenciam a amplitude da perseguição política.

b) *O levantamento documental no DEOPS*

A comissão, auxiliada pelas pesquisadoras do CEDEM, elaborou uma lista extensa de documentos para consulta presencial, incluindo dossiês sobre: movimento estudantil, Operação Ibiúna (1968), repressão a professores, fotografias de congressos estudantis, fichas individuais de docentes e alunos.

c) *Padrões de repressão identificados pela Comissão da Verdade da UNESP*

A análise dos documentos levantados pela CVUnesp revelou padrões consistentes de repressão política nos Institutos Isolados e, posteriormente, na própria Unesp. Esses padrões se manifestaram em diferentes dimensões — administrativa, policial, pedagógica e simbólica — e permitiram compreender como a ditadura civilmilitar atuou para controlar o ambiente universitário no interior paulista.

⁸ Daí a presença de seu coordenador, à época, como um de seus membros titulares.

Link da portaria: <https://www.cedem.unesp.br/#!/apresentacao/comissoes/>.

⁹ Por meio da presença na CV-UNESP do professor Clodoaldo Meneghello Cardoso, coordenador do OEDH.

¹⁰ Nesta mesma época, o CEDEM e o OEDH já desenvolviam uma outra iniciativa de pesquisa, com pesquisadores que apresentaram seus resultados no livro *Tenho Algo a Dizer*. memórias da Unesp na ditadura civil-militar 1964-1985. (Bauru: Cultura Acadêmica, 2014). Seus organizadores foram: Anna Maria Martinez Corrêa, Maria Ribeiro do Valle, Antonio Celso Ferreira e Clodoaldo Meneghello Cardoso.

¹¹ Pelos levantamentos no DEOPS e análise dos microfilmes do Conselho Estadual de Educação agradecemos as pesquisadoras do CEDEM, à época, especialmente Solange Santos e Jacy Machado Barleta, além do suporte técnico da secretária Rose. Agradecemos também o suporte da Diretora de Eventos do CEDEM, Sandra Santos, pelo posterior suporte, em março de 2015, no dia da apresentação dos resultados, em evento no auditório do CEDEM.

¹² A pesquisa sobre o caso de Abílio Clemente Filho ficou a cargo da professora Paula Ferreira Vermeersch, da FCT-Presidente Prudente, a quem agradecemos o trabalho de investigação sobre o caso.

d) *A vigilância sistemática sobre estudantes e docentes*

Nosso relatório parcial demonstra que a vigilância sobre a comunidade acadêmica era contínua e estruturada. Informantes forneciam dados regulares ao DEOPS, e agentes circulavam pelos *campi*, monitorando assembleias, reuniões de centros acadêmicos, atividades culturais e debates políticos. Informantes mandavam mensagens contínuas ao órgão de repressão, bem como podemos se podia observar que a presença de agentes nos espaços de ensino universitário era frequente. Essa vigilância não se limitava a momentos de crise, mas constituía uma prática cotidiana, revelando a preocupação do regime ditatorial com a formação intelectual e política no interior.

e) *Perseguições administrativas e demissões políticas*

A repressão também se manifestou por meio de processos administrativos, demissões sumárias e aposentadorias compulsórias. Muitos docentes foram afastados com base no AI5 e no Ato Institucional nº 7, frequentemente sem justificativas claras ou com acusações genéricas de “subversão”. Em vários casos, os professores foram detidos para “averiguações políticas e sociais”, permanecendo presos por semanas antes de serem demitidos.

f) *Repressão ao movimento estudantil*

O movimento estudantil foi alvo central da repressão. Nosso relatório apresenta fichas de estudantes da Unesp que participaram do XXX Congresso da UNE em Ibiúna, em 1968, que resultou na prisão de centenas de jovens. A presença de alunos de Assis, Marília, Rio Claro, São José do Rio Preto, Araraquara, Botucatu e Guaratinguetá demonstra que a mobilização estudantil no interior paulista era significativa. Além disso, dossiês do DEOPS sobre “subversão estudantil”, “Operação Ibiúna”, “fotografias de congressos” e “manifestações de professores contra Maluf” revelam que a repressão se estendia a diferentes formas de participação política.

g) *Desaparecimentos e violência extrema*

O caso de Abílio Clemente Filho, estudante de Ciências Sociais de Rio Claro, desaparecido em 1971, é emblemático. A CVUnesp, em pesquisa coordenada pela pesquisadora Paula Vermeersch, realizou diligências, cruzou dados do DEOPS e buscou esclarecer sua militância e circunstâncias do desaparecimento. Até o momento em que

as investigações avançaram, apontam apenas para uma aproximação da confirmação da militância de Abílio e uma possível delação e prisão no DOICODI de São Paulo. Mas o caso está aberto até hoje e demonstra que a violência extrema também atingiu estudantes do interior, contrariando a ideia de que os desaparecimentos forçados se concentraram apenas nos grandes centros.

A criação da Rede Nacional de Comissões da Verdade Universitárias em junho de 2014

No dia 6 de junho de 2014, no salão nobre do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro, em evento com a presença de 25 representantes de 15 comissões da verdade universitárias do Brasil, foi lançada a Rede de Comissões da Verdade Universitárias. A CV-UNESP esteve presente e participou ativamente de sua criação e lançamento.

O objetivo foi o de potencializar o trabalho que já vinha sendo realizado pelas comissões em seus respectivos estados e instituições de ensino superior, a fim de reunir e sistematizar os esforços de levantamento e pesquisa da memória e da verdade sobre os atingidos, presos, mortos e desaparecidos – vítimas da repressão desencadeada pelo Estado brasileiro no período de 1946 a 1988, bem como seus impactos institucionais na estrutura acadêmica e administrativa destas instituições.

A Rede foi pensada como um espaço de articulação política e de pesquisa entre as comissões, para que pudessem prosseguir, em termos de sua já existente troca de experiências, no profícuo contato que se estabeleceu antes mesmo da instauração, em âmbito governamental, da Comissão Nacional da Verdade - CNV. E, principalmente, como uma alternativa de continuidade dos trabalhos em pauta, para além da existência da comissão federal, que tinha prazo para encerramento em dezembro de 2014.

Nesse sentido, para a consecução dos trabalhos de assessoramento ao Relatório Final da Comissão Nacional da Verdade, no capítulo sobre as graves violações dos direitos humanos nas universidades, a As-

sembleia Legislativa do Estado de São Paulo sediou três reuniões no período de dezembro de 2013 a abril de 2014, que culminaram nesta quarta reunião na Universidade Federal do Rio de Janeiro. A CV-UNESP esteve em todas essas reuniões.

A necessidade de prosseguimento dos trabalhos das comissões foi detectada em função do montante de discussões realizadas por seus representantes nos encontros nacionais e/ou regionais ocorridos nessa trajetória e, principalmente, porque foi constatada a imensa gama de estudos, pesquisas e investigações que ainda precisavam ser desenvolvidas e/ou complementadas, no sentido do esclarecimento pleno dos impactos e efeitos do regime militar nas universidades, para o competente estabelecimento de uma historiografia que viesse a decifrar, explicitar, buscar e estabelecer um panorama histórico e de memória cada vez mais esclarecedor e também de justiça, com

a devida punição aos que perpetraram os crimes de tortura e morte no terrível período de repressão e arbitrariedades que o país sofreu.

Seguem as 15 comissões que aderiram de imediato à Rede e aquelas que aderiram posteriormente, somando 18 comissões: CVM Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ; CV Universidade Federal do Espírito Santo – UFES; CV Universidade Estadual Paulista – UNESP; CVMJ Universidade de Brasília –

UnB; CV Universidade Federal do Paraná – UFPR; CV Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP; CV Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP; CV Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo; CV Universidade Federal do Pará – UFPA; CV Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN; CV Universidade Estadual do Ceará – UECE; CV Universidade Federal do Ceará – UFC; CV Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ; CV Universidade Estadual da Bahia – UNEB (adesão em SET/2014); CV-ADUESC – Associação Docente da Universidade de Santa Cruz-BA (adesão em OUT/2014); CV das Entidades Representativas UFCG – Campina Grande-PB (adesão em OUT/2014).¹³

Entre 1964 e 1983, dezenas de professores da UNESP foram presos, demitidos, aposentados compulsoriamente ou submetidos a sindicâncias baseadas no AI5.

¹³ Maiores detalhes sobre a criação da Rede Nacional, em 6 de junho de 2014, em reunião no Salão Nobre do IFCS da UFRJ, podem ser buscados em: Lovatto, Angélica. Rede Nacional de Comissões da Verdade Universitárias: histórico, perspectivas e conjuntura. In: Stampa, I.; Assumpção, S.R.; Hollanda, C.B. (orgs). Arquivos, democracia e ditadura: reflexões a partir dos 10 anos do Centro de Referência Memórias Reveladas do Arquivo Nacional. Curitiba: Appris, 2020, p.261-274.

A entrega do Relatório das Comissões da Verdade Universitárias para o Coordenador Geral da CNV, Pedro de Abreu Dallari, em outubro de 2014

Preocupados com a finalização dos trabalhos da CNV, a Rede Nacional de Comissões Universitárias (que havíamos formado em junho), e da qual a CV-UNESP vinha participando ativamente, buscou organizar um documento geral que fortalecesse, num relatório único, a produção do material consolidado, até então, por nossas 18 Comissões da Verdade. Solicitamos à CNV uma audiência com o Coordenador Pedro de Abreu Dallari e fomos atendidos. Em 10 de outubro de 2014 a Rede foi recebida na sede do Ministério dos Direitos Humanos, num prédio federal, na cidade de São Paulo. Nos acompanhou a assessora da CNV, que fez a mediação para que tal encontro pudesse ocorrer. Pela Rede Nacional, fomos em três representantes sendo um de São Paulo, um do Rio de Janeiro e um de Brasília. Por São Paulo, foi a CV-UNESP que nos representou.

Pedro Dallari nos recebeu e fez questão de manifestar a importância do trabalho que estávamos realizando e se comprometeu a incorporar nosso esforço de pesquisa e apuração, o que de fato veio a acontecer, na entrega do Relatório Final da CNV em 10 de dezembro de 2014. Nosso trabalho ficou ali registrado, por meio de cada uma das 18 comissões que participaram do processo. Este artigo aproveita a oportunidade para reiterar o agradecimento da Rede ao professor Dallari.

A relação da CV-UNESP com a Comissão da Verdade do ANDES-Sindicato Nacional

A ADUNESP, como subseção do ANDES – Sindicato Nacional, procurou estar presente na maioria dos eventos promovidos por sua Comissão da Verdade, que teve uma importância vital na luta por memória, verdade, justiça e reparação, porque organizou – como entidade sindical nacional – a luta e as apurações por meio de investigações e eventos cobrindo simplesmente as cinco regiões do país. A CV-UNESP e dirigentes e associados da ADUNESP estiveram nos eventos em pelo menos três, dessas cinco regiões. E participamos ativamente das reuniões convocadas pela CV-Andes na Regional Sudeste, com reuniões em São Paulo.

Isso quer dizer que o papel da ADUNESP foi muitas vezes o de unir os esforços feitos em nível local na UNESP diretamente com as lutas nacionais por justiça e reparação, fosse na articulação com a CNV, fosse com a participação ativa na Rede Nacional das CVs Universitárias, e – por suposto – nos eventos de seu sindicato nacional. Isso deu uma dimensão e projeção nacional que a CV-UNESP não teria sem a intervenção decisiva do papel do nosso sindicato.

A entrega do segundo relatório parcial da CV-UNESP, para a Reitoria da UNESP, em março de 2015

Ao completarmos um ano de trabalho da comissão (de fevereiro de 2014 a fevereiro de 2015), conforme prescrevia a Portaria Unesp nº 88/2014, tínhamos

constituído um novo material, desta vez resultado da sistematização coordenada pela presidente da CV-UNESP, Professora Anna Maria Martinez Corrêa. Ela redigiu em dezembro de 2014, um relatório parcial baseado no acervo do Projeto Memória da Unesp. Esse Relatório continha três períodos da apuração (no tocante a este Projeto): 1) dos anos 1950, principalmente as apurações do período dos 14 institutos isolados, até 1964; 2) de 1964 a 1980; 3) de 1980 a 1985. Em síntese, foram ali selecionados e apresentados os documentos sobre a criação dos institutos, as perseguições políticas, a censura, as demissões, as invasões policiais, e as greves e movimentos de luta pela redemocratização nos anos 1980.

Nesse ínterim, os demais membros da comissão continuavam tocando os trabalhos dos comitês locais já formados no interior, e realizávamos – neste período – uma grande parte das reuniões de sistematização na própria casa da Profa. Anna Maria Martinez Corrêa, em São Paulo, em função de suas condições de saúde e deslocamento, que a impediam de ir periodicamente ao CEDEM. Foi um período muito frutífero e extremamente agradável, pautado pelo privilégio de conviver e sermos coordenados por essa historiadora incansável.

A extinção da CV-UNESP pelo Reitor Julio Cezar Durigan

Enquanto a Profa. Anna Maria Martinez Corrêa terminava a redação do Relatório que tinha como base o *Projeto Memória*, os membros da CV-UNESP permaneciam trabalhando com vistas à preparação dos materiais das fichas do DEOPS e dos microfilmes do CEE, e demais apurações do caso Abílio, com vistas a um relatório consubstanciado com as justificativas para a prorrogação dos trabalhos, a ser apresentado à Reitoria da UNESP. Sem contar o que os comitês locais já estavam levantando.

Em março de 2015, em importante evento¹⁴ no CEDEM,¹⁵ apresentamos publicamente tudo que a CV-UNESP havia produzido no seu primeiro ano de trabalho, bem como detalhamos em relatório específico os próximos passos que decorriam da pesquisa realizada, com vistas a mais dois anos de funcionamento.

A versão simples, impressa e encadernada, desse Relatório Parcial, como resultado de nossas investigações, havia sido



Evento de 26 de março de 2015, quando foi entregue o segundo relatório parcial da CV-UNESP

¹⁴ O evento foi realizado em março de 2015 e possui um vídeo no Canal do CEDEM no YouTube, disponibilizado, posteriormente, com a data de 20 de junho de 2016 (não confundir), no link: <https://www.youtube.com/watch?v=zqnZscel48>.

¹⁵ Com uma Mesa formada pela Coordenadora do CEDEM, Professora Sônia Troitinho, pela Professora Anna Maria Martinez Corrêa (Presidente da CV-UNESP), Professor Paulo Cunha (membro da CV-UNESP), Professora Angélica Lovatto (membro da CV-UNESP) e José Luiz Del Roio (porta-voz da Comissão Paulista de Desaparecidos Políticos). Este último também nos fazia importantes pontes com os pesquisadores da CNV, diretamente em Brasília.



Evento organizado pela CV-ADUNESP em 1º/4/2016, em São Paulo, reuniu representantes de várias CVs universitárias. Na foto do alto, à direita, presença de Eduardo Suplicy na abertura da atividade. Ao lado, foto final do encontro



encaminhado ao Reitor da UNESP, Prof. Julio Cezar Durigan, juntamente com o pedido justificado de prorrogação. Mas qual não foi nossa surpresa quando, no dia imediatamente seguinte ao evento no CEDEM, nos foi remetido oficialmente um documento do Reitor comunicando-nos da extinção da CV-UNESP, sem justificativa. Essa comunicação, feita em menos de 24 horas após nossa apresentação pública formal dos primeiros resultados, nos deu a desagradável sensação de que a extinção de nossa comissão já estava decidida pelo Reitor Julio Cezar Durigan antes mesmo que nosso trabalho fosse sequer avaliado pela universidade.

Ato contínuo, acionamos uma rede de notórias personalidades paulistas e brasileiras ligadas à defesa dos Direitos Humanos, bem como deputados e ex-reitores comprometidos com a democracia, além de membros que haviam composto a CNV, para que fizessem gestões junto ao Reitor Durigan, no sentido de sensibilizá-lo e alertá-lo sobre o enorme equívoco, para dizer o mínimo, que ele estava a perpetrar. Essa campanha durou semanas, sendo certo que o Reitor recebeu muitos telefonemas desse conjunto de personalidades (a quem novamente aqui reiteramos nosso profundo agradecimento). Nada moveu o Reitor Durigan. Ao contrário, fomos compelidos, como comissão, a abandonar-

mos nossas salas de trabalho na sede da CV-UNESP, na Praça da Sé.

A formação da CV-ADUNESP para manter viva a chama da apuração, memória, justiça e reparação na UNESP

A criação das Comissões da Verdade no Brasil, a partir da Lei Federal nº 12.528/2011, inaugurou um fundamental processo institucional de revisão crítica das

violações de direitos humanos cometidas durante a ditadura civil-militar (1964–1985). No âmbito das universidades públicas brasileiras, por todo território nacional, esse movimento assumiu contornos específicos, dada a centralidade que estudantes, docentes e funcionários tiveram tanto na resistência democrática quanto na repressão estatal.

Mas na Uni-

versidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” esse processo foi interrompido sem nenhuma explicação institucional. Justamente numa universidade marcada por uma estrutura multicampi e presença decisiva no interior paulista, que revelavam dinâmicas de repressão distintas das que ocorriam nos grandes centros urbanos. Vale dizer, onde a apuração e reparação deveria ser ainda mais intensa.

Diante do ocorrido, a maioria dos membros e pesquisadores docentes que já estavam trabalhando com a CV da UNESP e que permaneciam comprometidos nos comitês locais dos *campi*, já formados, reuniram-se para encontrar alguma solução, buscando guarida e apoio da ADUNESP, que desde a primeira hora esteve presente nesta luta. Esse conjunto de docentes ponderou junto à Diretoria, à época, a possibilidade de continuar os trabalhos, agora como uma Comissão da Verdade em âmbito sindical. Mesmo sabendo que os limites institucionais iriam ser mais difíceis de superar, e dado que, desde a base do processo, a ADUNESP tinha conduzido o processo em reuniões locais e assembleias, o desafio foi aceito.

O que conseguimos avançar a par-

Na UNESP, universidade marcada por uma estrutura multicampi, o processo foi interrompido sem nenhuma explicação institucional.

¹⁶ Dez anos depois, em 2025, por meio do selo editorial Cultura Acadêmica Editora, o CEDEM publicou o Relatório Parcial da CV-UNESP, com os resultados alcançados até dezembro de 2014, redigido pela Profa. Anna Maria Martinez Corrêa.

Livro acessível no link: <https://www.cedem.unesp.br/Home/Publicacoes/relatorio-final-comissao-da-verdade-da-unesp.pdf>

tir daí, fundamentalmente, teve a ver – por um lado – com os trabalhos que já estavam em andamento. E, por outro, um planejamento para os 12 meses seguintes, de um conjunto de atividades que culminaria num grande evento em 1º de abril de 2016, data do fatídico golpe perpetrado pelos militares em 1964. A intenção era de que, se tudo desse certo em relação aos 12 meses planejados, nesta data da efeméride, fosse oficialmente instalada a CV-ADUNESP.

Nesta etapa dos trabalhos não podemos deixar de mencionar o gigantesco trabalho realizado por nosso representante local no Instituto de Artes de São Paulo (IA-SP), o servidor técnico-administrativo Gilberto Carvalho Cassiano, que se dedicou a realizar entrevistas com figuras históricas do corpo docente da UNESP, que sofreram constrangimentos repressivos, no enfrentamento com a ditadura. Algumas, ele gravou nos estúdios do próprio campus do IA-SP. Outras, gravamos juntos, solicitando uma sala de estúdio do CEDEM, especificamente para a entrevista, já que não podíamos mais funcionar como comissão naquela sede.

Uma parte significativa destas entrevistas continua inédita e esforços têm sido feitos para que possamos sistematizar e publicar oportunamente esse rico material. E assim fomos acumulando, naquele momento, o máximo possível de materiais para os 12 meses subsequentes. É deste período também o conjunto de esforços que a CV-ADUNESP passou a ter com o coletivo Coletivo Advogados para a Democracia (COADE), procurando manter trabalhos conjuntos na cidade de São Paulo.

A conjuntura brasileira, no entanto, desde junho de 2013, passava por profundas transformações e contestações, que foram escalando. Movimentos de rua tinham envolvido manifestações contra a realização da Copa do Mundo no Brasil em 2014. Em síntese, ao longo de 2015, se

aprofundaria a crise que levaria ao pedido de impeachment de uma presidente eleita pelo voto direto, culminando em 17 de abril de 2016 na aprovação na Câmara dos Deputados da admissibilidade do processo contra Dilma Rousseff. Esse foi justamente o período – abril de 2016 – em que havíamos planejado, desde o ano anterior, a realização de um evento de mais um ano dos trabalhos da Comissão da Verdade, por ocasião da efeméride do golpe militar. E assim o fizemos, só que com a gravidade ainda maior de que um novo golpe – desta vez parlamentar – nos ameaçava como país.

O evento daí resultante, que acabou marcado pela simbologia de ratificar e instalar a CV-ADUNESP, foi prestigiado por valorosos companheiros e companheiras ligados às suas CVs Universitárias. E foi batizado com o sugestivo nome de: **“Contra os golpes ontem e hoje: história, memória, reparação e preservação da democracia”**. Com escassos recursos, e contando com o autofinanciamento de muitos de nossos convidados, conseguimos realizar um significativo encontro, marcado pelos esforços de consolidar também, cada vez mais, a nossa Rede de Comissões da Verdade Universitárias.

Nesse sentido, nosso evento buscou trazer uma Comissão da Verdade de cada uma das cinco regiões do país, que falaram dos trabalhos desenvolvidos em suas comissões: Marco Aurélio Santana (CMV-UFRJ) – Sudeste; José Otávio Nogueira Guimarães (CMV-UnB) – Centro-Oeste; Edilza Fontes (CV-UFPA) – Norte; Milton Pinheiro (CV-UNEB) – Nordeste; Almir Bueno (CV-UFRN) – Nordeste; Guilherme Garcia Teixeira (CV-UFSM) – Sul.

Realizamos um Ato/Debate contra **“Os golpes e seus disfarces: história, memória, conjuntura atual e inversão da legalidade”**, que contou com notórios oradores: Eduardo Suplicy, Secretário dos Direi-

tos Humanos e Cidadania de São Paulo; Anivaldo Padilha, presidente do Fórum 21; Rosa Cardoso, presidente da Comissão Estadual da Verdade do RJ (CEV-Rio) e que tinha sido coordenadora da CNV; João da Costa Chaves Júnior, presidente da ADUNESP; Teresa Lajolo (CMV- Prefeitura de São Paulo) e José Luiz Del Roio (Comitê Paulista da Memória, Verdade e Justiça).

A CV- ADUNESP empossada foi composta com Anna Maria Martinez Correia (presidente), Alberto de Souza, André Bonacini, Angélica Lovatto, Antônio Luís de Andrade, Clodoaldo Meneghello Cardoso, Gilberto Carvalho Cassiano, João da Costa Chaves Júnior, Leila Marrach B. de Albuquerque, Marcos Del Roio, Neusa Maria Dal Ri, Paula Vermeersch; Paulo Ribeiro da Cunha.

Considerações finais

Que as novas gerações de sindicalizados que chegam à ADUNESP possam conhecer esta história da qual fizemos parte, e ainda fazemos, já que há um longo caminho para concretizar as devidas reparações que a UNESP precisa implementar em âmbito universitário.

Foi uma verdadeira honra ter sido convidada a redigir este artigo na revista que comemora os 50 anos de nosso combativo sindicato. Meu maior agradecimento e homenagem fica aqui para a valorosa professora Anna Maria Martinez Corrêa que, tristemente, nos foi levada em 30 de agosto de 2023, aos 90 anos. Sem ela, jamais teria existido a Comissão da Verdade da UNESP e a Comissão da Verdade da ADUNESP. Nossa luta continua para eliminar muitos dos dispositivos autocráticos que persistem nos regimentos e estatutos das nossas universidades. Que nossa trajetória faça jus ao lema que nos une: para que não se esqueça, para que nunca mais aconteça! ¹

¹⁷ Por meio dos esforços do nosso companheiro e grande advogado de direitos humanos, Dr. Rodrigo Sérvulo. Ele mantinha um Canal com o Programa +DH (Mais Direitos Humanos).

¹⁸ Em 12 de maio de 2026 a admissibilidade no Senado e, finalmente, o impeachment no julgamento final no Senado, em 31 de agosto de 2016.

Adunesp, 50 anos!

A rica relação com o Fórum das Seis e o imenso desafio de construir-se em todas as regiões do estado

César Minto e
Michele Schultz¹



Foi com muito prazer que aceitamos participar da publicação comemorativa dos 50 anos da Associação de Docentes da Unesp, a Adunesp – Seção Sindical do Andes-SN, uma das mais longevas entidades representativas de docentes das universidades públicas paulistas, quiçá também entre as brasileiras. Por certo, o convite nos foi feito por dois motivos; primeiro, pela constante e intensa convivência com várias e vários colegas sindicalistas que contribuíram para a progressiva estruturação da Adunesp; segundo, pelo fato de termos feito parte de sucessivas coordenações do Fórum das Seis, quando compusemos a diretoria da Associação de Docentes da USP, a Adusp. Sentimo-nos lisonjeados por poder destacar alguns aspectos da história das nossas entidades sindicais, sobretudo dos últimos dez anos, 2015-2025, mas não só.²

Começamos com um “recorte-cola”, não por indolência, mas por reconhecermos, dentre muitos outros, um trecho bastante expressivo de publicação anterior da própria entidade:

A Adunesp, eixo ao redor do qual [as]os docentes se organizaram e lutaram nestes anos todos, chega a 2016 [acrescentamos 2026] cumprindo o mesmo papel que a destaca no movimento sindical combativo do país desde a sua criação. O pro-

cesso de precarização do trabalho e de privatização interna das universidades públicas, gerado pelas políticas de governo e reproduzido pelas administrações destas instituições, procura aprofundar o modelo privado de educação. Na luta contra essa maré perversa, apostamos sempre na luta coletiva, em sentido oposto ao individualismo que busca nos enfraquecer como categoria. (Agenda Adunesp comemorativa dos 40 anos da entidade, 2016)

E agora parafraseando... nesses 50 anos, a Adunesp tem se dedicado à defesa dos direitos da categoria docente, dos mais gerais aos específicos, à democratização das estruturas de poder da Unesp e tem lutado contra os ataques à educação pública por sucessivos governos estaduais e federais. Isso mostra, conforme já mencionado na publicação referida anteriormente, que “a resistência sempre esteve [e continua] presente.” Convinhamos, esta resiliência tem sido muito importante nas mobilizações sindicais, sempre.

Cabe destacar também o papel imprescindível que a Adunesp tem cumprido na construção das lutas em conjunto com o Fórum das Seis. A partir da sua criação em 1991, o Fórum tem atuado de forma contundente na defesa das universidades estaduais paulistas e do Centro Paula Souza. Desde o

acompanhamento da tramitação das peças orçamentárias do estado na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (Alesp) até a construção unitária das campanhas anuais de data-base, as entidades do Fórum têm participação assídua e qualificada nas tomadas de decisões, que devem ocorrer sempre por consenso, segundo a metodologia adotada. Consenso este complexo e de difícil construção, mas que mostra a disposição das entidades de, primeiramente, defender as pautas comuns ao conjunto das categorias de servidoras/es docentes, de funcionárias/os técnico-administrativas/os e de estudantes. Só depois de encerrada a negociação conjunta é que tratam de suas pautas específicas. E, por óbvio, com a Adunesp não tem sido diferente. Mas, é preciso dizer que, apesar de todos os esforços realizados, nem sempre tem sido possível garantir que tal sequência seja respeitada, o que é bastante preocupante.

E não poderíamos deixar de registrar que a Adunesp foi responsável pela Coordenação do Fórum das Seis durante os anos de 1994, 1996, 1999, 2000, 2004, 2005, 2006 (em conjunto com a Adusp), 2009, 2010, 2016 a 2018 (em conjunto com o Sintunesp) e cumpre novamente tal função rotativa agora em 2026. Notem que isto significa 13 anos de dedicação à Coordenação do Fórum das Seis, o que é um feito louvável!

Embora tenha ocorrido em pe-

¹ Professor aposentado da FE-USP, ex-presidente da Adusp e ex-coordenador do Fórum das Seis. Professora da EACH-USP, ex-presidenta da Adusp e ex-coordenadora do Fórum das Seis. Agradecemos as leituras críticas dos colegas João Chaves, secretário-geral da Adunesp e coordenador atual do Fórum das Seis, e Paulo César Centoducatte, ex-presidente da Adunicamp e ex-coordenador do Fórum das Seis.

² Aspectos ocorridos de 1976 a 2016 já foram destacados nas publicações: Revista dos 20 anos (1996), Revista dos 30 anos (2007) e Agenda dos 40 anos (2016), que se encontram no site da Adunesp. Mas não deixaremos de citar alguns aspectos relevantes desses períodos anteriores.

riodo anterior ao aqui tratado (2015-2025), consideramos importante destacar uma iniciativa ainda não completamente dada a compreender até os dias atuais, o que é muito grave. Referimo-nos à desvinculação do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina de Botucatu (HCFMB) da Unesp, transformado em entidade autárquica vinculada à Secretaria de Estado da Saúde pela Lei Complementar nº 1.124/2010, aliás, caso bem documentado pela **Revista Adunesp nº 4/2016**, como “processo recheado de críticas de uns, elogios de outros, incertezas de quase todos” (p. 12).

A partir de então, o HCFMB passou a ter terceirizados “os serviços de Limpeza, Vigilância/Segurança, Lavanderia, Portaria/Recepção, Copa/Cozinha, e parte do Serviço de Nutrição e Dietética (SND), além de frações de áreas como Informática, laboratórios etc.” (p. 14), sendo que a Unesp transferiu repasses decrescentes do Tesouro do Estado ao hospital apenas por quatro anos, deixando de fazê-lo a partir de 2015, conforme estipulou a Lei Complementar nº 1.177/2012. Uma explicação plausível é que o fato tenha sido consumado como decorrência de adoção da Reforma do Estado, sendo que seu registro aqui busca chamar a atenção para que se tente evitar eventuais ocorrências semelhantes, que em última análise são inadequadas e interferem indevidamente com a autonomia universitária. E o HCFMB é uma unidade que realiza atividades de ensino, pesquisa e extensão, o tripé universitário por excelência, sob a égide da Unesp.

Um outro destaque precisa ser feito, com o mesmo objetivo do citado anteriormente. Referimo-nos agora à recusa da gestão de Sandro Valentini de pagar devidamente no final de 2018 o 13º salário – que não é benefício, mas parte do salário – às categorias docente e técnico-administrativa em regime estatutário, cerca de 12.700 pessoas, tanto na ativa quanto aposentadas, sob a alegação de “dificuldades financeiras”. O episódio mostra até onde pode chegar a soberba e o menosprezo de reitorias pelas/os trabalhadoras/es, cujo trabalho é o que

garante o funcionamento regular da instituição. Tamanho despautério provocou o protesto de dois expressivos atos públicos em frente à reitoria da Unesp em 13/12/2018 e 22/01/2019, que contaram com a solidariedade ativa de colegas das entidades sindicais e estudantis da Unicamp e da USP. Contudo, os pagamentos só foram realizados pela reitoria em duas parcelas, em fevereiro e maio de 2019.

Vale registrar que os dois episódios relatados anteriormente, o desvincilhamento do HCFMB e o atraso do 13º salário de servidoras/es estatutárias/os, impostos por diferentes gestões da reitoria da Unesp, revelam desmazelo ou até desprezo pelo funcionamento democrático da instituição, que além de pública é de caráter educacional, constituindo-se ocorrências nada exemplares para qualquer Administração Pública.

Alguns apontamentos sobre a história da Unesp

A criação da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, a Unesp, configura uma situação paradoxal, por várias razões. Ela foi criada em 1976, em plena ditadura militar, por um governo “biônico”, eleito indiretamente pela Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (Alesp), sem a preocupação de dar a conhecer uma proposta objetiva de universidade para a sociedade, mas cioso sim com a lisonja de homenagear uma figura da elite socioeconômica do estado.

A Unesp passou a agregar catorze (14) unidades espalhadas pelo território paulista, sendo que apenas sete (7) delas ostentavam a identidade expressa na condição de Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras, de Assis, Araraquara, Franca, Marília, Presidente Prudente, Rio Claro e São José do Rio Preto, com vistas à formação de docentes. As demais unidades, os Institutos Isolados, alguns bem longevos, visavam a formação profissional, constando nos registros oficiais que tinham por identidade a docência e a pesquisa: a Faculdade de Farmácia e Odontologia de Araraquara, as Faculdades de Odontologia de Araçatuba e de São José dos Campos, a Faculdade de Ciências Agrárias e Veterinárias de Jaboticabal, a de Engenharia de Guaratinguetá e a Medicina de Botucatu. (<https://www2.unesp.br/portal#!sobre-a-unesp/historico/>)

A criação da Unesp teve e continua tendo o mérito de potencialmente viabilizar a chance de acesso da população ao ensino pú-

blico de nível superior de qualidade em vinte e quatro (24) municípios paulistas, com foco em inúmeras áreas de conhecimento, mas na realidade sem a necessária coesão de concepção original, digamos, na medida em que composta de unidades apenas e tão somente justapostas, várias delas com insuficiente infraestrutura pessoal e material para cumprimento de suas funções. Figurativamente, é como se a criação mal-ajambrada da universidade a caracterizasse como uma colcha de retalhos que ainda não adquiriu uma configuração que pudesse caracterizá-la como um *patchwork*, mas que nada impede ou deveria impedir a superação deste “pecado original”, também em um sentido figurado.

É fato amplamente reconhecido que a criação da Unesp contribuiu e ainda contribui para democratizar o acesso ao ensino superior público de qualidade, sobretudo devido à amplitude de sua capilaridade não só espacial. Contudo, ao longo do tempo, a resistência da elite que a governa tem dificultado ou mesmo impedido que ela adquira cada vez mais a estatura de uma instituição com organização efetivamente sistêmica, situação agravada por diversos acréscimos de unidades: Dracena, Itapeva, Ourinhos, Registro, Rosana, São Vicente, Sorocaba, Tupã e São João da Boa Vista, cursos e vagas – o que é muito positivo –, mas realizada sem qualquer garantia pelo Poder Público da infraestrutura de pessoal e recursos materiais correspondentes, o que inevitavelmente tem consequências nefastas.

Observa-se assim uma relutância contínua que a impede pelo menos de se tornar um *patchwork* admirável, passo este que implicaria a superação da inicial justaposição de unidades, que chamamos de “pecado original”, rumo a uma universidade tão diversa quanto isonomicamente acalentada. Assim, não tem sido uma perspectiva sistêmica que tem vigorado ao longo do tempo, mas isto pode e deve mudar.

A tabela a seguir retrata, por um lado, o forte desempenho social da instituição, por outro lado, a situação bastante crítica a que ela tem sido submetida, em especial no que diz respeito ao intervalo entre 1995 e 2025, cuja ampliação do número de docentes foi de míseros 0,14%, enquanto a categoria de funcionárias/os técnico-administrativas/os sofreu uma “perda” de 31,5% no mesmo período! E não é exagero destacar que absolutamente todos os demais índices contidos na tabela atestam que o progressivo desempenho da Unesp só pode ter sido garantido pela dedicação de suas/seus servidoras/es docentes e técnico-administrativas/os, mesmo tendo sido sujeitadas/os a condições precárias de trabalho e com salários sistematicamente aviltados, além, claro, da falta/insuficiência de



Greve de 2000: Categorias unidas na luta

Condições de Funcionamento e Desempenho da Unesp de 2015 a 2025 em relação a 1995

	1995	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
Docentes	3.497	3.826	3.631	3.389	3.305	3.087	3.087	3.087	3.182	3.182	3.182	3.502
Técnico-administrativa(o)s	7.918	6.782	6.449	5.986	5.592	5.200	5.200	5.200	5.079	5.079	5.079	5.424
Cursos de graduação	80	155	136	136	136	136	136	137	137	137	137	136
Vagas em graduação	4.311	7.620	7.715	7.725	7.725	7.365	7.365	7.365	7.680	7.680	7.680	7.690
Matrículas na graduação	19.618	37.770	37.965	37.997	40.233	39.244	39.327	40.792	38.344	38.344	38.344	36.388
Cursos de pós-graduação	125	255	256	258	268	263	263	263	244	249	245	253
Mestrado	71	143	145	147	149	148	148	148	136	137	136	139
Doutorado	54	112	111	111	119	115	115	115	108	112	109	114
Matrículas na pós-graduação	6.824	13.541	13.931	13.998	14.422	14.334	14.334	14.334	13.401	12.992	13.300	13.360
Mestrado	3.395	7.212	7.379	7.392	7.727	7.637	7.727	7.727	6.943	6.750	7.206	7.195
Doutorado	1.382	6.329	6.552	6.606	6.695	6.697	6.607	6.607	6.458	6.242	6.094	6.165
Títulos outorgados (total)	581	3.145	3.223	3.312	3.486	3.454	3.454	3.454	2.889	3.208	2.706	2.951
Mestrado	433	2.020	2.019	2.085	2.188	2.155	2.155	2.155	1.755	1.941	1.642	1.787
Doutorado	148	1.125	1.204	1.227	1.298	1.299	1.299	1.299	1.134	1.267	1.064	1.164

Fonte: Anuário Estatístico da Unesp, vários anos.

Os dados de 2025 foram fornecidos pelo Escritório de Gestão de Dados e pela Prograd, Propg e Propeg.

Observação: Em 1995 passou a vigorar o padrão atual de financiamento das estaduais paulistas - 9,57% do ICMS-QPE.

políticas de permanência estudantil!

É preciso citar ainda a vinculação à Unesp do Centro de Educação Tecnológica “Paula Souza” (CPS), que homenageia Antônio Francisco de Paula Souza, um professor e político itano de família abastada. O CPS é uma autarquia composta por 229 Escolas Técnicas (Etecs), 87 Faculdades de Tecnologia (Fatecs) estaduais e 345 Classes Descentralizadas (unidades que oferecem um ou mais cursos, sob a administração de uma Etec), que, apesar da vinculação, parece sempre ignorado pela vinculadora e só não tem sobrevida ainda mais precarizada por conta da dedicação de suas/seus servidoras/es e da atual destinação de recursos, que é da mesma ordem de grandeza daquela destinada à Unesp, embora ainda insuficiente.³

(<https://www.cps.sp.gov.br/institucional/sobre-o-centro-paula-souza/>)

Cabe lembrar, também, que foi agregada à Unesp, desde o seu início, a Faculdade de Música “Maestro Julião”, originalmente sediada em São Bernardo do Campo e que teve depois seu legado passado para o Instituto de Artes, situado atualmente no bairro da Barra Funda em São Paulo, destacando-se como um centro de referência cultural e artística da capital do estado.

(<https://www.ia.unesp.br/#/sobre-o-campus/>)

Com efeito, se não pairam dúvidas acerca da função social exercida pela Unesp devido à oferta de cursos em todo o território paulista e nas mais diversas áreas de conhecimento, constituindo contribuição essencial à educação, à saúde, à cultura, à ciência, à tecnologia, às artes, à agricultura,

à assistência social, à administração pública, à biblioteconomia, ao direito e assim por diante, também não é lícito ignorar que sua tamanha capilarização ocasiona vários transtornos à estruturação desejada da comunidade unespiana, seja do ponto de vista institucional, seja do ponto de vista da estruturação sindical e estudantil, cuja possibilidade de realização de atividades organizativas e de mobilização, quando não impedidas ficam bastante dificultadas, demandando dedicação individual e coletiva, perseverança e, sobretudo, viabilidade financeira e temporal, e sabemos que tudo isso é muito custoso.

Além disso, não podemos deixar de externar nossa preocupação com o fato, igualmente paradoxal, de como a Unesp tem sido tratada por determinados setores da sociedade: referimo-nos especificamente a chamá-la de “prima-pobre”. Ocorre que, de um lado, é bastante comum constatar um tratamento pejorativo por parte de setores sociais conservadores e elitistas, talvez mais preocupados com interesses privados, que não perdem nenhuma ocasião para desqualificá-la, por certo, exatamente devido à capilaridade dessa universidade potencializar o acesso a estudantes de estratos mais subalternizados da população.

Por outro lado, há inúmeros setores da sociedade, talvez mais preocupados com o público e com maior acesso a informações, cujo uso deliberado da denominação “prima-pobre” expressa a defesa de que a Unesp, assim como a Unicamp e a USP devam ter a garantia pelo Poder Público de que as suas condições de organização e funcionamento

sejam cada vez mais isonômicas, preservando suas particularidades, mas promovendo condições progressivamente mais igualitárias no atendimento a suas/seus estudantes – propomos ampliar a parcela social que defende esta visão sistêmica, pois só assim contribuímos efetivamente para a construção de um Sistema de Ensino Superior Público Paulista coerente com os direitos de toda a população, priorizando sua função social.

Ademais, é inegável que a estruturação da Adunesp guarda relação intrínseca com o formato adotado para a criação da Unesp em 1976, sendo possível conjecturar que, dado o contexto de vigência da ditadura militar, talvez nem poderia ter sido diferente; o fato de a universidade ter sido formada pela junção de faculdades e institutos isolados, com missões diversas e, igualmente, existentes desde tempos distintos, ter sido submetida a expansões desejáveis e pertinentes, mas sem a correspondente ampliação de recursos, entre elas as mais recentes nos anos 2000 – Dracena, Itapeva, Ourinhos, Registro, Rosana, São Vicente, Sorocaba, Tupã e São João da Boa Vista –, conforme já havíamos destacado. Tudo isso coloca grandes desafios, tanto para a Unesp prover tratamento isonômico entre suas unidades, quanto para a Adunesp estruturar-se e fortalecer-se em todos os atuais vinte e quatro (24) campi que compõem a universidade.

Contudo, a história da militância da Adunesp constitui lastro inequívoco de que não faltarão esforços para que a empreitada em defesa da Unesp pública e de qualidade seja progressivamente bem-sucedida!

³ Segundo as previsões contidas na LOA 2026 (Lei nº 18.387, de 06/01/2026), a destinação de recursos para a Unesp é de 3,5 bilhões e para o Centro Paula Souza é de 3,9 bilhões.

Mulheres da Adunesp

Por fim, considerando em especial a vigência de um contexto de resiliente desigualdade de gênero, hegemonia do patriarcado, machismo, misoginia e feminicídio a que o país tem sido submetido, apesar do avanço das lutas libertárias, como forma de uma espécie de “reparação simbólica” ou de “ação de desagravo”, argumentamos que é bastante pertinente e justo prestar uma singela homenagem a todas as pessoas que contribuíram para a criação e a constituição dessa entidade como ela é atualmente, destacando algumas mulheres emblemáticas que participaram de alguma maneira para a construção democrática que tem caracterizado a Adunesp: Anna Maria Martinez Corrêa (in memoriam), Ana Maria Ramos Estevão, Angélica Lovatto, Dayse Iara dos Santos, Lúcia Helena Lodi, Maria Valéria Barbosa, Sueli Guadalupe de Lima Mendonça e Tânia de Macêdo, por certo entre tantas outras companheiras combativas, que podem até não estarem mais presentes com regularidade, mas com certeza deixaram um legado exemplar e inequívoco de participação nas lutas em defesa da universidade pública, gratuita, laica e democrática! Ademais, esta pequena homenagem não poderia deixar de incluir a Bahiji Haje, cuja dedicação ultrapassa em muito as tarefas exclusivamente jornalísticas, o que a caracteriza como companheira comprometida com as pautas da Adunesp e do Fórum das Seis há cerca de 30 longos anos!



Lançamento da data-base de 2005, na USP

Sobre o Fórum das Seis e algumas de suas lutas

A década de 1980 e os anos subsequentes foram de muita agitação política,

quando a sociedade passara a explicitar com maior frequência não estar mais disposta a tolerar os desmandos decorrentes da ditadura militar. Foi nesse período efervescente que a greve reivindicatória do funcionalismo estadual paulista de cerca de dois meses, em 1988, e a deflagração do movimento “SOS Universidades” acabaram por provocar a edição do Decreto nº 29.598/1989, pelo então governador do estado Orestes Quércia (PMDB). Tratado como “decreto da autonomia”, na realidade o instrumento dispôs “sobre providências visando a autonomia universitária”, que havia sido estabelecida no artigo 207 da Constituição Federal de 1988. Assim, o decreto consignou uma certa autonomia de gestão financeira do “Sistema de Ensino Superior Paulista”, destinando-lhe “8,4% da arrecadação do ICMS – quota parte do Estado no mês de referência”, que na época implicava a destinação de um montante de recursos às universidades estaduais menor do que o então costumeiro.

Vejam os a seguir algumas ironias da história. Afora a então única vinculação constitucional de recursos existente na época, a da Educação, as universidades estaduais paulistas podiam agora contar com um padrão regular de financiamento – um % do ICMS-QPE –, permitindo algum planejamento orçamentário, o que não era/é pouco significativo. Isso passou a se dar ano a ano por meio de mensagem do Executivo na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), entretanto, é possível conjecturar que esta não teria sido a real intenção do governo Quércia, mas que

por algum motivo a promoveu. A medida produziu dois efeitos opostos, um resultado positivo, a viabilidade de realizar algum planejamento orçamentário e, inclusive, de interlocução e eventual negociação com o Cruesp e não com o Executivo como era antes; contudo, provocou outro aspecto assaz negativo, que na prática significou o nosso isolamento em relação ao restante do

funcionalismo público paulista, cuja coordenação passara a se reunir regularmente com o objetivo de definir formas de mobilização e de enfrentamento à crise econômica.⁴ Assim é que a medida governamental isolou as demais categorias do funcionalismo da militância das universidades, pelo fato de esta ter adotado o cuidado de acompanhar de forma sistemática as contas públicas do estado.

A partir daí, em 1991, começamos a nos organizar por meio do Fórum das Seis, originalmente composto pelas representações das duas categorias de servidoras/es, a de docentes e de técnico-administrativas/os de cada uma das três estaduais paulistas, Unesp, Unicamp e USP. Em 1994 foi incorporado o Sindicato de Trabalhadores do Centro Paula Souza (Sinteps) e em 2001 passaram a ser incorporadas as representações estudantis dessas três universidades, que nem sempre se organizaram na forma de Diretórios Centrais de Estudantes (DCE). Daí em diante, o Fórum passava a ser composto por dez instituições, embora tenha optado pela manutenção da sigla já “tradicional”, quase como marca registrada, que permanece até os dias atuais e se organiza e funciona de modo bastante peculiar.

O Fórum das Seis é uma articulação política que funciona democraticamente por consenso, significando que só delibera sobre decisões comuns às entidades componentes, que são autônomas e, portanto, conduzem por si próprias as questões que as afetam particularmente, mas preservando sempre que as lutas gerais conjuntas expressas em suas pautas unificadas anuais sejam realizadas antes daquelas que fazem parte de suas pautas específicas. Essa forma organizativa tem permitido empreender as lutas que as entidades precisam desenvolver, cujo sucesso, por óbvio, depende das condições efetivas de suas possibilidades frente aos diferentes contextos enfrentados. Ou seja, a metodologia de funcionamento adotada pelo Fórum das Seis permite que as lutas comuns sejam tocadas conjuntamente e precedam as lutas específicas, depois realizadas pelas respectivas entidades componentes, que por certo ainda podem contar com a solidariedade política e material das entidades coirmãs.

Também faz parte desta forma organizativa o cuidado para que a articulação não fique vulnerável a eventuais *lobbies* durante seu funcionamento, assim, participam das reuniões regulares do Fórum das Seis duas pessoas representantes de cada uma das entidades componentes, sendo que só comparecem às reuniões de negociação representantes que tenham participado das reuniões preparatórias, como forma de evitar intervenções que extrapolem o *script* combinado conjuntamente e com antecedência. Tal cuidado não diz respeito a qualquer desconfiança entre seus componentes, mas sim evitar cair em possíveis armadilhas armadas pelo adversário patronal, o Cruesp, que muitas vezes tem uma atuação que mais o caracteriza como inimigo do que como mero adversário. Em linguagem coloquial, não podemos ficar vulneráveis a,

⁴ Fruto de lutas, atualmente este percentual é de 9,57% do ICMS-QPE, mas vai mudar com a vigência da Reforma Tributária, a EC nº 132/2023, sendo que o ICMS será substituído pelo Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), sofrendo uma transição de 2029 a 2032 e sendo extinto a partir de 2033. A segunda vinculação de recursos – para a Saúde – só foi conquistada com a EC nº 29/2000.

inadvertidamente, “morder iscas” interpostas pelo oponente. A coordenação do Fórum das Seis, que assim como a presidência do Cruesp é rotativa, cumpre papel essencial no sentido de evitar armadilhas e de buscar recompor o foco do debate, nas eventuais negociações, daí ser necessário avaliar se e quando é momento de propor ao Cruesp: “você não querem se retirar, pensar mais um pouco e fazer nova proposta?”.

Além disso, destaque-se que o Fórum das Seis adota um *modus operandi* que consideramos adequado, isto é, busca sempre elaborar propostas e agir com base em análises do contexto ao qual está submetido e não sem antes fazer uma cuidadosa leitura fundamentada da conjuntura política vivenciada. Assim é que, por exemplo, desde os anos 90 o país tem vivido sob a égide da Reforma do Estado forjada por Bresser Pereira nos governos FHC-Marco Maciel e adotada por sucessivos governos desde então, independentemente de sua coloração partidária. Relembrando seus três pilares: privatização, terceirização e publicização, que valem tanto para o âmbito da união como dos estados, do Distrito Federal e dos municípios e, por extensão, também para as instituições afetas a essas esferas administrativas, sendo que parte desse âmbito engloba as universidades estaduais paulistas. E vale lembrar que o “pulo do gato” dessa empreitada foi a formulação do conceito de “publicização”, que permitiu ao Poder Público delegar parte de suas funções para organizações não governamentais (ONG), pressupostamente não lucrativas.

Também a título de exemplo, considerando uma ocorrência mais restrita, apesar do sigilo/opacidade impostos aos resultados emanados da “Consultoria McKinsey & Company” à USP, não pairam dúvidas sobre o avanço da terceirização dela decorrente – observem as duas etapas do Programa de Incentivo à Demissão Voluntária (PIDV) na USP, em 2014 e 2016 – adotadas para “readequação do quadro funcional e redução do déficit orçamentário”, que contribuiu para encolher ainda mais o quantitativo de funcionárias/os de 15.105 para 12.727 (- 15,7% de 1995 para 2025), sendo que, por certo, parte desse contingente quando muito tem sido substituído por servidoras/es contratadas/os via empresas terceirizadas, redundando em condições de trabalho e salário sobre as quais a reitoria “lava as mãos”. Convenhamos, quem recorre a um PIDV o faz em caráter definitivo, muito raramente se disporá a contratar novas/os profissionais no curto ou médio prazos, mesmo que seja para fazê-lo pagando menos.

E, mesmo não sabendo se de fato foram adotadas medidas semelhantes nas outras duas universidades, há forte suspeita de influência da consultoria ocorrida na USP,



tanto na Unicamp, que teve o número de funcionárias/os reduzido de 8.681 para 7.607 (- 12,4% de 1995 para 2025), quanto na Unesp, cuja retração do número de funcionárias/os foi de 7.918 para 5.424 (- 31,5% de 1995 para 2025)! Argumentamos que tudo leva a crer que a coincidente dispensa de pessoal não ocorreu por mero acaso, mas sugere ter havido relação de nexos entre as políticas adotadas programaticamente nessas instituições, sob a égide da Administração Pública Gerencial, da “gestão para resultados”, alegadamente técnica, conforme preconiza a Reforma do Estado, que prevê a redução do Estado, sobretudo em termos de pessoal, e segue avançando de tempos em tempos, inclusive como propostas “inexoráveis” de reforma administrativa. Ocorre que, afora isso e como decorrência disso, as gestões das universidades estaduais paulistas têm há muito atuado sob a égide do “corte de gastos públicos”, sobretudo com pessoal, como sinônimo de “responsabilidade fiscal”.

Com efeito, afora viabilizar amplo processo de terceirização, é cada vez mais evidente a adoção de ações de teor privatista nas universidades estaduais paulistas, que tratam interesses públicos e privados como sendo coincidentes, e referendadas por sucessivas mudanças, chegando até a serem consignadas na legislação, sob a alegação de “busca de segurança jurídica”, que tem transmutado interesses privados em coletivos, como é o caso do Marco Legal de Ciência, Tecnologia e Inovação (Lei nº 13.243/2016), não por acaso aprovado no período caótico do impeachment da presidenta Dilma Rousseff. Ou seja, assim procedendo, os reais conflitos de interesse deixam formalmente de existir, na medida em que são literalmente “legalizados”. Trata-se de exemplo peculiar de valer-se de um contexto confuso, que desvia a atenção das pessoas, para fazer passar de forma rápida algo que em plena luz do dia provavelmente não seria aprovado, ou pelo me-

Data-base de 1994, já sob a condução do Fórum das Seis

nos resultaria em algum debate mais contundente, em alguma resistência coletiva mais significativa, em linguagem popular, trata-se de “passar a boiada” enquanto a sociedade está distraída com alguma ocorrência natural ou forjada com este objetivo.

Consideramos adequado o *modus operandi* do Fórum das Seis, pois em tese possibilita-nos agir de forma preventiva, na medida em que permite antever a ocorrência de situações que eventualmente consideremos inoportunas e tentar intervir para que não se efetuem. Mas cabe dizer que isto não garante e também não é frequente sermos bem-sucedidos/os em nossas pretensões, primeiro porque nem sempre conseguimos nos livrar de situações indesejadas e elas em geral são proposítas, não acontecem por mero acaso; segundo, porque mesmo antevendo potenciais ocorrências negativas não somos capazes de evitá-las, por exemplo, que a USP adotasse o referido PIDV e que colegas a ele aderissem, pois se trata de um direito individual, inquestionável. Com efeito, independentemente da nossa vontade, há quase sempre em consecução objetivos de quem detém o poder – por exemplo, a vigente Reforma do Estado – a comandar o contexto sociopolítico, a definir a conjuntura. Mas mesmo sabendo disso, o Fórum das Seis não tem deixado de posicionar-se e, quando possível, de atuar com base na análise política viabilizada pela sua percepção da realidade, por sua leitura de mundo, contribuindo a nosso ver de modo significativo e exemplar para com o conjunto da sociedade, sendo que há vários momentos nos quais tal postura fica bem evidente.

Outros exemplos dignos de registro foram as contribuições de representantes do Fórum das Seis na elaboração do Plano Nacional de Educação – Proposta da Sociedade Brasileira

(<https://adusp.org.br/wp-content/uploads/2011/11/pne-bra.pdf>) e na do Plano Estadual de Educação – Proposta da Sociedade Paulista (<https://adusp.org.br/wp-content/uploads/2011/11/PEE.pdf>), que revelam protagonismo para além de suas tarefas de ordem corporativa em um período (anos 1990) no qual os governos FHC-Marco Maciel e Covas-Alckmin não queriam construí-los, e depois também em períodos posteriores. Uma observação mais atenta

As gestões das universidades estaduais paulistas têm há muito atuado sob a égide do “corte de gastos públicos”, sobretudo com pessoal.

permite perceber a adequação da metodologia utilizada na confecção dessas duas peças de planejamento educacional, que partem de diagnósticos cuidadosos, com base nos dados oficiais disponíveis e propõem alternativas para atender o direito de todas/os à educação escolar de qualidade social, nos dois níveis educacionais (educação básica e educação superior) e em suas várias modalidades, sempre acompanhadas de fundamentação argumentativa, incluindo a previsão de recursos para sua consecução. Passadas quase três décadas, ainda é possível constatar a importância e verificar o efeito exemplar dessas peças de planejamento na área da Educação.

Assim, tem sido inequívoca a contribuição de representantes do Fórum das Seis, em conjunto com representações de entidades da sociedade civil e parte da sociedade política, que deixam um legado paradigmático, tanto no que diz respeito à metodologia democrática de construção quanto no que se refere ao próprio conteúdo das peças de planejamento educacional. Para se ter uma ideia dessa contribuição inédita, pela tradição, a elaboração de leis no país era e ainda é feita pelo próprio Executivo ou via demanda a “especialistas”, não raro por meio de consultorias a soldo, processo este sempre rotulado como sendo de teor “técnico”. A participação das sociedades civil e política nessa empreitada eleva o patamar de atenção para com a consecução dos direitos à educação escolar de toda a população e aumenta a probabilidade de sucesso educacional, dado o maior envolvimento coletivo com a causa, o que inclui elaboração, acompanhamento e avaliação do que é ou está sendo realizado.

Além disso, o Fórum das Seis tem acompanhado regularmente as peças do Planejamento Orçamentário do estado, isto é, a elaboração e tramitação do Planejamento Plurianual (PPA, quadrienal, primeiro ano de mandato do Executivo), da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO, 1º semestre de cada ano), da Lei Orçamentária Anual (LOA, 2º semestre) e as várias tentativas de ataque à educação pública paulista que ocorrem de tempos em tempos, no caso das universidades, com a pretensão recorrente de adotar a cobrança de mensalidades sob o pretexto de “cobrar de quem pode e deve pagar” ou de se apoderar de recursos orçamentários não executados; no caso das redes públicas de ensino, a contratação de consultorias de ONGs ditas “sem fins lucrativos”, mas curiosamente, para dizer o mínimo, várias delas ligadas a instituições bancárias. Exemplo ilustrativo e contundente deste último caso foi a interferência do Todos Pela Educação,⁵ com a conivência do governo, na definição do Plano de Metas “Compromisso Todos pela Educação” (De-

creto Lei nº 6.094/2007).

O Fórum das Seis tem participado de atos e audiências em defesa da educação e da ciência e tecnologia públicas, principalmente contra a redução de recursos e os vários processos de privatização. Tem organizado atividades e debates com destaque para os que tratam do financiamento das universidades estaduais paulistas com a aprovação da nova reforma tributária (EC nº 132/2023), que entra progressivamente em vigor a partir de então, mas ainda não tem sido bem-sucedido em conseguir o compromisso do Cruesp de engajamento nesta tarefa, contudo, por certo, o Fórum continuará insistindo nesta parceria, pois isto faz parte da forma como sempre procede.

Atento às mudanças que serão necessariamente provocadas pela nova reforma tributária, o GT Verbas da Adusp e o Fórum das Seis tomaram, em conjunto, a iniciativa de elaborar a proposta “Bases para o financiamento das Universidades Estaduais Paulistas”, recomendando a destinação de 8,64% da RTL, Receita Tributária Líquida (<https://adusp.org.br/wp-content/uploads/2024/11/reftribuep.pdf>), que se adotada via LDO anual poderá prover recursos comparativamente um pouco mais significativos que os 9,57% do ICMS-QPE destinados a essas universidades atualmente. O ideal é que convençamos o Cruesp a defender esta proposta em parceria com o Fórum das Seis junto à sociedade, ao governo do estado e à Alesp, ampliando a perspectiva de sucesso.

Ciente de que o financiamento adequado é crucial para construir e manter um sistema de educação escolar pública de qualidade, o Fórum das Seis tem defendido ano a ano, por ocasião da definição da LDO, a ampliação para 33% dos recursos para a educação em geral, previstos originalmente no Art. 255 da Constituição Paulista de 1989: “O Estado aplicará, anualmente, na manutenção e no desenvolvimento do ensino [MDE] público, no mínimo trinta por cento da receita resultante de impostos, incluindo recursos provenientes de transferências”. Governos anteriores e suas bases de apoio na Alesp sempre ignoraram essa proposta, sendo que o atual governo de Tarcísio de Freitas (Republicanos) e Felício Ramuth (PSD) foi além, propôs e foi aprovada a EC nº 55/2024, que flexibilizou o percentual previsto para MDE: “O Poder Executivo aplicará, anualmente, além dos recursos previstos no artigo 255 [...] no mínimo 5% (cinco por cento) da receita resultante de impostos, incluindo recursos provenientes de transferências, em despesas com educação ou em ações e serviços públicos de saúde ou em ambos” (Art. 217-A), alegando o enve-

lhecimento da população, a incorporação de tratamentos e medicamentos (inclusive os de custo elevado) pelo SUS e as decorrências da Covid-19. Afora a alegação capciosa, partindo deste governo, considerados o contexto e a trajetória, se operacionalizada, será um exemplo categórico do mote popular “desvestir um santo para vestir outro”. Não podemos ser ingênuas/os, a intenção clara é diminuir os recursos para MDE no estado.

É importante lembrar também que, como parte da Pauta Unificada do Fórum das Seis na data-base 2021, foi apresentado ao Cruesp um documento contendo diretrizes gerais para a elaboração de planos sanitários e educacionais, contribuindo para a adequação das condições de estudo e trabalho durante e após a pandemia de Covid-19 (<https://www.adusp.org.br/files/universidade/PSE.pdf>). Ou seja, o Fórum das Seis instou as autoridades universitárias a enfrentarem a pandemia, inclusive apresentando preocupação com todas as esferas administrativas que tinham a responsabilidade de buscar conter o avanço da Covid-19 e, se isto não fosse possível, de amenizar as decorrências de sua progressão, pois “As instituições nas quais trabalhamos [...] são locais onde se aglomeram pessoas – e cujo ideal, em condições normais, seria de acolher ainda um maior número. Porém, enquanto estivermos submetidas/os às restrições de contato físico exigidas pelos riscos da pandemia de Covid-19, é preciso manter presencialmente somente as atividades indispensáveis [...] e dar continuidade em condições remotas àquelas que permitem seguir minimamente desta forma, incluindo o ensino remoto emergencial (ERE).” Com efeito, as/os representantes do Fórum das Seis cumpriram um papel importante no que se refere à tentativa de viabilizar a sobrevivência com saúde das comunidades universitárias, coisa que as reitorias deixaram de fazer a contento.

Apesar de todos os casos já citados de atuação direta do Fórum das Seis ou de suas/seus representantes, vale lembrar que há situações muito difíceis de serem modificadas, seja por força das elites que conduzem o estado, face ao poder econômico e social dos quais desfrutam, seja por conta do contingente social insuficiente para provocar as mudanças desejadas – enquanto utopia possível ou antecipação criadora, como dizia Florestan Fernandes. Vejamos, por exemplo, o “Sistema de Ensino Superior Paulista” mencionado no Decreto nº 29.598/1989 em contraposição com a ideia de sistema que defendemos, que por certo não são coincidentes. Para o Fórum das Seis, a ideia de sistema pressupõe o atendimento do direito ao ensino superior na Unesp, Unicamp e USP, assim como o direito

⁵ O Todos pela Educação, ligado ao Banco Itaú, define-se como “Organização independente e suprapartidária que trabalha por uma escola pública de qualidade para toda criança e jovem no país. Pois é isso que garantirá igualdade de oportunidades a todos brasileiros(as) e, de fato, mudará o Brasil para melhor.” Disponível em: <https://todospelaeducacao.org.br/sobre/>. Acesso em: 20/8/2026.

à educação técnica e tecnológica no Centro Paula Souza, sempre com qualidade socialmente referenciada, o que implica prover essas instituições de infraestrutura de pessoal e de material adequadas. Aquelas exigem profissionais qualificadas/os, dignamente remuneradas/os e substituídas/os quando afastadas/os ou aposentadas/os; estas, por sua vez, requerem bibliotecas, laboratórios e serviços equipados e regularmente mantidos. Tudo isso custa, demandando financiamento condizente, que é sem dúvida investimento social e material que constrói cidadania e possibilita ampliar a democracia. As políticas adotadas por sucessivos governos paulistas para as três universidades estaduais e o Centro Paula Souza não têm primado por esses princípios.

É sabido que a construção do “Sistema de Ensino Superior Paulista” nos moldes requeridos pelo Fórum das Seis é um processo de longa duração, que não ocorre por decreto. Existem diferenças entre as instituições e no interior de cada uma delas, sendo razoável supor que algumas devam ser mantidas e outras precisem ser modificadas. É saudável haver diferenças, não se trata de propor algo homogeneizador, com base em uma instituição idealizada, contudo, não faz sentido ignorar que muitas diferenças impõem tratamento progressivamente isonômico para viabilizar a manutenção da diversidade saudável e seu constante aperfeiçoamento. Assim, por exemplo, não se trata de propor que Unesp, Unicamp e USP sejam idênticas – elas efetivamente não são e não serão – mas é preciso que elas adotem políticas educacionais cada vez mais isonômicas, que suas/seus servidoras/es tenham tratamento igualitário, seja do ponto de vista das condições de trabalho, seja dos salários. O mesmo princípio deve valer para as/os estudantes. Idem para servidoras/es e estudantes do Centro Paula Souza.

O padrão de financiamento dessas instituições é o mesmo, devendo apenas ser mais bem adequado e adaptado frente à vigência da nova reforma tributária. E assim deve continuar, pois elas realizam tarefas semelhantes, igualmente essenciais, portanto, indispensáveis. Além disso, todas elas precisam ter replanejamento estratégico contínuo, e não é isso que tem ocorrido, ao contrário, o que tem vigorado é a justaposição de instituições hierarquizadas no tempo e no espaço, sempre submetidas a oligarquias patrimonialistas com ressonância em suas instâncias deliberativas, que carecem de reais transformações democráticas. Em síntese, a sociedade tem direito a um “Sistema de Ensino Superior Paulista” que implemente uma cultura de progressiva configuração democrática, o que contribuirá para superar a desigualdade vigente no estado e no país.

Várias são as situações que contribuem para a não construção da ideia de sistema defendida pelo Fórum das Seis. A Educa-

ção é um direito social cuja essência de suas atividades pressupõe trato democrático por excelência, na medida em que a formação humana exige convencimento por meio de argumentação fundamentada, propiciando que qualquer subsunção de conhecimento dela decorrente seja perene até que novas percepções de objetos e contextos se imponham de forma científica. Assim sendo, a organização e o funcionamento democrático das instituições educacionais são condições epistêmicas, base para a construção de visões de mundo com lastro em saberes forjados em evidências efetivas da observação de fatos e processos contextualizados, respeitosa da pluralidade das percepções humanas colocadas em confronto e de onde emergem os consensos possíveis em cada tempo histórico. Esse modus operandi contrapõe-se a outros que se valem de várias formas de coerção, objetivando que sua visão específica prevaleça a todo custo, sem compromisso com a formação significativa das/os estudantes que ocuparão postos em todas as áreas de conhecimento, devendo fazê-lo com a maior competência que essa formação possa propiciar.

Uma ocorrência bastante típica do que se afirma é a tentativa frequente de sucessivas direções universitárias de imprimir o gerencialismo a essas instituições, uma pretensa “gestão para resultados” nos moldes empresariais, no que encontram ressonância em suas instâncias colegiadas deliberativas. Daí a tentativa da adoção recorrente de políticas que instigam disputas entre e inter áreas de conhecimento e entre as/os profissionais propriamente ditas/os, assim como o estabelecimento de rankings que ignoram as situações de contexto, portanto, anticientíficos. Tudo se passa como se “a realidade é essa, inexorável, e a produção acadêmica, científica tem que se dar nessas exatas condições”, incluindo o padrão de financiamento, a infraestrutura colocada à disposição, as condições de trabalho e remuneração e assim por diante. Impõe-se a “sobrevivência dos mais aptos”, de pseudo teor darwiniano e, reafirmamos, sem nenhuma base científica.

Tendo a reforma do estado como referencial cotidiano, a privatização endógena dissimula os conflitos de interesse, mimetizando público e privado ao bel prazer; tudo o que foi terceirizado “não é mais problema nosso”, inclusive o pessoal que se ocupa das ditas atividades-meio: serviços gerais, segurança, limpeza, transporte etc., ignorando sequer se e como as pessoas estão sendo trata-



das – isso tudo não importa, são as condições dadas, sendo que as/os trabalhadoras/es são literalmente invisibilizadas/os. Atividades “publicizadas” são delegadas a “ONGs sem fins lucrativos”, cujas/os profissionais, na USP, por exemplo, passam a ocupar cátedras, ocupando-se de tarefas paralelas às institucionais, pois concebe-se que a universidade não mais é competente para cumpri-las ou entende-se

que as realizam de modo adverso. Assim, alguns quadros políticos de governos anteriores são acolhidos para dar continuidade a projetos derrotados em escrutínios oficiais e tudo isso acontece de modo relativamente transparente, com as unidades preocupadas sobretudo em dar conta do que lhes é cobrado, na melhor das hipóteses sem que servidoras/as adoeçam ou pereçam. Dessa forma, enclaves institucionais passam a fazer parte dos cotidianos vigentes, correndo o risco de serem progressivamente naturalizados ao longo do tempo.

Por outro lado, essa tendência generalizada à privatização impõe um modus operandi de teor empresarial às instituições públicas, incluindo as universidades, que trabalham com a construção de conhecimento, cuja essência não se coaduna com a submissão da produção a metas quantitativas temporais, como talvez algumas empresas devam ser capazes de operar, mesmo sem qualquer preocupação com quem toca sua rotina, as trabalhadoras e os trabalhadores. E essa lógica passa a impregnar a organização e o funcionamento da universidade, tendo todas as suas instâncias não imunes a rígida hierarquia e as suas atividades indissociadas cada vez mais vulneráveis a todo tipo de desvirtuamento, com atribuição de primazia à pesquisa, sendo que quase sempre o ensino é tratado como um estorvo e a extensão só ganha sobrevida por propiciar algum ingresso de recurso extra. As/os docentes e as/os funcionárias/os são submetidas/os a rotinas extenuantes, sem condições adequadas de trabalho e salário; e as/os terceirizadas/os sequer são consideradas/os como ajudantes de ordens, sujeitadas/os em uma atmosfera de invisibilidade institucional, de inegável segregação social.

É nesse contexto que prevalece o absoluto descaso de sucessivas/os gestoras/es, ocupantes do governo do estado, do Cruesp, de cada administração universitária e do Centro Paula Souza para com a proposta reiterada há décadas pelo Fórum das Seis de adoção progressiva de políticas isonômicas de modo a, no decorrer do tempo, Unesp, Unicamp, USP

e CPS constituírem um autêntico “Sistema de Ensino Superior Público Paulista”. Do ponto de vista da equidade, conceito que reconhece as diferenças individuais, as universidades estaduais paulistas devem ser tratadas da mesma forma, pois atendem a mesma população, fazem parte de um mesmo território político e administrativo, têm o mesmo padrão de financiamento – o que justificaria sua recusa a adotar políticas isonômicas? E reparem que sequer estamos nos referindo às instituições Faculdade de Medicina de Marília (Famema), Faculdade de Medicina de São José do Rio Preto (Famerp), Universidade Virtual do Estado de São Paulo (Univesp) e Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp), que certamente deveriam compor o referido sistema. Ao contrário disso, no mais das vezes, Unesp, Unicamp e USP têm atuado como se fossem apenas entidades autônomas, que são de fato, mas descomprometidas com uma visão sistêmica que só teria a contribuir para a construção progressiva do “Sistema de Ensino Superior Público Paulista”, que entendemos como processo, como já mencionado.

A ausência dessa visão sistêmica permite a ocorrência de distorções ainda mais ou menos comprometedoras. Por exemplo, a ampliação de unidades e cursos em alguma das universidades, necessária sim, mas realizada sem a contrapartida de recursos para tal; a aplicação de “excedentes financeiros” para a compra de imóveis ou a instalação de escritórios em outros países, sem qualquer fundamentação democrática e mesmo sua utilização para promover abonos, gratificações etc. em detrimento da promoção de condições adequadas de trabalho e de remuneração, ou seja, de infraestrutura deficiente e de arrocho salarial que, aliás, juntos, têm sido o que de fato viabiliza essas distorções que só contribuem para inviabilizar ou retardar a construção progressiva do “Sistema de Ensino Superior Público Paulista”, nos moldes defendidos pelo Fórum das Seis. Tudo se passa como se estivéssemos imersas/os em um processo autofágico que impede o efetivo estabelecimento de um clima saudável, tanto acadêmico como social.

Ao mesmo tempo, o Cruesp ignora pautas sistematicamente apresentadas em tempo hábil, anualmente, antes da data-base (1º de maio), sendo que neste ano a USP (2026) elevou o desrespeito ao extremo ao instituir uma “Gratificação por Atividades Complementares Estratégicas (Gace)”, nas vésperas da data-base (Resolução USP nº 8.969, de 2/4/2026), para parte da categoria docente (apenas para docentes em RDIDP que aderirem a editais definidos a cada dois anos) e sem sequer explicar o que significam as tais atividades complementares estratégicas: complementares em relação ao tripé

ensino-pesquisa-extensão? Como explicar o caráter estratégico a elas atribuído, sendo que até “complementar” pode ser antônimo de “estratégico”? (vide Dicionário Houaiss: sinônimos e antônimos, São Paulo: Publifolha, 2013, p. 331).

A medida intempestiva da reitoria da USP preocupa por vários motivos, além do já citado. Primeiro, porque nos considerando da Resolução 8.969/2026, alega-se genericamente e sem nenhuma fundamentação que “a valorização de atividades docentes de caráter estratégico contribui para o fortalecimento do ensino, da pesquisa, da inovação, da cultura e extensão, da inclusão e pertencimento, e da gestão”; segundo, porque agrega-se à declaração sem prova a afirmação “com especial incentivo a ações inovadoras, com impacto social, interdisciplinares e de cooperação interunidades, interinstitucional e internacional”, apenas elencando objetivos que, quando muito, podem ter relação direta com o “fortalecimento da inovação” – ainda assim, quicá tão somente sob a visão empresarial –, mas não necessariamente com os outros aspectos mencionados; terceiro, porque a perspectiva de instituição da Gace, além de já ter provocado interferência indevida na campanha de data-base 2026, pode vir a interferir na próximas datas-bases, se mantida ao longo do tempo. Isto é, a iniciativa da reitoria da USP atua em sentido contrário à visão sistêmica e à adoção progressiva de políticas isonômicas na Unesp, Unicamp e USP, com todas as decorrências negativas que tal perspectiva possa continuar ocasionando.

Excerto do Boletim do Fórum das Seis de 1º/04/2026 sintetiza o entendimento que essa nossa articulação representativa conclui sobre o ataque provocado pela iniciativa da reitoria da USP no que se refere à isonomia entre as três universidades estaduais paulistas:



Para o Fórum das Seis, a iniciativa da reitoria da USP é um golpe contra a isonomia não só entre as duas categorias da instituição, mas contra os três segmentos das três universidades. Se não ilegal, a medida é, pelo menos, antiética, pois desconsidera as consequências deletérias para o sistema de ensino superior paulista ao impor uma discriminação remuneratória, mesmo que temporariamente, aos docentes das outras duas universidades públicas paulistas. (Boletim do Fórum das Seis de 1º/4/2026).

Considerando a década em destaque, 2015-2025, é razoável argumentar que coletivamente o Cruesp e individualmente as reitorias da Unesp, da Unicamp e da USP continuam a se comportar como se as três instituições públicas educacionais fossem feudos

das elites que as comandam, sob forte influência dos governantes de ocasião. A resistência a democratizar estes espaços públicos é notória, passando pela manutenção da lista tríplice para escolha de reitor(a), pela relutância em implementar políticas efetivas de permanência estudantil, pela progressiva adoção de iniciativas que privatizam internamente as instituições para além da privatização externa a que foram submetidas ao longo dos tempos. As lutas desenvolvidas pelas categorias de docentes, de funcionárias/os técnico-administrativas/os e de estudantes têm sido tratadas como meros espasmos esporádicos de teor egoísta e corporativo, postura esta que busca desqualificar dissensos em ambientes supostamente imunes à “luta de classes”.

Em síntese, a perspectiva apontada pela conjuntura política não tem sido positiva, mas o que é extremamente positivo é que as referidas categorias não esmorecem – e é exatamente isto o que tem ainda conseguido manter a condição de pública, gratuita, laica e de qualidade social das três estaduais paulistas – Unesp, Unicamp e USP – e do Centro Paula Souza.

Alguns reveses ao funcionamento regular do Fórum das Seis

Tratamos aqui de algumas medidas que, adotadas propositalmente ou não, provocam ou ampliam desigualdades de extensões diversas nas instituições às quais pertencem as entidades que compõem o Fórum das Seis, sendo preocupantes no que diz respeito à incidência sobre a preservação do metabolismo desta articulação política. Há muito tempo, é de conhecimento público, que governantes, patrões e gestões reitorais de viés autoritário costumam recorrer à estratégia de “dividir para governar”, isto é, buscam em maior ou menor grau fragmentar as categorias de trabalhadoras/es sob seu comando, de modo a facilitar a implantação de políticas que lhes interessam no âmbito do território que administram. Eventuais posturas adotadas pelas nossas entidades também podem, mesmo que não intencionais, provocar interferências contraditoriamente negativas no que se refere à organização e ao funcionamento do Fórum das Seis. Esta tem sido a tônica política vigente, de teor empresarial, inconcebível em administrações públicas.

No caso do funcionalismo público paulista, ao qual pertencemos, já citamos antes um dos exemplos mais contundentes, o Decreto nº 29.598/1989, exarado pelo então governador do estado Orestes Quércia (PMDB), que nos alijou do restante do funcionalismo, pelo menos no que diz respeito às negociações salariais. Contudo, sabemos que, enquanto entidades autônomas, nada impede que as entidades do Fórum das Seis compoñam parcerias com todas ou quaisquer das demais entidades representativas das catego-

rias desse funcionalismo, com o objetivo de realizar lutas conjuntas para preservar direitos ou conquistar novas pretensões, mas, na prática, isto pouco tem acontecido.

Mencionamos, a seguir, alguns casos ocorridos no âmbito da USP que nos permitem constatar fatos indesejáveis, visando a aprender com a história pregressa para prevenir ocorrências similares futuras, que não contribuem para o aperfeiçoamento democrático que almejamos vivenciar. Advertimos que tais constatações não têm por objetivo culpabilizar nenhuma das direções das entidades coirmãs, pois sabemos que, em se tratando de movimentos sociais, pode acontecer de o contexto ao qual se está submetido provocar reações que extrapolam o que se combina previamente, portanto, que fogem ao script, mas lembramos também que as gestões reitorais costumam tomar iniciativas que nos confrontam, que nos dividem, então precisamos sempre estar muito atentos/os para que as nossas respostas não corroborem as intenções da representação patronal. Ademais, é muito provável que ocorrências similares às aqui mencionadas também façam parte do cotidiano no âmbito da Unesp, da Unicamp e do Centro Paula Souza.

Destacamos, em especial, dois episódios ocorridos durante a gestão reitoral de Suely Vilela-Franco Lajolo (2006-2009) que provocaram intercorrências preocupantes às categorias de servidoras/es docentes e técnico-administrativas/os. O primeiro refere-se à criação do “Prêmio Excelência Acadêmica Institucional USP, com o objetivo de reconhecer e valorizar as ações de docentes e servidores técnico-administrativos no desempenho das atividades que contribuem para o resultado institucional”, por meio da Resolução nº 5483/2008.⁶ Embora de imediato a iniciativa possa ter sido percebida como um reconhecimento à dedicação profissional, argumentamos que, mesmo contemplando a íntegra das/os servidoras/es, introduz-se uma alternativa capciosa, que se reutilizada costuma acrescentar condicionantes, passando a instaurar uma lógica de competição entre as/os profissionais e isto não condiz com a essência de uma instituição de caráter educacional, que demanda ação conjunta e coordenada. Ademais, quando isto acontece, quase sempre os critérios para premiação desconsideram as condições de infraestrutura às quais tais profissionais estão submetidas/os, denotando ausência total de cientificidade, na medida em que o contexto é condição determinante para qualquer trabalho. Em contraposição, “reconhecer e valorizar desempenho” de servidoras/es implica garantir adequadas condições de trabalho e de remuneração, na forma de salários.

O segundo episódio naquele período diz respeito à nossa pretensão de ter realizado o V Congresso da USP. A duras penas conseguimos que a reitoria liberasse uma semana para que pudéssemos realizá-lo, tendo como pauta única a Estatuinte, com a definição de diretrizes para um novo Estatuto, o encaminhamento ao Conselho Universitário da proposta de que a reformulação estatutária fosse feita “por uma Assembleia Estatuinte – convocada exclusivamente para esse fim – e constituída por estudantes, funcionários técnico-administrativos e professores, eleitos em cada unidade de modo proporcional.”⁷ Surpreendentemente, desta vez a dificuldade partiu de parte da direção do movimento, que condicionou a participação à liberação de todas/os as/os funcionárias/os (no período, cerca de 15 mil profissionais!), num rompante descabido que, ato contínuo, foi corroborado pela direção do movimento estudantil. Assim, funcionárias/os e estudantes não participaram daquele esforço organizativo conjunto e apenas a Adusp usufruiu da ocasião para aprofundar o debate sobre a temática, contando com o envolvimento de algumas pessoas das duas outras categorias. Desse modo, se houve inédita chance para as/os participantes avançarem no debate do assunto, também cabe reconhecer que o processo deixou sequelas, sendo que a temática continua sendo muito pertinente e, após mais de um lustro, ainda não conseguimos mais tocar no assunto. Cabe saber até quando perdura esta situação de anomia involuntária que atingiu e atinge a todas/os.

Voltemos então à “Gratificação por Atividades Complementares Estratégicas – Gace” (Resolução USP nº 8.969, de 2/4/2026), adotada na véspera da campanha de data-base, focando agora as perspectivas das/os funcionárias/os técnico-administrativas/os e das/os estudantes. Após contemplar apenas parcela da categoria docente (as/os em RDIDP aderentes a editais específicos), a medida causou forte indignação sobretudo entre funcionárias/os, que deflagaram uma greve bastante intensa e coesa, acabando por instar a reitoria a assumir a promessa de que destinaria para toda esta categoria o mesmo montante de recursos atribuído à tal parcela docente, ocasionando o fim da greve em 24/4. Embora bem compreensível, a reação imediata das/os funcionárias/os não poderia ter aguardado chegar-se a uma possível sintonia conjunta do Fórum das Seis nessa época de costumeira mobilização? Sabe-se que o movimento social em ação pode sim agir segundo dinâmica própria, mas, ciente disto, a direção do movimento não deveria ter tentado junto à categoria que representa postergar tal resposta, de modo a evitar mais um ingrediente que con-

tribui para a ampliação de desigualdade entre categorias coirmãs na Unesp e na Unicamp? Entendemos que a mesma indagação precisa ser objeto de preocupação pelas/os docentes da USP. Alternativas que na prática refletem imediatismos, egocentrismos, soluções que deliberadas ou não promovam ou ampliem desigualdades devem ser evitadas a todo custo, pois elas produzem desconfiança e interferem negativamente no metabolismo do Fórum das Seis. A alteridade é um princípio a ser estimulado e mantido em empreitadas conjuntas como é o combinado por esta articulação.

Em um embalo contagiante, as/os estudantes entraram em greve em 15/4 devido à grande insatisfação, em especial com a falta de políticas de permanência estudantil adequadas, pela ampliação do número de bolsas e atualização de seus valores, por investimento em infraestrutura, transporte, moradia e melhorias dos bandejões, entre outros quesitos que constituem direitos estudantis. Ao invés de ouvir e negociar com as/os estudantes, a reitoria dedicou-se a aferir a amplitude do movimento, ignorando a justiça dos pleitos estudantis e declarando despoticamente o fim das “negociações”. Em rebeldia compreensível, as/os estudantes ocuparam a reitoria e foram tratadas/os como caso de polícia, em postura “bem condizente e exemplar” para qualquer instituição pública educacional! Por ironia, esta greve teve início dias antes da até então única reunião aceita e agendada pelo Cruesp para discutir conjuntamente políticas de permanência estudantil, reunião esta imediatamente desmarcada com o início da greve. A ver se e quando será efetivamente retomada. Além disso, talvez por falta de coordenação centralizada pela direção do movimento, mas com certeza por astúcia das gestões de unidades, ocorreram acertos relativos a pautas específicas, prática de aceitação compreensível por parte das/os estudantes, mas oportunismo administrativo para minar a resistência da greve. Posturas desse tipo contribuem para o desgaste das tratativas em defesa da pauta unitária do Fórum das Seis e para ampliar as eventuais desigualdades que se expressam nas condições às quais as/os estudantes estão submetidas/os nas várias unidades da própria USP e com certeza também na Unesp, na Unicamp e no Centro Paula Souza. A isonomia é um princípio a ser preservado em empreitadas conjuntas, como é a articulação Fórum das Seis.

Moral da história: precisamos conhecê-la e nos apropriar das lições dela decorrentes. O exercício que aqui fizemos teve e tem o objetivo de convidar a todas/os a assimilarem as lições do passado com vistas a que a visão de um futuro desejável e possível não seja obnubilada.

Viva os 50 anos da Adunesp e a todas as pessoas que a construíram e ainda a constroem!

⁶ Disponível em: <https://jornal.usp.br/institucional/press-release/comunicado-da-reitoria-sobre-premio-excelencia-academica-institucional-usp/>. Acesso em 21/8/2026.

⁷ Disponível em: <https://adusp.org.br/wp-content/uploads/2011/04/relatorio2008.pdf>. Acesso em: 21/8/2026.

Ainda estamos aqui: O movimento docente, a universidade pública, o ANDES-SN e a disputa pelo futuro

Regina Célia da Silva¹



RESUMO

O artigo reconstrói uma parte da trajetória do movimento docente universitário brasileiro desde a reorganização das associações da categoria, em meados dos anos 1970, até os desafios contemporâneos da universidade pública; a criação e reorganização de entidades como ADUSP, ADUNESP e ADUNICAMP, que expressaram uma dupla dimensão entre resistência política e a construção de uma nova concepção de carreira e universidade; a fundação da ANDES, em 1981, que marcou a passagem da organização local à articulação nacional do movimento docente. O artigo destaca a luta pela carreira, pela dedicação exclusiva, pela valorização salarial e por condições dignas de trabalho como elementos constitutivos da defesa da universidade pública. Analisa também a greve de 1988 e a conquista da autonomia universitária das universidades estaduais paulistas. Mostra como essa conquista esteve inseparavelmente ligada à disputa por financiamento público e à construção do modelo dos 9,57% do ICMS-QPE. A criação e atuação do Fórum das Seis expressam a continuidade dessa luta por meio da unidade entre diferentes categorias e instituições. No presente, a disputa pelo financiamento permanece central, envolvendo expansão universitária e carreira docente.

Introdução

A universidade brasileira dos anos

finais da ditadura empresarial-militar vivia entre a repressão e a abertura, entre estruturas autoritárias e a emergência de novos sujeitos coletivos, começava a se desenhar uma disputa sobre o próprio sentido da universidade pública e sobre o lugar de seus trabalhadores na sociedade brasileira.

A partir de meados dos anos 1970, docentes de diferentes universidades haviam começado a reconstruir formas de organização coletiva duramente atingidas pelo regime autoritário. As associações docentes surgidas ou reorganizadas naquele período não podem ser compreendidas apenas como respostas corporativas às condições de trabalho, nem exclusivamente como instrumentos de resistência política à ditadura. Elas nasceram da convergência de duas dimensões que se tornariam indissociáveis na história do movimento docente: a luta pela democratização da universidade e da sociedade e a luta pela transformação das condições de trabalho e pela valorização da carreira docente (CUNHA, 1988; ANDES-SN, 2026).

Essa dupla dimensão é fundamental para compreender a trajetória que levaria à criação da Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior — ANDES, em 1981, e posteriormente à constituição do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior — ANDES-SN (ANDES-SN, 2026).

A constituição da ANDES e, pos-

teriormente, do ANDES-SN, não foi apenas um processo organizativo do professorado universitário, mas parte do processo mais amplo de reorganização política dos trabalhadores brasileiros e de redemocratização do país, no qual a defesa da universidade pública, da carreira docente e da autonomia universitária passou a integrar um mesmo projeto (ANTUNES, 1995; ANDES-SN, 2026).

Essa história pode ser compreendida a partir de alguns eixos fundamentais. O primeiro é a luta pela democratização da universidade, contra estruturas autoritárias herdadas e aprofundadas durante a ditadura. O segundo é a luta pela carreira e pela valorização do trabalho docente, que transformou a percepção do professor universitário como trabalhador e sujeito coletivo. O terceiro é a reorganização do movimento sindical brasileiro, no interior da qual as associações docentes construíram uma articulação nacional que desembocaria na ANDES e, posteriormente, no ANDES-SN (CUNHA, 1988; ANTUNES, 1995).

A história que se inicia nos anos 1970 não termina, portanto, com a redemocratização. Ao contrário, a democracia abriu novas arenas de disputa: pela autonomia universitária, pelo financiamento público, pela democratização das instituições, pela carreira, pela ciência e, hoje, pela própria soberania científica e tecnológica.

¹ Professora de italiano do Centro de Ensino de Línguas da Unicamp (CEL), tradutora e doutora em Linguística Aplicada pela Unicamp. Atualmente está diretora financeira da ADUnicamp e 2ª vice-presidenta da Regional SP do ANDES-SN. Interessa-se por educação plurilíngue, memória, justiça e reparação. É antifascista e ecossocialista.

1. Antes do ANDES: as associações docentes e a reorganização política das universidades (1975–1981)

As primeiras associações eram organizações locais ou regionais, sem estrutura sindical nacional, juridicamente limitadas pela legislação autoritária e ainda distantes da dimensão que o movimento docente alcançaria nas décadas seguintes. Mas sua dimensão inicial não deve ocultar a dimensão histórica de sua emergência.

A partir de 1975-1976, no contexto da abertura política e da retomada das mobilizações sociais, associações docentes foram criadas ou reorganizadas em diferentes universidades brasileiras. Em São Paulo, três experiências adquiriram particular importância: ADUNESP, ADUSP e ADUNICAMP (CUNHA, 1988; ANDES-SN, 2026).

A reorganização dessas entidades ocorreu em um período no qual a universidade ainda carregava fortemente as marcas da ditadura: estruturas hierárquicas, mecanismos de controle, restrições à participação política, limitações à liberdade acadêmica e ausência de canais democráticos efetivos para a comunidade universitária (CUNHA, 1988; NAPOLITANO, 2014).

A universidade era, simultaneamente, espaço de produção de conhecimento e espaço de reprodução de relações autoritárias. Por isso, a reorganização das associações docentes não foi simplesmente uma reação à conjuntura política nacional. Ela expressava também a necessidade de transformar a própria universidade.

A ADUSP, fundada em 1976, reorganizou-se em um momento marcado pela retomada das mobilizações democráticas e pelo impacto político da morte de Vladimir Herzog, em 1975. Na UNESP, a associação docente também surgiu em 1976, envolvendo-se progressivamente em questões como a defesa dos cursos, a oposição a transferências arbitrárias, a democratização da escolha dos dirigentes e a elaboração de novos estatutos universitários. Na UNICAMP, a ADUNICAMP foi fundada em 12 de maio de 1977, em assembleia realizada no Ciclo Básico (ADUNICAMP, 1977). A ata de fundação, preservada pelo Arquivo Histórico da ADUNICAMP, registra a realização da Assembleia Geral de Fundação da Associação de Docentes da Universidade Estadual de Campinas em 12 de maio de 1977 (ADUNICAMP, 1977).

Essas experiências revelam que o movimento docente se constituiu simultaneamente contra o autoritarismo do Estado e contra o autoritarismo presente nas próprias estruturas universitárias. A luta pela democratização da universidade envolvia eleições para dirigentes, participação nos ór-

gãos colegiados, liberdade acadêmica, transparência das decisões, autonomia e reconhecimento da comunidade universitária como sujeito político.

Mas havia outra dimensão igualmente importante. A reorganização das associações esteve ligada à transformação das condições e da própria natureza do trabalho docente universitário.

A expansão do ensino superior, a consolidação da pesquisa, a profissionalização crescente da atividade acadêmica e a ampliação das responsabilidades das universidades colocavam em questão formas tradicionais de organização do trabalho. Tornavam-se centrais reivindicações relacionadas à carreira, estabilidade, dedicação exclusiva, remuneração e condições materiais para ensinar, pesquisar e realizar extensão (CUNHA, 1988; ANDES-SN, 2026).

Não se tratava apenas de ganhar mais. Tratava-se de construir as condições materiais para que o professor pudesse viver de seu trabalho em uma única instituição e dedicar-se integralmente à universidade. A defesa da carreira era, portanto, também uma defesa de um determinado projeto acadêmico.

Uma carreira estruturada, com progressão, estabilidade, dedicação exclusiva e condições dignas de trabalho deveria permitir que o docente desenvolvesse de maneira articulada ensino, pesquisa e extensão. A luta trabalhista começava, assim, a se encontrar com a luta por uma universidade pública de qualidade.

Essa é uma dimensão que precisa ser recuperada quando se olha retrospectivamente para o nascimento do movimento docente. As associações não foram apenas organizações contra a ditadura; foram laboratórios de uma nova concepção de universidade e de trabalho acadêmico.

2. A luta pela carreira

A emergência do movimento docente rompeu progressivamente com uma representação tradicional do professor universitário como intelectual apartado dos conflitos sociais.

Ao reivindicar salário, carreira, estabilidade, dedicação exclusiva e condições de trabalho, os docentes passaram a afirmar sua condição de trabalhadores da educação superior. Essa transformação deve ser com-

preendida no contexto mais amplo da emergência do chamado novo sindicalismo e da crescente centralidade das reivindicações relacionadas ao trabalho no processo de redemocratização (ANTUNES, 1988, 1995).

A carreira docente tornou-se, nesse sentido, uma questão política.

Não se tratava apenas de estabelecer níveis, classes ou mecanismos de progressão funcional. A carreira expressava uma concepção sobre o próprio trabalho universitário: sua continuidade, sua autonomia, sua dedicação, sua responsabilidade social e as condições necessárias para sua realização.

Essa perspectiva aproximava o movimento docente do processo mais amplo de reorganização da classe trabalhadora brasileira que ocorria no final da ditadura.

As reivindicações docentes deixavam de ser percebidas como demandas isoladas de um setor profissional privilegiado e passavam a ser articuladas às lutas mais amplas por direitos sociais, democracia e valorização do trabalho.

A questão salarial assumia, nesse contexto, uma dimensão que ultrapassava o poder de compra. Quanto deve ganhar um professor para que possa viver de seu trabalho? Que condições são necessárias para que possa dedicar-se integralmente à universidade? Como construir uma carreira capaz de preservar a autonomia intelectual e acadêmica?

Essas perguntas continuam presentes, embora sob novas condições.

A carreira é, afinal, uma das bases materiais da autonomia universitária. Sem trabalhadores valorizados e com condições adequadas de trabalho, a autonomia acadêmica transforma-se em princípio abstrato.

3. Da resistência à organização nacional

A história da organização docente também é uma história de interrupções e retomadas.

O autoritarismo tentou interromper a organização política dos trabalhadores, desarticular movimentos sociais e submeter as instituições universitárias. Mas, no processo de abertura, antigas experiências foram retomadas e novas formas de organização foram construídas (ALVES, 1984; NAPOLITANO, 2014).

As associações docentes rapidamente perceberam os limites de uma ação exclusivamente local. Questões como política

A fundação da ANDES representou uma mudança qualitativa. As associações locais continuavam sendo a base da organização, mas passavam a construir uma identidade nacional.



salarial, carreira, financiamento da educação superior, política científica e situação política nacional ultrapassavam os muros de cada universidade. Era necessário construir uma organização capaz de articular experiências distintas e formular uma pauta nacional.

Foi nesse contexto que surgiram os Encontros Nacionais das Associações Docentes — ENADs, espaços nos quais as entidades começaram a construir uma coordenação nacional do movimento.

A experiência acumulada desembocou no Congresso Nacional dos Docentes Universitários realizado em Campinas, entre 17 e 20 de fevereiro de 1981. Participaram do congresso dezenas de associações docentes de todo o país. Ao final, foi aprovada a criação da Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior — ANDES (ANDES-SN, 2026).

A fundação da ANDES representou uma mudança qualitativa. As associações locais continuavam sendo a base da organização, mas passavam a construir uma identidade nacional. A defesa da carreira, dos salários e das condições de trabalho começava a ser articulada à defesa da universidade pública e às lutas democráticas que atravessavam a sociedade brasileira.

A ANDES nasceu formalmente como associação porque os servidores públicos ainda não possuíam direito à sindicalização. Mas sua atuação assumiu desde cedo características próprias de uma organização sindical (ANDES-SN, 2026).

A nova entidade buscava organizar campanhas nacionais, articular mobilizações, construir pautas comuns e intervir no debate sobre as políticas de educação, ciência e tecnologia. A criação da ANDES foi, portanto, parte do processo mais amplo de reorganização do movimento dos trabalhadores no final da ditadura.

4. A carta sindical e a reorganização do sindicalismo brasileiro

O movimento docente participou do ambiente político que deu origem ao chamado novo sindicalismo, marcado pelas greves operárias, pela reorganização das entidades de trabalhadores e pela construção de novas formas de representação coletiva. A criação da Central Única dos Trabalhadores (CUT), em 1983, foi um dos principais marcos desse processo (ANTUNES, 1988, 1995).

A ANDES inseriu-se nessa reorganização defendendo uma concepção segundo a qual o professor universitário não constituía uma categoria isolada das demais classes trabalhadoras. A universidade pública, o trabalho docente e a política educacional deveriam ser pensados em relação ao conjunto das relações sociais. Daí a sua caracterização de sindicato classista e de base (ANDES-SN, 2026).

Com a Constituição de 1988, os servidores públicos conquistaram o direito à organização sindical. Em 26 de novembro daquele ano, a ANDES passou a denominar-se Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior — ANDES-SN (BRASIL, 1988; ANDES-SN, 2026).

A mudança jurídica consolidou uma transformação que já vinha sendo construída politicamente havia anos.

5. As universidades paulistas e a conquista da autonomia.

Uma conquista em permanente disputa

A luta pela autonomia universitária vinha sendo construída desde a reorganização das associações docentes. A democratização interna, a liberdade acadêmica, a escolha dos dirigentes e a participação da comunidade nas decisões haviam se tornado

pautas fundamentais.

Em São Paulo, essas reivindicações encontraram uma expressão decisiva na mobilização conjunta de docentes, técnico-administrativos e estudantes das três universidades estaduais. A greve de 1988 constituiu um momento fundamental desse processo. Mais do que uma mobilização salarial, ela colocou em primeiro plano uma questão estrutural: quem deveria definir os rumos das universidades públicas paulistas e sobre quais bases materiais sua autonomia poderia ser exercida.

A Constituição Federal de 1988 consagrou, em seu artigo 207, a autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial das universidades (BRASIL, 1988).

Em São Paulo, a efetivação dessa autonomia também foi resultado da pressão exercida pela comunidade universitária. Em fevereiro de 1989, o governo estadual instituiu, por meio do Decreto nº 29.598, um novo modelo de financiamento para as três universidades estaduais, estabelecendo repasses mensais do Tesouro vinculados à arrecadação do ICMS. O percentual inicial foi de 8,4% da quota-parte do Estado (SÃO PAULO, 1989).

A conquista foi histórica, mas carregava uma contradição fundamental. Autonomia financeira não significava abundância. A autonomia criava novas condições para que as universidades definissem suas prioridades, mas os recursos continuavam sendo objeto de disputa.

Nos anos seguintes, a mobilização das entidades contribuiu para elevar o percentual: 9% em 1992 e 9,57% em 1995. O percentual de 9,57% do ICMS-QPE tornou-se uma das principais conquistas históricas do movimento universitário paulista. Mas, desde sua origem, foi também uma conquista

ta em disputa (FÓRUM DAS SEIS, 2023; ADUNESP, 2026).

6. Autonomia de quem? Para quem?

A experiência paulista revelou uma questão que permanece atual: autonomia universitária e democratização não são sinônimos.

A autonomia diante do governo não pode significar simplesmente autonomia da administração superior. A universidade precisa ser autônoma diante do Poder Executivo, mas também precisa ser democrática em sua estrutura interna.

Isso recoloca o papel dos órgãos colegiados, das entidades representativas e da participação de docentes, estudantes e técnico-administrativos.

A autonomia didático-científica exige liberdade para definir projetos acadêmicos, currículos e agendas de pesquisa. A autonomia administrativa exige capacidade de organização institucional. A autonomia financeira exige condições materiais para realizar essas escolhas. Mas nenhuma dessas dimensões pode ser plenamente exercida sem participação democrática das categorias que compõem a universidade (CHAUÍ, 2001).

É nesse ponto que a história da autonomia universitária se encontra com a história do movimento docente. Autonomia não é apenas uma prerrogativa institucional. É uma construção política e social.

7. O Fórum das Seis

Unidade, mobilização e disputa

A conquista da autonomia modificou o terreno da luta, mas não eliminou a necessidade de organização coletiva. Em 1991, foi criado o Fórum das Seis, a partir da articulação entre Adusp, Sintusp, Adunesp, Sintunesp, Adunicamp e STU. Em 1994, o Sinteps passou a integrar a articulação, mantendo-se a denominação Fórum das Seis (FÓRUM DAS SEIS, 2023).

O Fórum tornou-se uma experiência singular de organização coletiva. Sua força estava justamente na articulação de diferentes sujeitos, instituições e categorias em torno de uma pauta comum.

Docentes e técnico-administrativos de USP, UNESP e UNICAMP, além das entidades do Centro Paula Souza, passaram a construir campanhas conjuntas e a reivindicar coletivamente salário, carreira, condições de trabalho, orçamento e financiamento.

O Fórum estabeleceu também uma interlocução permanente com o CRUESP, constituído efetivamente pelos reitores das três universidades estaduais. Essa configuração criou uma dinâmica própria. De um lado, as reitorias representando institucio-

nalmente as universidades diante do governo e, de outro, o governo diante das universidades. De outro, as entidades representativas dos trabalhadores construindo coletivamente suas pautas e exercendo pressão por meio das assembleias, mobilizações e greves. Entre esses polos, os órgãos colegiados e a comunidade universitária constituíram outros espaços de disputa.

A negociação não elimina o conflito, antes oferece condições para superá-lo. Muitas vezes, era, e é, justamente a mobilização que criava, e cria, as condições para que a negociação aconteça.

O Fórum das Seis tornou-se, assim, mais do que uma coordenação de campanhas salariais. Constituiu-se como um espaço de produção de unidade política e de defesa do ensino superior público paulista, bem como da produção autônoma de ciência, tecnologia e pensamento crítico socialmente referenciados.

8. O orçamento público

A disputa pelo fundo público

A história da autonomia paulista permite compreender por que a questão orçamentária ocupa lugar tão central na trajetória do movimento docente. A conquista dos 9,57% do ICMS-QPE não foi apenas uma vitória contábil. Foi uma conquista política. O financiamento público consolidou-se como a base material da autonomia universitária.

A luta pela manutenção e ampliação dos 9,57%, pelo acompanhamento ativo na tramitação da LDO e da LOA, pelo monitoramento da arrecadação do ICMS e pela definição das prioridades orçamentárias constitui uma continuidade direta das lutas que marcaram a conquista da autonomia (FÓRUM DAS SEIS, 2023; ADUNESP, 2026).

9. O orçamento como expressão do projeto de universidade

O orçamento não é apenas uma questão técnica situada à margem do projeto acadêmico. Ele expressa escolhas políticas. Quando se decide quanto investir nas universidades, decide-se também quantos docentes podem ser contratados, quantos estudantes podem ser atendidos, quais cursos podem ser criados, que pesquisas podem ser desenvolvidas, que infraestrutura pode ser construída e quais políticas de permanência podem ser asseguradas.

A expansão universitária sem expansão proporcional do financiamento pode transformar uma conquista social em precarização. A defesa do orçamento é, portanto, uma defesa da própria universidade pública. Isso explica a centralidade histórica da disputa pela LDO e pela LOA e pelo ICMS, e o desafio colocado pela reforma tributária em curso,

com a substituição progressiva deste imposto.

10. Novos desafios

Se as décadas de 1970 e 1980 foram marcadas pela resistência à ditadura e pela reconstrução da democracia, o período posterior introduziu novas formas de pressão sobre a universidade pública mantendo, inclusive, parte do entulho autoritário debaixo do tapete da burocracia universitária. O conflito não desapareceu. Novas formas de controle foram introduzidas.

A universidade passou a enfrentar um processo de privatização por dentro, com a instalação de um verdadeiro aparato privatista que avança sobre os campi e captura suas estruturas, seus recursos e sua produção de conhecimento: fundações, mercantilização do conhecimento, restrição orçamentária, precarização do trabalho docente, financeirização e novas modalidades de dependência tecnológica.

11. Autonomia, ciência e soberania

A universidade pública do século XXI enfrenta riscos que não existiam com a mesma intensidade nem da mesma natureza quando as associações docentes foram criadas. Hoje, parte significativa da infraestrutura do conhecimento encontra-se nas mãos de grandes corporações tecnológicas. Plataformas digitais, serviços de nuvem, sistemas de inteligência artificial, bancos de dados e ferramentas de gestão podem criar novas formas de dependência.

A questão da autonomia universitária passa, portanto, a incluir o controle sobre as próprias condições tecnológicas de produção e circulação do conhecimento.

12. Da resistência à disputa pelo futuro

A trajetória das associações docentes, da ANDES, do ANDES-SN e do Fórum das Seis revela uma continuidade histórica que não deve ser perdida.

Desde os anos 1970, as lutas do movimento docente assumindo diferentes pautas e com momentos de maior intensidade e mobilização diante das novas formas de precarização, privatização e mercantilização da universidade.

A organização, a democratização e a autonomia, o financiamento e a carreira, a defesa dos direitos, do orçamento e da universidade pública compõem uma mesma luta histórica, que atravessa décadas e permanece atual.

Hoje, a disputa se amplia para reafirmar a luta por financiamento público, democracia interna, carreira compatível com a liberdade de cátedra e de escolha de linhas de pesquisa, produção independente de ciên-

cia, tecnologia, soberania e defesa do conhecimento como bem público. As formas de ameaça mudaram. O princípio permanece.

Considerações finais — Ainda estamos aqui

A história do movimento docente universitário brasileiro é uma história de permanência e resistência. Permanência e resistência diante da repressão. Permanência e resistência diante das derrotas. Permanência e resistência diante das mudanças políticas e econômicas. Permanência e resistência na defesa da universidade pública. As associações docentes nasceram pequenas. Nasceram em universidades marcadas pelo autoritarismo. Nasceram em um momento no qual os servidores públicos ainda não podiam se organizar sindicalmente. Mas construíram uma experiência que ultrapassa, em muito, seus limites iniciais.

A partir delas, docentes passaram a disputar não apenas salários e condições de trabalho, mas o próprio sentido da universidade. A criação da ANDES, em 1981, representou a passagem da organização local para uma dimensão nacional. A conquista da condição sindical, em 1988, consolidou esse processo. A mobilização pela autonomia universitária colocou em questão as relações entre universidade e Estado. A experiência paulista mostrou que autonomia e financiamento são inseparáveis. O Fórum das Seis demonstrou a força da unidade entre diferentes categorias e instituições. São todas conquistas históricas que precisam ser permanentemente defendi-

das, ampliadas. E a história continua.

Hoje, defender a universidade pública significa enfrentar novas formas de restrição e dependência. Significa disputar o orçamento público, na LDO e na LOA, defender o financiamento adequado, preservar e ampliar a carreira docente, resistir à mercantilização do conhecimento e construir condições para a soberania científica e tecnológica. É nesse ponto que a pergunta sobre a carreira adquire seu sentido mais profundo.

Não devemos começar perguntando: O que cabe no orçamento atual? Devemos perguntar: Que universidade queremos construir? E, a partir daí: Que carreira docente precisamos construir e quais recursos públicos são necessários para financiá-la? Essa mudança de perspectiva separa uma política de mera administração das assimetrias de uma política sindical de transformação.

A primeira administra o possível. A segunda disputa o possível. A primeira parte dos limites existentes. A segunda questiona quem estabeleceu esses limites, quais prioridades os produziram e se eles correspondem às necessidades da sociedade.

É por isso que a defesa do orçamento público é uma defesa da universidade pública. E é também uma defesa da democracia. Porque uma universidade sem recursos não consegue garantir sua autonomia. Uma universidade sem autonomia não consegue exercer plenamente sua liberdade acadêmica. Uma universidade sem democracia interna não consegue transformar a autonomia em direito coletivo. E uma universidade submetida à lógica da mercantilização corre

o risco de perder a própria razão pública de sua existência e tornar-se social, política e academicamente irrelevante. A história do movimento docente demonstra que nenhuma dessas conquistas foi concedida espontaneamente. Elas foram construídas por organização unificada das lutas, mobilização, negociação e enfrentamento dos conflitos. Ainda estamos aqui.

Estamos nas associações docentes que nasceram durante a ditadura e que continuam a luta pela defesa da democracia. Estamos na luta contra o desmantelamento da carreira docente. Estamos na luta pela autonomia acadêmica e financeira da universidade. Estamos na disputa pela LDO e pela LOA. Estamos na defesa do orçamento público. Estamos na luta contra a privatização e a mercantilização do conhecimento. Estamos na defesa da ciência pública e da soberania tecnológica. E estaremos nas disputas que ainda virão. Porque autonomia universitária não é uma conquista acabada. Democracia universitária é um estado de construção permanente. Carreira docente não é uma estrutura imutável. E financiamento público não é uma dívida. São todas conquistas históricas que precisam ser continuamente ampliadas, reinventadas e defendidas de unhas e dentes. Esse talvez seja o principal legado do movimento docente: compreender que a universidade pública não é apenas uma instituição que recebemos do passado. É um projeto que precisamos disputar no presente para poder construir um futuro digno da importância que as universidades públicas têm para a soberania nacional.

Referências

1. Fontes institucionais e documentais

ADUNICAMP. *Ata de Fundação de 12-05-1977*. Campinas: Arquivo Histórico da ADUnicamp, 1977. Disponível em:

<https://atom.adunicamp.org.br/index.php/ata-de-fundacao-de-12-05-1977>. Acesso em: 24 set. 2026.

ADUNESP. *No meio do caminho, três questões vitais para as universidades estaduais paulistas e o Centro Paula Souza: a urgência de mais recursos, a LDO 2027 e a reforma tributária*. São Paulo: ADUNESP, 2026.

ANDES-SN. *História*. Brasília, DF: Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior. Disponível em:

<https://repositorio.andes.org.br/sites/historia>. Acesso em: 24 set. 2026.

ANDES-SN. ANDES-SN 45 anos: um Sindicato construído pela base. Brasília, DF: ANDES-SN, 19 fev. 2026. Disponível em:

<https://repositorio.andes.org.br/>. Acesso em: 24 set. 2026.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, 1988.

FÓRUM DAS SEIS. *Fórum das Seis celebra 32 anos de lutas e conquistas*. São Paulo, 21 ago. 2023.

SÃO PAULO (Estado). Decreto nº 29.598, de 2 de fevereiro de 1989. Dispõe sobre providências visando à autonomia universitária. São Paulo, 1989. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1989/decreto-29598-02.02.1989.html>. Acesso em: 24 set. 2026.

SÃO PAULO (Estado). Constituição do Estado de São Paulo de 1989. São Paulo, 1989.

2. Movimento docente, sindicalismo e universidade

ANDES-SN. *Universidade e Sociedade*. Brasília, no. 78 "45 anos do ANDES-SN: organização docente e luta em defesa da educação pública" DF: ANDES-SN, 2026.

ANTUNES, Ricardo. *A rebeldia do trabalho: o confronto operário no ABC paulista — as greves de 1978/80*. São Paulo: Ensaio; Campinas: Editora da Unicamp, 1988.

ANTUNES, Ricardo. *O novo sindicalismo no Brasil*. Campinas: Pontes, 1995.

CHAUÍ, Marilena de Souza. *Escritos sobre a universidade*. São Paulo: Editora UNESP, 2001.

CUNHA, Luiz Antônio. *A universidade crítica: o ensino superior na República Populista*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1983.

CUNHA, Luiz Antônio. *A universidade reformada: o golpe de 1964 e a modernização do ensino superior*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988.

3. Ditadura, universidade e redemocratização

ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. Petrópolis: Vozes, 1984.

NAPOLITANO, Marcos. *1964: História do regime militar brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2014.

4. Financiamento público e universidades estaduais paulistas

SÃO PAULO (Estado). Decreto nº 29.598, de 2 de fevereiro de 1989. Dispõe sobre providências visando à autonomia universitária.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Especialmente art. 207.

A trajetória do financiamento das universidades estaduais paulistas até a Reforma Tributária de 2023: percalços e impasses

Milton Vieira do Prado Júnior¹
Sebastião Neto Ribeiro Guedes²



O artigo pretende discutir impactos sobre o financiamento das universidades estaduais paulistas terá a Reforma Tributária aprovada em 2023, por meio da Emenda Constitucional 132/23, e em fase de implementação, uma vez que ela prevê a eliminação paulatina do imposto (ICMS) que atualmente as financia. Vale um destaque especial, visto que a Adunesp faz 50 anos da sua criação e, em todo seu percurso histórico, a questão do financiamento público foi e é pauta constante dos trabalhadores em sua campanha salarial e em defesa do ensino público, gratuito e de qualidade referenciada socialmente.

O artigo está dividido em duas partes, além dessa introdução. Na primeira, apresenta-se um histórico do financiamento em dois momentos: antes e após a aprovação da autonomia financeira. A segunda parte apresenta os contornos gerais da Reforma Tributária de 2023 e discute suas implicações para o financiamento das universidades estaduais paulistas no futuro. Nele ainda é apresentada a proposta do Fórum das Seis para o financiamento das universidades estaduais paulistas. O artigo finaliza apresentando as conclusões obtidas até o momento atual.

O sistema educacional superior paulista e seu financiamento antes da Autonomia

O sistema educacional superior estadual paulista desenvolveu-se em diferentes momentos, acompanhando, grosso modo,

o desenvolvimento econômico do estado e suas modificações. Sem querer aprofundar algo que não o escopo deste artigo, convém referir ao menos rapidamente esse processo. A primeira universidade paulista foi a Universidade de São Paulo (USP), que na década de 1930 inaugurou seus primeiros cursos de graduação e pós-graduação. Na década anterior aconteceu, principalmente na cidade de São Paulo, a Semana de Arte Moderna de 1922; foi nessa década que o estado de São Paulo assumiu a liderança do processo industrial brasileiro, tendo, conforme Cano (1990:241), a maior participação no valor adicionado industrial do Brasil. Apesar do seu protagonismo econômico, o estado sofreu duas derrotas políticas que tiveram um papel não desprezível na constituição do seu ensino superior público. O primeiro foi a Revolução de 1930 e o segundo – um desdobramento desta – a Revolução Constitucionalista de 1932. Esses dois eventos, como sugere Roiz (2007:96), estimularam as elites políticas paulistas a recuperar sua relevância política por meio da criação de uma “elite dirigente”, que deveria ser parcialmente recrutada nos quadros universitários e reproduzida por meio do seu papel nas estruturas educacionais encarregadas de disseminar o ensino primário e secundário pelo estado. Ela nasceu, assim, como fruto da decisão de uma elite econômica e cultural que dava seus primeiros sinais de exercício hegemônico.

A Universidade de Campinas (Uni-

camp) teve uma origem distinta, fortemente vinculada à sua particular situação econômica e geográfica, que lhe permitia, a partir da construção do sistema rodoviário moderno do estado de São Paulo, servir como porta de entrada para o interior. A Unesp, criada em 1976, foi a expressão de um outro movimento, que já tinha se iniciado um tanto desconexamente nas décadas de 1950 e 1960: o da interiorização massiva do ensino superior, acompanhando o movimento simétrico, acontecido na economia paulista a partir de 1970, de “interiorização da industrialização”. A este impulso, se sobrepôs outro: o de racionalizar e centralizar os Institutos Isolados de Ensino Superior Público do Estado de São Paulo, que haviam sido criado nos anos 1950 e início dos 1960, como resultado da Constituição Estadual de 1947 e da necessidade formativa de quadros docentes para suprir a demanda de docentes decorrente da expansão anterior do ensino médio (Corrêa, 2014: 41/42).

Constituídas por esses caminhos diversos, o financiamento das universidades estaduais paulistas, no período que antecede o ano de 1988, estava dependente do orçamento da Secretaria da Educação, à qual estavam subordinadas. Definido anualmente e sujeito a pressões políticas de grupos de interesses, o orçamento estadual convertia-se em campo de disputa para garantir o adequado financiamento das universidades estaduais.

Prado Júnior e Mendonça

¹ Prof. Dr. do Departamento de Educação Física da Faculdade de Ciência da Unesp, campus de Bauru, e Tesoureiro da Adunesp S. Sindical

² Prof. Associado do Departamento de Economia da FCLAr da Unesp, campus de Araraquara, vice-coordenador do Programa de Pós-Graduação em Economia e Vice-Tesoureiro da Adunesp S. Sindical

(2007:59/60), ao relatar o período antes do Fórum das Seis, afirmam que a luta dos trabalhadores (servidores docentes e técnico-administrativos) ocorria diretamente com o governo e na Assembleia Legislativa durante a discussão do orçamento do estado. Relatam ainda que o movimento era planejado e realizado em conjunto com o funcionalismo público, na luta por mais recursos para os serviços públicos. Neste período, foi possível perceber vários movimentos de rua e de luta, sendo as universidades peça importante nesta organização.

As reivindicações salariais nas universidades estaduais paulistas, que suscitavam as principais articulações entre os servidores públicos, aconteciam no interior do movimento geral dos servidores públicos estaduais paulistas, sem pauta específica referente às suas categorias funcionais de servidores técnico-administrativos e docentes. Para Prado Junior e Mendonça (2007:60), alguns fatos marcantes foram observados na transição para a conquista da autonomia universitária no ano de 1988, entre eles: 60 dias de greve em conjunto com funcionalismo; luta específica das universidades por salários e mais verbas para as instituições e o lançamento da campanha SOS Universidade. Este último, por sua força, mesmo reprimido pela polícia do governo Quéricia, conquistou o reajuste salarial e o Decreto de autonomia das universidades.

A autonomia financeira das estaduais paulistas

As universidades brasileiras usufruem de graus distintos de autonomia para o exercício dos instrumentos requeridos para sua missão institucional, conforme seu status organizativo em Faculdades, Centros Universitários e Universidades, bem como sua propriedade, se pública, privada ou confessional. As formas legais dos diferentes graus de autonomia encontram-se discriminadas na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), cuja versão mais recente, estabelecida nos artigos 53, 54 e 55 da Lei 9.394/1996, outorga autonomia didático-pedagógica, administrativa e científica a todas as IES.

O que distingue as universidades estaduais paulistas é que, além de todos os níveis de autonomia referidos anteriormente, elas dispõem de um adicional: a autonomia financeira. E o que significa isto na prática? Que a parte mais substantiva dos recursos públicos do governo de estado paulista que se destinam às universidades é composta fora da “arena política” e das barganhas que envolvem a alocação dos recursos orçamentários, porque está definida em lei – na verdade, um Decreto do governo estadual. Mais especificamente, estes recursos estão atrelados a uma percentagem do Imposto sobre Circula-

ção de Mercadorias (ICMS), que é repassado mensalmente às universidades. Poucas universidades brasileiras possuem um mecanismo de financiamento baseado em políticas com regras.

Como foi conquistada a autonomia e quais suas implicações para a gestão financeira e orçamentária das universidades estaduais paulistas

A história da conquista da autonomia financeira das universidades estaduais paulistas ainda não foi escrita, razão pela qual seus meandros, atores e estratégias de organização e negociação aparecem ainda muito obscuros. Evento recente acontecido na sede do Centro de Estudos Avançados da USP, para celebrar e discutir a autonomia, reuniu alguns desses atores, e seus depoimentos são pistas valiosas para uma reconstrução daqueles processos. Mas essa não é nossa tarefa aqui. O que parece relevante chamar a atenção é para o contexto político no qual o tema da autonomia foi introduzido.

Há três momentos políticos importantes que estão conectados entre si. O primeiro foram as eleições diretas para os governadores dos estados federativos, acontecidas em 1982, no ocaso da ditadura civil-militar implantada em 1964, e que elegeram uma maioria de políticos de oposição, nucleados principalmente na legenda do MDB; o segundo momento foi o movimento das Diretas Já, que, apesar da derrota no Congresso em 1984, mobilizou massas urbanas enormes em todo o território nacional, questionando a legitimidade do regime de exceção; por fim, a promulgação da Constituição Federal, em 1988, que encerrou um ciclo de autoritarismo político e inaugurou um novo marco legal a partir do qual – conforme observou Miguel (2019) – irão se posicionar as duas grandes forças políticas e sociais desde então: aquelas interessadas em preservar e, se possível, ampliar o escopo de direitos e avanços sociais nela inscritos, e os que se organizam para limitar/revogar aqueles dispositivos. Ademais, a Constituição Federal, no seu artigo 207, contemplou a autonomia financeira quando afirmou que “as universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão”.

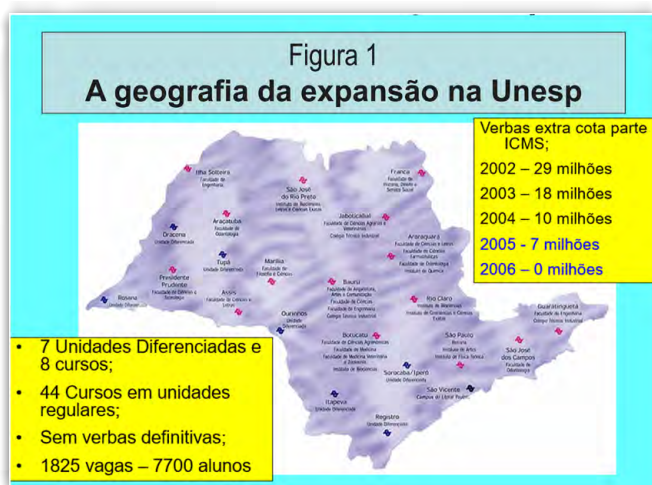
Ora, a autonomia financeira das universidades estaduais paulistas é um episódio que somente pode ser compreendido nesse caudal de lutas – 60 dias de greve, novos marcos legais, manifestações e busca de legitimidade política e social dos novos governantes de estados. Somente assim se entende o porquê, em 02 de fevereiro de 1989, por meio do Decreto nº 29.598/89, o governador Ores-

tes Quéricia instituiu a autonomia financeira para as universidades estaduais paulistas. Prado Junior e Mendonça (2007:60) relatam que esta foi a conquista do movimento de greve e que a autonomia não significava independência nem soberania, mas, na prática, isolava o movimento dos trabalhadores das universidades dos servidores públicos estaduais, talvez o real objetivo do governo naquele momento. Avaliando hoje, esta conquista foi fundamental e decisiva para o desenvolvimento do ensino, pesquisa e extensão nas três universidades estaduais paulistas.

O Decreto fixou o montante de recursos disponíveis para as universidades a uma porcentagem da quota-parte do estado no ICMS, na época em 8,4%. A distribuição desse montante entre as universidades foi delegada ao Conselho de Reitores das Universidades Estaduais Paulistas (Cruesp), conforme o parágrafo único do Decreto, que afirmava: “Caberá ao Conselho de Reitores das Universidades Estaduais Paulistas estabelecer, também, os percentuais de distribuição do montante de recursos entre as entidades, a serem liberados mensalmente pelo Tesouro do Estado na forma e limite estabelecidos no Caput do artigo 2º deste Decreto”.

Conforme denunciado pelo Fórum das Seis na ocasião, a fixação de 8,4% do ICMS-QPE foi um “golpe do Quéricia”, visto que, para defini-lo, o governo estadual levou em consideração o percentual médio do orçamento das universidades dos últimos três anos anteriores, o que significou, no orçamento de 1989, uma perda real de valores em relação ao que existia naquele momento. No ano de 1988, os valores transferidos para as universidades equivaliam a 11% do ICMS-QPE. Portanto, apesar do Decreto ser favorável às universidades, na prática diminuíram os recursos, o que levou à constante mobilização dos trabalhadores pelo aumento de recursos e por 11% do ICMS-QPE para as universidades.

A despeito disso, a autonomia foi um grande avanço para o sistema universitário estadual público. Primeiro, porque possibilitou introduzir o planejamento na gestão orçamentária, uma vez que o montante de recursos disponíveis dependia, fundamentalmente, da evolução e desempenho da atividade econômica do estado de São Paulo, e não mais da discricionariedade dos atores políticos, sejam os do Executivo estadual, sejam os do Legislativo. Depois, porque permitiu aos gestores das universidades implementar projetos internos e realocar a distribuição dos recursos conforme a missão institucional de cada uma. Ademais, internalizou a política de reajuste salarial e benefícios complementares ao separá-las do funcionalismo público em geral. Por fim, exigiu algum tipo de coordenação política e administrativa entre as altas



gestões das universidades na forma de um colegiado de reitores – o Cruesp, anteriormente mencionado, que foi criado em 1989 para negociar com os trabalhadores das universidades. Ato contínuo, segundo Prado Junior e Mendonça (2007), foi criado o Fórum das Seis, que unificou os trabalhadores docentes e técnico-administrativos da USP, Unesp e Unicamp. Além disso, o movimento dos trabalhadores viria a conquistar, em 1991, a data base, que permanece até hoje na discussão de pautas dos trabalhadores e Cruesp.

Após o estabelecimento da autonomia financeira, dois movimentos paralelos vêm sendo observados. De um lado, um que procura aumentar os recursos destinados às universidades, tendo em conta sua missão institucional e os desafios colocados pela expansão das suas unidades pelo território paulista; de outro, pressões internas e externas que elevaram a oferta de vagas, cursos e outros serviços educacionais, com sua contrapartida na elevação das despesas no orçamento das universidades. O primeiro movimento obteve relativo sucesso por meio da luta política envolvendo todas as categorias universitárias na busca da elevação do percentual do ICMS-QPE destinado ao financiamento das universidades públicas. De fato, o percentual daquele imposto aumentou de 8,4% em 1989, para 9% em 1992 e, finalmente, em 1995, para 9,57%, percentagem ainda em vigor, embora muito aquém dos 11% avaliados como necessários pelo Fórum das Seis. Todos estes avanços não vieram apenas no debate político, mas sim a partir de movimentos de greve dos três segmentos das universidades.

O segundo movimento cresce em razão da busca institucional por “universalizar” o acesso ao ensino superior, por meio de abertura de novos cursos e unidades universitárias, além de novas modalidades de ensino (por exemplo, à distância), bem como pela percepção de que não basta apenas oferecer vagas, mas que é necessário financiamento para garantir, por exemplo: investimentos em

infraestrutura, contratação de servidores, permanência do estudante nas cidades onde tais cursos são oferecidos. Nós, da Adunesp, sempre levantamos a bandeira por mais vagas públicas no ensino superior, porém, desde que venha acompanhada do aumento de recursos para garantir a expansão com qualidade.

Mas a história demonstra algo que foi na contramão deste princípio. No ano de 2001, o governo paulista, em plena campanha de reeleição, por meio do Cruesp, criou um projeto de expansão nas três universidades, remetido à discussão nos colegiados. Na Unesp, o processo foi mais incisivo, com a criação de novos campi e de cursos nas Unidades já existentes, com a perspectiva de liberação de novos recursos para a

Unesp através de verbas extraquota do ICMS, porém, sem garantias de incorporação no percentual de 9,57% de forma definitiva. Na Figura 1 abaixo, está um resumo do projeto implementado na Unesp, o que a Adunesp chamou da ‘Geografia da Irresponsabilidade’, visto que os campi e os cursos foram criados à revelia do Estatuto da Universidade, em parcerias com prefeituras, num viés político. As verbas prometidas foram diminuindo e o número de alunos foi aumentando. Ao final do processo, 52 novos cursos (sendo 44 nas unidades já existentes e oito nos novos campi), com mais de 7.700 alunos novos, e sem nenhum recurso a mais para a Unesp.

O mapa da Unesp parece ter preenchido todos os vazios do estado onde não havia universidade pública. Porém, isso foi feito com modelo de unidade diferenciada das demais, que se encaixava na perspectiva prevista pelo Banco Mundial, de que para algumas regiões as unidades deveriam ser concisas e diferenciadas, com parcerias e com custo mínimo.

No início da segunda década dos anos 2000, mais uma investida de expansão foi vivenciada na Unesp, com a criação de 8 cursos de Engenharia e mais um campus universitário (São João da Boa Vista/SP), em contrapartida à estadualização do Hospital Universitário de Botucatu/SP. Novamente, não houve avaliação se o custo com o hospital, repassado ao estado, financiaria a nova expansão de vagas gera-

da. Portanto, com este histórico é fácil perceber que os valores destinados à Unesp não são suficientes para manter com qualidade o ensino, a pesquisa, a extensão e a administração dos campi e cursos.

Panorama geral da gestão orçamentária no contexto da autonomia financeira

Nesse tópico, pretende-se esboçar as condições gerais sob as quais se exerceu a autonomia financeira no sistema educacional superior paulista antes da Reforma Tributária, tendo em conta os dois movimentos anteriormente aludidos. Conforme mencionado, a quase totalidade do financiamento público das universidades estaduais paulistas depende do ICMS, cuja alíquota de 9,57% sobre a quota-parte do estado é rateada entre suas três universidades. Na Figura 2, estão apresentados os percentuais de divisão do ICMS entre as três universidades estaduais de São Paulo.

Figura 2 – Divisão do percentual de ICMS entre as 3 universidades desde 1995

Instituição	USP	Unesp	Unicamp
% ICMS-QPE	5,0295	2,3447	2,1958

Esta divisão, realizada no século passado, logo no início da autonomia, permanece até hoje. Será que está condizente com a atual realidade de cada universidade? Este não é o foco do presente artigo, porém, na discussão das novas formas de financiamento que iremos enfrentar no horizonte próximo, esta distribuição necessita ser, no mínimo, atualizada, frente a tudo o que ocorreu nestes 30 e poucos anos.

Do lado das receitas, desde a perda de recursos quando da instituição da autonomia, conforme vimos anteriormente, a evolução do ICMS se mostrou inadequada em termos gerais, cuja expressão disso têm sido as periódicas “crises” que as universidades vivenciaram ao longo de todo o período. No entanto, a partir de 2022, a inadequação da fonte de financiamento das universidades baseada no ICMS ficou mais flagrante, quando a participação deste imposto na receita tributária total do estado de São Paulo caiu de cerca de 95% para menos de 80%, conforme resultados de estudos divulgado pelo Cruesp em reunião do Conselho Universitário.

Esse fato mostra que, desde pelo menos aquela data, o financiamento das universidades estaduais paulistas tornou-se insatisfatório. Agravam essa situação os seguintes fatos fora do controle da universidade: o desconto de 1% da arrecadação do ICMS para ser destinado à habitação antes

do repasse às universidades; a sonegação fiscal; a renúncia fiscal para alguns setores, determinada pelo próprio estado; a diminuição de alíquotas em alguns produtos, que interfere na arrecadação, como ocorreu com o combustível num passado recente. Isto tudo demonstra uma fragilidade nesta fonte de financiamento, sujeita às intervenções

Do lado das despesas, é necessário referir a pelo menos três itens que têm crescido a taxas muito elevadas, dois dos quais independem da “governabilidade” das gestões reitorais. O primeiro diz respeito à expansão do número de vagas e cursos de graduação e pós-graduação, cuja decisão de oferta foi em grande medida “exógena”, vinda de pressões políticas locais e regionais para a abertura de vagas e cursos. Sob a promessa de compensação com receitas, as três universidades paulistas – mas, em especial, a Unesp – se lançaram à criação de novos cursos e unidades. Obviamente, a compensação nunca veio, ou, quando veio, foi por tempo determinado. A Figura 3 mostra a evolução do quadro de expansão na Unesp e a diminuição de pessoal no período de 1994 a 2024, dados retirados do anuário estatístico da Universidade.

Figura 3 - Dados de crescimento da Unesp entre 1995 e 2024.

UNESP			
	1995	2024	Varição
Docentes	3.497	3.182	-9,0%
Técnico-administrativas/os	7.918	5.079	-35,9%
Cursos de graduação	80	137	71,2%
Vagas em graduação	4.311	7.680	78,1%
Estudantes matriculadas/os graduação	19.618	38.344	95,4%
Cursos de pós-graduação	125	245	96,0%
. Mestrado	71	136	91,5%
. Doutorado	54	109	101,8%
Estudantes matriculadas/os pós-graduação	6.824	13.300	94,9%
. Mestrado	3.395	7.206	112,2%
. Doutorado	1.382	6.094	341,0%
Titulos outorgados (total)	581	2.706	365,7%
. Mestrado	433	1.642	279,2%
. Doutorado	148	1.064	618,9%

Fonte: Anuário Estatístico da Unesp 2025 (ano base 2024) – últimos dados disponíveis.

O segundo fator é o crescimento das despesas previdenciárias dos seus servidores (técnico-administrativos e docentes), que deveriam estar na conta do governo estadual, mas que, ao fim, acabaram permanecendo na folha de pagamentos das três universidades. Vale destaque que houve a homologação da Lei Complementar 1.010, de 1º de julho de 2007, que diz no seu artigo primeiro:

Figura 4 - Percentual de gasto com a previdência no orçamento das universidades

• Problema: Gasto com Previdência			
Instituição	USP	UNESP	UNICAMP
1989	18,71%	7,80%	2,78%
2004	28,61%	28,00%	22,39%
2024	21,50%	50,20%	29,70%

• Problema: Insuficiência Financeira			
Instituição	USP	UNESP	UNICAMP
2025	1 bilhão	1,2 bilhão	800 milhões

Artigo 1º - Fica criada a SÃO PAULO PREVIDÊNCIA - SPPREV, entidade gestora única do Regime Próprio de Previdência dos Servidores Públicos titulares de cargos efetivos - RPPS e do Regime Próprio de Previdência dos Militares do Estado de São Paulo - RPPM, autarquia sob regime especial com sede e foro na cidade de São Paulo - SP e prazo de duração indeterminado.

Parágrafo único - O regime especial, a que se refere o “caput”, caracteriza-se por autonomia administrativa, financeira, patrimonial e de gestão de recursos humanos e autonomia nas suas decisões.

Desta forma, era esperado que o estado garantisse, através do SPPREV, os recursos necessários para o pagamento das despesas previdenciárias nas três universidades, minimizando o impacto destes valores no seu orçamento e na sua execução orçamentária. Porém, mesmo com o previsto na LC 1.010/2007, os aposentados são pagos com recursos oriundos dos 9,57%, que deveriam garantir a educação ativa e não o pagamento de proventos da aposentadoria. No caso da Unesp, este número cresceu significativamente nos últimos anos. Na Figura 4, está demonstrado o percentual do impacto dos inativos na folha de pagamento das universidades.

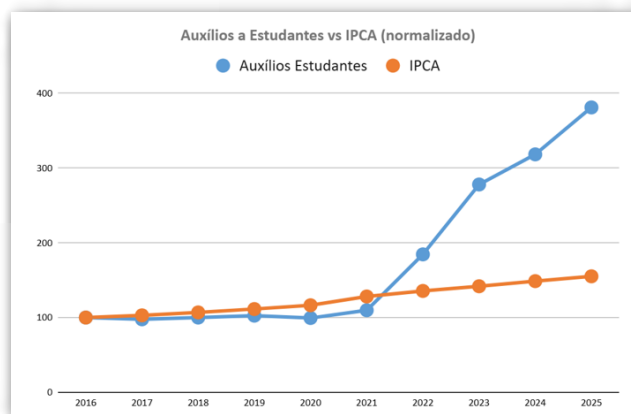
Na Figura 4, estão apresentados também os dados de Insuficiência Financeira nas três universidades no ano de 2025. Este item vem aumentando significativamente nos últimos anos. A Insuficiência é o resultado da diferença entre o que é arrecadado dos trabalhadores e da universidade com os valores da folha de pagamento dos aposentados. Em 2024, a Unesp despendeu com a Insuficiência cerca de R\$ 1,054 bilhão; em 2025, R\$ 1,2 bilhão; e no orçamento

atual (2026), foi alocado um montante de R\$ 1.272.374.906,00, ou seja, vem crescendo ano a ano. Esta é uma preocupação urgente, que precisa entrar em negociação com o estado, visto que, em estudos preliminares, fica claro que esta tendência tende a permanecer, pelo menos, até o início da década de 30.

O terceiro item tem relação com a própria missão institucional da universidade e sua intenção de universalizar o acesso ao ensino superior, principalmente de grupos sociais marginalizados das políticas educacionais de inclusão social ou por elas discriminados. O fato de abrir-se para os despossuídos, outorgando-lhes direitos, implicou o compromisso de garantir sua permanência, o que pressiona o orçamento pelo lado da despesa. Na Figura 5, um gráfico com percentual da variação dos valores investidos em permanência estudantil nos últimos anos.

As políticas de permanência estudantil implantadas a partir da instalação de cotas no vestibular modificaram e ampliaram os valores investidos. Em 2016, esteve na peça orçamentária o valor de R\$ 38.011.693,52 milhões para a permanência estudantil, que praticamente dobrou em 2022, quando foram investidos R\$ 70.138.506,84, ressaltando que neste ano tivemos o retorno presencial pós pandemia. O dado mais recente que dispomos é o ano de 2025, com investimento de R\$ 144.848.066,44 em políticas de permanência, o dobro de 2022 e 381% a mais que em 2016.

A política de inclusão de estudantes da escola pública foi uma iniciativa muito debatida na universidade e incentivada por políticas do estado. Porém, mais uma vez, os investimentos ficaram dentro do percentual de financiamento definido no século passado, sem nenhum aporte a mais do estado para a implantação e garantia da permanência dos estudantes. Indicamos esta como mais uma frente de discussão com o governo do estado, em vista de garantir o financiamento adequado para a Unesp.



O impasse atual: a Reforma Tributária e as ameaças à autonomia

Na seção anterior, descrevemos a situação atual do financiamento das universidades públicas paulistas como crítica, chamando a atenção para sua insuficiência, devido, de um lado, às mudanças na estrutura produtiva da própria economia e, de outro, às políticas de desoneração que têm implicado em crescente renúncia fiscal, principalmente de parte da receita de ICMS. Esses dois fatores fizeram diminuir a presença da arrecadação do ICMS na receita total do estado. Aparentemente, o ICMS deixou de ser uma referência estável e adequada para o financiamento. De outro lado, continuam crescendo as despesas das universidades por conta das suas políticas de expansão e, mais importante, por causa do crescimento do déficit previdenciário – a chamada Insuficiência Financeira – conforme discutimos anteriormente.

Há agora uma outra e mais poderosa ameaça – que pode se tornar uma oportunidade, a depender do modo como lidamos com ela – que é a Reforma Tributária, promulgada pelo Congresso Nacional em 20 de dezembro de 2023, por meio da Emenda Constitucional (EC) nº 132/23. Em essência, ela propõe unificar e uniformizar os tributos sobre o consumo e, indiretamente, pôr fim à guerra fiscal entre os entes federativos. Na prática, ela irá eliminar cinco tributos sobre consumo – IPI, PIS, Cofins (federal), ICMS (estadual) e ISS (municipal) – e criar um imposto geral que incide no consumo cobrado sobre o valor adicionado (IBS e CBS), mais a criação de um imposto específico (Imposto Seletivo) sobre determinados bens e serviços considerados produtores de “externalidades negativas”, especialmente sobre a saúde individual e coletiva e o meio-ambiente.

Ainda em processo, a Reforma Tributária do consumo será detalhada e regulamentada pelo Congresso Nacional, visando sua operacionalização. O passo seguinte será a adaptação da Reforma pelas Constituições Estaduais e pelas Leis Orgânicas dos Municípios.

A Reforma previu a criação do Comitê Gestor do IBS, órgão técnico a ser administrado conjuntamente pelos estados e municípios, preservando sua autonomia na fiscalização e na defesa dos seus interesses. As regras para a distribuição do produto da arrecadação do IBS, bem como a forma de cálculo e as regras de distribuição aplicáveis aos regimes favorecidos, específicos e diferenciados de tributação será definida em lei complementar. Como referência geral, propôs-se a adoção de uma alíquota padrão para todos os bens materiais e imateriais, inclusive direitos e serviços. Caberá ao Senado a fixa-

ção das alíquotas de referência do IBS e da CBS. Portanto, ainda existem muitas questões a serem definidas, o que nos coloca em alerta, visto que, na prática, podemos ter diminuído o financiamento das universidades estaduais.

O “espírito” da Reforma foi o de garantir a “neutralidade” distributiva, o que significa preservar os entes federativos de qualquer alteração no regime de tributação que tenha como impacto a redução ou a elevação da arrecadação. Para garantir tal princípio, as alíquotas de referência poderão ser ajustadas.

A Reforma Tributária apresentou como regra geral um IVA dual, de alíquota única, e vedou a concessão de incentivos e benefícios financeiros ou fiscais relativos à CBS e ao IBS, tentando com isto vedar o expediente da guerra fiscal. No entanto, a partir da alíquota padrão, foram autorizadas exceções que se enquadram nos regimes di-



ferenciados, regimes específicos e regimes favorecidos de tributação (artigo 156-A, §5º, I, “c”, e artigo 149-B, III, CF).

Os regimes diferenciados poderão ser implementados desde que sejam uniformes em todo o território nacional e sejam realizados os respectivos ajustes nas alíquotas de referência, com vistas a reequilibrar a arrecadação da esfera federativa. Os regimes específicos de tributação são destinados a alguns serviços e produtos que possuem peculiaridades que dificultam ou não recomendam a apuração tradicional de um IVA, a partir do confronto de débitos e créditos (não cumulatividade). Neste caso, enquadram-se os serviços financeiros, combustíveis e lubrificantes, sobre os quais o imposto incidirá uma única vez, qualquer que seja a sua finalidade; operações com bens imóveis, planos de assistência à saúde e concursos de prognósticos, que necessitariam de sistemas de apuração próprios; sociedades cooperativas (optativo), com vistas a assegurar sua competitividade, observados os princípios da livre concorrência e da isonomia tributária; e serviços de hotelaria, parques de diversão e parques temáticos, agências de viagens e de

turismo, bares e restaurantes, atividade esportiva desenvolvida por Sociedade Anônima do Futebol e aviação regional.

Finalmente, a normativa estabeleceu os regimes favorecidos de tributação, que abrangem a Zona Franca de Manaus e Áreas de Livre Comércio (ALC), cujos benefícios podem ou não exigir contrapartidas.

Em relação ao tributo específico, denominado de Imposto Seletivo, objetiva onerar produtos e serviços que produzem “externalidades negativas”, principalmente sobre a saúde individual e coletiva. Conforme Guerra (2024:13): “O Imposto Seletivo (IS), que é um dos tributos adicionados por essa Emenda, está sob a competência da União Federal. Sua implementação requer a elaboração de uma lei complementar que define suas características e diretrizes. Esse imposto possui uma abordagem específica, podendo ter como base tributável a produção, extração ou importação de bens e serviços que apresentem impactos negativos à saúde ou ao meio-ambiente”. Fica vedada a cobrança do Imposto Seletivo sobre operações com energia elétrica e com telecomunicações.

A Emenda Constitucional 132/23 criou um significativo impacto fiscal para a União, a partir dos dois fundos constitucionais criados (o Fundo de Compensação de Benefícios Fiscais ou Financeiro-Fiscais e o Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional) e dos outros dois autorizados, a serem criados através de lei complementar (o Fundo de Sustentabilidade e Diversificação Econômica do Estado do Amazonas e o Fundo de Desenvolvimento Sustentável da Amazônia Ocidental e do Amapá).

A premissa financeira adotada para sua criação foi de que os recursos financeiros para esses fundos viriam do crescimento adicional da economia com a implementação da Reforma Tributária. Haveria um incremento de arrecadação suficiente para acomodar os repasses da União, sem gerar pressões adicionais sobre as contas públicas.

Um elemento novo introduzido pela Reforma foi a criação da Cesta Básica Nacional de alimentos, que prevê alíquota zero de CBS e IBS e que deverá considerar aspectos regionais e uma alimentação saudável e nutricionalmente balanceada. Caberá à lei complementar definir os produtos destinados à alimentação humana que comporão a Cesta Básica Nacional de alimentos.

Como observaram vários comentaristas, a definição dos itens que irão compor a nova Cesta Básica Nacional, com o Imposto sobre Valor Agregado (IVA) zero, está estimulando intensas disputas entre setores de produtos in natura e industrializados, e lobbies de entidades empresariais e do setor agropecuário.

rio nos bastidores do Congresso Nacional.

Haverá um relativamente longo período de transição, de pelo menos uma década (de 2023-2033), ao longo do qual os cinco antigos impostos vão desaparecendo na mesma medida em que os novos os substituem. A transição mais rápida será da CBS, que já no ano de 2027 terá alíquota integral, com a extinção do PIS e Cofins e redução a zero da alíquota do IPI. O IBS será introduzido com mais vagar, a partir de 2029, sendo completamente instituído em 2032. Na verdade, a transição será mais longa no que diz respeito aos entes federativos, cuja partilha nos novos impostos será plenamente consumada em torno de 50 anos (entre 2029 e 2077). Nesse aspecto, a Reforma Tributária, com suas exceções e longo tempo de implementação, parece adequar-se ao padrão de mudanças institucionais brasileiro que Osório Silva (1996) denominou – ao analisar o longo período que levou à abolição da escravidão – de “Estratégia Saquarema”, que consiste em alongar ao máximo possível o tempo de implementação de reformas para permitir às elites a adequação segura e sem atropelos de seus interesses.

Quais consequências essa Reforma, cujos principais aspectos foram esboçados anteriormente, podem produzir sobre as universidades estaduais paulistas e sua autonomia financeira? O mais imediato é a perda da autonomia, que poderia acontecer por omissão pura e simples. Ao longo e ao fim do período transitório, quando a regra vinculativa ao ICMS caducar pela extinção deste imposto, o governo estadual pode alocar os recursos para as universidades como fazia antes da autonomia: pela deliberação anual e discricionária de verbas no orçamento estadual.

Outros caminhos têm sido tentados. O Cruesp organizou um grupo de tra-

balho que, desde 2023, tem se debruçado na elaboração de uma proposta para o financiamento das universidades estaduais paulistas. De outro lado, daquele da representação dos trabalhadores das três universidades, há uma proposta do Fórum das Seis que busca fugir das incertezas que a Reforma Tributária ainda apresenta, embora em processo de implantação avançado.

O Fórum das Seis definiu que deveríamos buscar um financiamento semelhante ao da Fapesp, vinculando um percentual na Receita Tributária Líquida (RTL). A receita estadual compreende uma variedade de impostos, taxas, contribuições, transferências e outras fontes de recursos, sujeitas às oscilações do mercado e de influências políticas. A Receita Tributária Bruta (RTB) engloba exclusivamente os impostos, taxas e contribuições de melhorias. Já para o cálculo da Receita Tributária Líquida (RTL), são deduzidos os repasses aos municípios. Portanto, estas duas receitas englobam o ICMS e, por consequência, o IBS e o CBS que estão sendo previstos na Reforma Tributária em andamento, ou seja, a base para o cálculo para as universidades é maior que a base hoje do ICMS.

O GT Verbas do Fórum das Seis propõe que, diante da extinção do ICMS com a reforma tributária, seja adotado para os repasses às universidades estaduais um valor mínimo como porcentagem da RTL, com transferências mensais baseadas na arrecadação do mês de referência e pagas no mês subsequente. Para garantir o financiamento adequado às universidades, cuja expansão nas últimas décadas não foi acompanhada por um aumento proporcional nos repasses, o GT Verbas recomenda, portanto, o percentual de 8,64% da RTL. Para tanto, necessitamos estar mobilizados no convencimento do

Cruesp, que em seus estudos chegou a números próximos ao Fórum, porém, que ainda necessitam ser atualizados até os dias atuais ou quando for para aprovação. Para além dos muros das universidades, precisamos dialogar com os secretários do governo, o próprio governador e os deputados na Assembleia Legislativa. Mais uma vez, a mobilização dos trabalhadores e estudantes se torna essencial em busca desta conquista.

Conclusões

O texto mostrou que a autonomia financeira de que desfrutaram as universidades estaduais paulistas foi resultado de lutas e conflitos, que redundaram no estabelecimento de regras que apartaram a gestão financeira e orçamentária das universidades da ingerência política e da discricionariedade dos demais poderes do estado. Vimos como o financiamento foi sempre insuficiente no sentido de prover adequados recursos para o alcance das missões institucionais das três universidades e de como isto se agravou no período recente, por conta das mudanças na estrutura produtiva da economia paulista e das políticas de desoneração tributária. Mais recentemente, a Reforma Tributária adicionou novo ingrediente àquela situação, colocando a questão do seu financiamento na agenda do dia. Talvez tenha chegado o momento de – no bojo das discussões sobre a nova forma de financiamento – avançar na direção de garantir os recursos adequados às missões institucionais do sistema de ensino superior paulista, vinculando-o, como na proposta do Fórum das Seis, à Receita Tributária Líquida do Estado e, ao mesmo tempo, rever o pacto distributivo interno ao Cruesp acerca de como será dividida entre as três universidades a percentagem do novo imposto.

Referências

- Cano, W – *Raízes da concentração industrial em São Paulo*. São Paulo: Hucitec, 3ª edição, 1990.
- Corrêa, A.M.M - Institutos isolados, Unesp e a ditadura. In: Valle, M.R. Do; Cardoso, C.M; Ferreira, A.C; Corrêa, A.M.M (Org). *Tenho algo a dizer: memórias da Unesp na ditadura civil-militar (1964-1985)*. Bauru: Cultura Acadêmica editora, 2014.p. 41-54.
- Congresso Nacional – Emenda Constitucional (EC) nº 132/23.
- Guerra, F – *Reforma tributária: o novo sistema tributário brasileiro*. Brasília: Sistema CFC/CRCs, 2024.
- LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: ed. Senado Federal, 9ª edição, 2026.
- Miguel, L. F. – *O colapso da democracia no Brasil: da Constituição ao golpe de 2016*. São Paulo: ed. Expressão Popular, 2019.
- Osório Silva, L – *Terras devolutas e latifúndio: efeitos da lei de 1850*. Campinas: editora da Unicamp, 1996.
- Prado Junior, M. V.; Mendonça, S. G. – *Fórum das Seis: um espaço de Organização e Luta em defesa da Universidade Pública*. In: ADUNICAMP: 30 anos, Universidade e Sociedade. ADUNICAMP, Campinas-SP, 2007.
- Roiz, D. S. – *História da Universidade de São Paulo: história em construção*. Fronteiras: Revista de História, v.9, n.16, 2007, p.93-108.

A universidade sem conhecimento e a degradação do trabalho docente

Davis Perez¹



INTRODUÇÃO

A universidade pública brasileira parece, no tempo presente, como ambiência saturada de contradições que somente se tornam inteligíveis quando reconduzidas ao movimento da totalidade das relações capitalistas de produção. No interior dessa instituição, o trabalho docente assume posição sincronicamente subalterna e cêntrica: de um lado, porque sua atividade sofre progressivo esvaziamento de conteúdo ontológico, submetida a mecanismos gerenciais que convertem ensino, pesquisa e extensão em funções cada vez mais atreladas à lógica da acumulação; de outro, e paradoxalmente, porque sobre essa mesma atividade recaem expectativas de compensação das insuficiências atribuídas à formação superior, desde a qualificação técnica da força de trabalho até a produção de teorias e saberes que, sob a aparência de suscitar o desenvolvimento socioeconômico nacional, funcionam, em verdade, como dispositivos de legitimação de uma sociabilidade burguesa imersa em crise imanente e permanente, erigida sobre a exploração e a pilhagem. Nesse panorama, o saber gerado no âmbito universitário é convertido em verniz ético-político destinado a galvanizar a violência que sustenta essa sociabilidade. Tal movimento, vale sublinhar, não constitui desvio em relação à direção histórica da universidade sob o Estado burguês; mas se alicerça no próprio modo pelo qual as instituições de ensino superior participam da efetivação do capitalismo. O Estado, nesse cenário, não se eleva como instância neutra de intercessão na conflituosidade de classe estabelecida entre trabalhadores e proprietários dos meios de produção, mas como forma política forjada pela burguesia à sua imagem, dotada de

amplo aparato político, econômico, jurídico, administrativo e coercitivo, constituído para organizar, legitimar e efetivar seus interesses de classe (MARX; ENGELS, 2000).

O que emerge na presente quadra histórica é o aprofundamento de uma lógica que subordina a ciência, a cultura e a formação superior às exigências da valorização do capital, fazendo da elaboração de novos conhecimentos um momento prosaico de reiteração do ordenamento socioeconômico vigente. É nesse terreno que se inscreve a metamorfose pela qual a racionalidade deixa de despontar no espaço acadêmico como princípio de inteligibilidade do desenvolvimento histórico-social e orientadora da apreensão do mundo natural, passando a operar sob formas irracionais, cujos traços fundamentais, identificados por Lukács (2020), predominam na universidade brasileira, a saber: a recusa da realidade objetiva e de sua cognoscibilidade racional, a redução do conhecimento a uma utilidade puramente técnica e o apelo a uma apreensão intuitiva do real, decretado como irracional na essência. A universidade toma parte, assim, de uma movimentação mais abrangente de subsunção do trabalho intelectual aos imperativos da valorização, em que a docência tradicionalmente aparece como atividade dedicada à mediação de saberes úteis ao desenvolvimento humano. Essa aparência se desvela como ilusão diante da determinação social que imprime ao labor intelectual as necessidades dos quefazeres e negócios da burguesia, o que não raro se realiza com servilismo prazenteiro, assumido por uma fração considerável do corpo docente.

É no interior da atual dinâmica do capitalismo, frequentemente designada pelo termo neoliberalismo, que se situam as configu-

rações correntes de organização da educação superior. Não tomamos essa denominação como categoria autônoma ou conceito explicativo em si, uma vez que nomeia um modo histórico de existência do capitalismo, caracterizado pela hegemonia das finanças globalizadas, pela reconfiguração ativa do Estado como agente de imposição da lógica do capital nas diferentes esferas da vivência humana e pela subsunção da reprodução societária aos imperativos da acumulação (SAAD FILHO, 2015). Nessa conjuntura, a universidade passa a privilegiar estratégias formativas focalizadas em saberes imediatamente mobilizáveis, no desenvolvimento de competências, no aprender a aprender, na valorização dos saberes tácitos, orientando a preparação dos sujeitos para conhecimentos acionáveis na resolução de problemas circunscritos às situações e demandas requeridas pelo mercado capitalista. O que se anuncia como modernização das teorias e práticas educacionais na universidade constitui, em sua essência, um rebaixamento programático da formação intelectual, no qual a excelência deixa de designar a apropriação rigorosa dos saberes historicamente constituídos e passa a nomear a capacidade de responder a indicadores, *rankings* e demandas fugazes do mercado.

As políticas públicas de educação e os modelos de ordenamento do labor acadêmico adquirem, então, materialidade institucional, dado que currículos, métodos pedagógicos e dispositivos avaliativos instituem mediações por meio das quais determinadas concepções de ciência, formação e sociedade ganham concretude. A pretensão de apartá-los de seus fundamentos históricos e ideológicos contribui, precisamente, para ocultar as determinações de classe que atravessam a universidade. No

¹ Doutor em Educação, com ênfase em Currículo, pela PUC-SP, onde também desenvolveu estudos em nível pós-doutoral. Professor do Departamento de Psicologia Social e do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Unesp. Líder do Grupo de Pesquisa Estudos Marxistas em Educação e Psicologia, certificado pelo CNPq. Integra a representação da Adunesp, Subseção Sindical de Assis.

Brasil a incidência dessas tendências gerais do capital assume especificidade própria em razão da inserção subordinada do país na divisão internacional do trabalho. A condição dependente do capitalismo local imprime à universidade diretrizes peculiares, fazendo da formação superior um espaço de reprodução das tendências gerais do capital e uma instância submetida às necessidades de uma economia subordinada na acumulação mundial. A educação superior passa, assim, a responder à capacitação

de quadros capazes de operar conhecimentos importados, consumir tecnologias geradas nos centros hegemônicos e atender às necessidades de um capitalismo que reproduz sua dependência mediante a transferência de valor e a superexploração da força de trabalho.

É a partir desse conjunto de relações que o presente texto examina as condições históricas e materiais do trabalho docente universitário no Brasil, buscando explicitar como a lógica do capital em suas formas hodiernas, imbricada à condição dependente brasileira, esvazia a atividade docente de seu conteúdo ontológico e a converte em laborabilidade estranhada, marcada pela intensificação produtiva, pela fragmentação dos saberes e pela perda de sentido social. Nessa direção, sustenta-se que o aprofundamento desse processo conforma uma universidade progressivamente desprovida da possibilidade de assegurar à classe trabalhadora a apropriação efetiva dos conhecimentos científicos, filosóficos e culturais mais elevados já elaborados pela humanidade.

É nesse sentido que o título emprega a expressão *universidade sem conhecimento*: não para designar a ausência de produção de saberes, mas uma universidade que privilegia aqueles imediatamente úteis à valorização do capital e restringe a apropriação do patrimônio científico, filosófico e cultural da humanidade pelas classes trabalhadoras. Cumpre referir, contudo, que a difusão dos saberes mais elevados junto às classes pauperizadas nunca constituiu tarefa efetivamente assumida pela universidade burguesa. Essa consideração conduz ao reconhecimento de uma contradição: aquela que opõe o caráter universal do patrimônio intelectual humano à forma social própria das instituições de ensino superior e pesquisa, a qual restringe o acesso dos trabalhadores a esse patrimônio e o subordina às exigências da valorização.

A defesa do trabalho docente, nesse horizonte, consiste em disputar a finalidade social da atividade universitária, para além de qualquer pretensão restauradora do que nunca existiu. Para tanto, o artigo estrutura-se em três momentos mutuamente articulados: primeiro, examina a subordinação do trabalho intelectual à racionalidade do capital em



suas manifestações atuais, com ênfase na pedagogia das competências e no produtivismo acadêmico; segundo, analisa a particularidade brasileira e seus efeitos sobre a produção e a circulação do saber; terceiro, discute as possibilidades de disputa pela destinação social do conhecimento produzido pela humanidade, em contraposição à sua subordinação às necessidades imediatas do capital.

A subsunção do trabalho docente à racionalidade do capital: do ensino para a elevação humana ao ensino de competências comercializáveis

A compreensão do trabalho docente universitário exige situá-lo como momento particular da reprodução capitalista, submetido às exigências de produtividade e adequação às necessidades da acumulação burguesa. Nesse processo, a atividade do professor universitário é deslocada da mediação entre os sujeitos e os saberes historicamente elaborados para a administração de competências, desempenhos e resultados. O ensino converte-se, assim, em treinamento de habilidades imediatamente utilizáveis, ajustadas às oscilações do mercado de trabalho e às demandas de uma sociabilidade que se reproduz sob a lógica do capital. Essa reorientação do trabalho docente não se realiza como imposição mecânica à ambiência acadêmica, mas por intermédio de formas pedagógicas que conferem aparência de autonomia formativa a processos guiados pelas exigências do capital. A pedagogia das competências, hegemônica nos documentos oficiais e nos projetos institucionais brasileiros, constitui a expressão mais acabada desse movimento. Nessa abordagem, o conhecimento perde centralidade como objetivação histórica do gênero humano e cede lugar a desempenhos observáveis, atitudes adaptativas e saberes tácitos, valorizados quando traduzíveis em indicadores suscetíveis de mensuração. O currículo deixa de comparecer como totalidade articulada de saberes e assume a forma de catálogo de conteúdos e fazeres, cuja validade passa a ser aferida por sua utilidade imediata e por sua ressonância no plano individual. A valorização das dimensões afetiva e subjetiva

da vivência discente, nesse contexto, não amplia a formação, mas consagra um processo de ultra individualização que dissolve o vínculo entre a educação universitária e o patrimônio científico, filosófico e cultural produzido pela humanidade. O estudante é convertido em unidade autorreferida, responsável por administrar suas próprias capacidades, enquanto os saberes historicamente elaborados passam à condição de insumos secundários, mobilizados quando úteis à adaptação às exigências do mercado. Ao professor cabe, então, administrar

aprendizagens e capacidades que os próprios estudantes devem desenvolver segundo a lógica do capital humano e da empregabilidade autogerida.

Convém, antes de avançar, delimitar o que a noção de competência designa no interior dessa racionalidade. Embora tomemos como referência as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) para os cursos de Psicologia, sua estrutura e princípios formativos são análogos aos dos demais cursos de graduação no Brasil, de modo que a análise aqui empreendida transcende a especificidade de uma única profissão. As DCN a definem como a capacidade de mobilizar saberes, habilidades e atitudes, bem como de lidar com fatores contextuais, transformando-os em ação efetiva diante dos desafios profissionais (BRASIL, 2023). Conforme demonstra Marise Nogueira Ramos (2011), trata-se de uma concepção que submete o processo formativo a critérios de aplicabilidade, eficácia e utilidade imediata, deslocando o eixo educativo do domínio histórico-crítico dos conhecimentos para o ajustamento individual a uma realidade tomada como imutável em seus fundamentos, anistórica em sua constituição e inevitável em suas transformações, o que, como referido anteriormente, converge com a recusa da realidade objetiva e de seu conhecimento racional, identificada por Lukács (2020) como traço do irracionalismo. A importância atribuída à noção de competência responde a uma necessidade objetiva da reprodução capitalista, na qual a força de trabalho deve apresentar flexibilidade permanente diante das mutações do processo produtivo. A universidade é chamada, nesse horizonte, a capacitar sujeitos para transitar entre funções, atualizar-se continuamente e responder às demandas do capital, sem que lhes seja facultada a apreensão da totalidade das relações sociais nas quais se inserem. O conhecimento científico denso, a leitura rigorosa dos clássicos, a reflexão filosófica e o exame histórico das determinações do ser social tornam-se disfuncionais a essa forma de organização, pois sua apropriação exige tempo, sistematicidade e confronto com as contradições imanentes à sociabilidade capitalista.

O trabalho docente experimenta, nessa conjuntura, uma transmutação qualitativa,

pois além de se submeter a novas exigências administrativas ou a jornadas ampliadas, vê seu próprio conteúdo crescentemente subordinado a finalidades externas à atividade intelectual. A preparação sistemática das aulas, o estudo continuado e a elaboração de percursos formativos capazes de articular teoria e totalidade histórica e material cedem lugar à produção aligeirada de materiais instrucionais, à atenção a plataformas digitais de aprendizagem, à resposta a relatórios e a estratégias avaliativas orientadas por critérios extraídos da gestão empresarial. Na pesquisa, métricas de produtividade privilegiam a publicação massiva em periódicos estrangeiros ou nacionais de pretensão alcance internacional, em detrimento de investigações pautadas pelas necessidades concretas das classes trabalhadoras brasileiras. O que se exige do professor passa a ser, em primeiro lugar, a geração contínua de artigos capazes de alimentar indicadores institucionais e sustentar a competição por posições em *rankings* acadêmicos. Muitos desses textos permanecem sem leitura, sem circulação social efetiva e sem incidência sobre as contradições vividas pela população trabalhadora. Servem, contudo, à composição de corpos editoriais e à sustentação de periódicos cuja finalidade reside na elevação do status na ambiência acadêmica, ensejando um carreirismo esvaziado de significação social, não raro incrementado pela bajulação de pares e de discentes.

A metamorfose descrita incide sobre as condições externas de realização do trabalho e, igualmente, sobre o conteúdo da atividade docente. Assim como o trabalhador diretamente produtivo vê seu labor expropriado do controle sobre o processo e sobre o produto, o professor universitário experimenta uma forma específica de expropriação: perde gradativamente o domínio sobre o sentido do que ensina, sobre os fins do que pesquisa e sobre a direção do que socializa. A aparência de autonomia intelectual que acompanha o trabalho docente oculta, assim, sua inserção em uma atividade cujos fins são sucessivamente definidos por exigências externas à própria elaboração do conhecimento. O professor passa a responder por procedimentos, desempenhos e resultados cuja finalidade não é determinada pela apropriação universal do patrimônio intelectual produzido pela humanidade, mas pelas formas institucionais que subordinam a atividade acadêmica às exigências da valorização. Inserido nessa totalidade, encontra-se diante da possibilidade de adaptar sua atividade à racionalidade dominante ou de afirmar, no interior das contradições institucionais, práticas de resistência voltadas à socialização dos conhecimentos científicos, filosóficos e culturais junto às classes trabalhadoras.

As consequências desse processo manifestam-se nas condições laborais, na saúde e no sentido do trabalho. O adoecimento docente, amplamente documentado e vivido no cotidiano das universidades, não pode ser entendido

como fenômeno físico ou psicológico de caráter individual, como fragilidade subjetiva ou como desajuste pessoal às exigências da vida acadêmica. Ele constitui expressão objetiva do esvaziamento, da separação entre o trabalhador e o conteúdo de sua atividade, entre o produtor e o sentido do que produz. Quando o ensino se reduz à gestão de competências e a pesquisa à produção métrica de artigos, o professor vê-se privado da possibilidade de reconhecer-se em sua obra, de experimentar a atividade como objetivação de suas capacidades humanas e como contribuição à elevação cultural da classe à qual pertence. O sofrimento que emerge dessa condição é, portanto, padecimento social, historicamente determinado, inscrito na materialidade de uma laboralidade que perdeu seu vínculo com os fins humanos que a justificam.

Capitalismo dependente e a particularidade da universidade brasileira: o lugar subordinado do trabalho docente na periferia do capital

A análise do trabalho docente universitário no Brasil exige considerar as mediações que decorrem da inserção subordinada da economia brasileira na divisão internacional do trabalho. A forma específica assumida pelo trabalho intelectual na periferia do sistema não pode ser apreendida como simples reprodução das tendências observadas nos centros hegemônicos do capitalismo. O capitalismo dependente, tal como analisado pela tradição marxista latino-americana, é formalização histórica das leis gerais do capital em condições de subordinação, e não etapa transitória ou desvio em relação a um modelo ideal de desenvolvimento, uma vez que sua reprodução interna se encontra condicionada pelas necessidades da acumulação em escala mundial. Essa condição incide sobre o conjunto da vida social e imprime determinações particulares às formas de produção, circulação e apropriação do conhecimento.

Marx e Engels (2007), em *A ideologia alemã*, demonstram que a divisão social do trabalho ordena a produção material e alcança a própria construção das ideias, instituindo uma separação entre trabalho material e intelectual que participa da reprodução das relações de classe. A concentração da elaboração intelectual em determinadas frações sociais encontra, assim, sua contrapartida na restrição do acesso das massas trabalhadoras às mediações necessárias à apreensão das relações sociais em sua totalidade. Na formação social brasileira, essa cisão articula-se à posição subalterna ocupada pelo país na divisão internacional do trabalho, conferindo à produção intelectual determinações que ultrapassam a organização interna das instituições universitárias.

A transferência de valor, categoria central para a compreensão do capitalismo dependente, possui implicações para o trabalho intelectual e docente. A drenagem de parte do

mais-valor da periferia para os centros hegemônicos impõe às economias dependentes a necessidade de compensar internamente as perdas decorrentes das relações assimétricas que estruturam a acumulação mundial. A superexploração da força de trabalho constitui, nesse movimento, uma mediação fundamental da reprodução dependente. No interior dessa totalidade, o trabalho docente não permanece exterior às formas particulares de exploração que caracterizam a formação social brasileira. A sobrecarga produtiva, a multiplicação de tarefas e a extensão das jornadas para além dos limites formais não podem ser compreendidas apenas como efeitos de mecanismos administrativos internos à universidade, pois também expressam, em sua particularidade, as condições nas quais o trabalho se realiza em uma economia sujeitada às exigências de compensação próprias da dependência.

A internacionalização científica constitui outra dimensão na qual essa subordinação se manifesta. Frequentemente apresentada como indicador de excelência e como via de inserção da universidade brasileira nos circuitos internacionais de produção do conhecimento, ela pode reproduzir relações assimétricas quando os parâmetros de reconhecimento permanecem concentrados nos países centrais. A orientação preferencial das publicações para periódicos situados nesses países, bem como a valorização de estágios pós-doutorais, instituições e circuitos acadêmicos neles sediados, em detrimento da produção, divulgação e intercâmbio de saberes relacionados às determinações histórico-sociais brasileiras, não aponta para uma inserção soberana no debate científico internacional. A internacionalização, quando atravessada por essa assimetria, reproduz no plano intelectual a posição periférica ocupada pelo país no plano econômico. O professor passa a orientar parte significativa de sua produção segundo agendas temáticas, padrões metodológicos e critérios de relevância definidos em espaços externos à realidade na qual seu trabalho se realiza. Os artigos produzidos sob essa lógica podem alcançar reconhecimento nos circuitos acadêmicos internacionais sem necessariamente adquirir incidência sobre os problemas concretos da população trabalhadora brasileira.

Essa assimetria não se limita aos circuitos de publicação. A condição dependente manifesta-se também na relação estabelecida com teorias, métodos e modelos institucionais produzidos nos centros hegemônicos. A importação de formulações intelectuais não constitui, em si, uma questão; torna-se problemática quando prescinde da análise das condições históricas e materiais que lhes deram origem e quando categorias particulares passam a operar como universais incontestáveis. Nessa circunstância, o professor é formado para manejar instrumentos conceituais elaborados alhures, aplicando-os a realidades que permanecem insuficientemente interrogadas a partir

de suas próprias determinações. A pesquisa e o ensino podem, então, reproduzir no plano do pensamento a posição subordinada ocupada pelo país na produção material. O colonialismo e o imperialismo intelectual encontram, nessa relação, condições de renovação, não como sobrevivências exteriores à contemporaneidade, e sim mediante políticas de internacionalização, acordos desiguais de cooperação e critérios de avaliação que atribuem prestígio diferenciado às produções acadêmicas provenientes dos centros hegemônicos

É necessário reconhecer, todavia, que a universidade brasileira não constitui bloco homogêneo inteiramente submetido à condição dependente. Ela permanece atravessada por contradições e pela disputa entre projetos distintos de formação, de ciência e de sociedade. A presença de setores da comunidade acadêmica comprometidos com a crítica da sociabilidade capitalista e com a elaboração de conhecimentos vinculados às necessidades das classes trabalhadoras demonstra que a subordinação não elimina as possibilidades de resistência e elaboração autônoma. A dependência estabelece condições objetivas e limites históricos, mas não suprime a luta no interior dessas mesmas condições. É justamente nessa contradição que o trabalho intelectual pode transpassar a posição meramente reprodutiva que lhe é atribuída, convertendo a experiência histórica local em matéria de elaboração crítica e fazendo da própria condição periférica um objeto de conhecimento, em vez de aceitá-la como destino.

A particularidade brasileira, portanto, não consiste simplesmente em reproduzir, sob condições mais precárias, tendências presentes no capitalismo contemporâneo. Ela resulta da articulação entre a posição subordinada do país na divisão internacional do trabalho, a transferência de valor, a superexploração e as relações assimétricas que atravessam a produção e a circulação do conhecimento. É essa articulação que confere ao trabalho docente universitário uma característica própria na periferia do capital: sua atividade realiza-se em uma instituição cuja produção intelectual participa de relações internacionais desiguais, ao mesmo tempo que conserva a possibilidade contraditória de elaborar conhecimentos capazes de apreender as determinações da própria formação social em que se inscreve.

Considerações finais

A trajetória analítica desenvolvida ao longo deste artigo procurou examinar e explicitar as mediações que conferem ao esvaziamento do trabalho docente universitário sua forma hodierna. A especificidade do Brasil, marcada pela inserção subordinada do país na divisão internacional do trabalho, confere a esse movimento determinações próprias, que incidem sobre a produção e a circulação do conhecimento e sobre as condições concretas em que o professor realiza sua atividade. Trata-se, portanto, do aprofundamento de determinações inscritas na própria forma histórica da universidade sob o capitalismo, e não de uma deformação recente de uma universidade outrora orientada por finalidades estranhas à ordem burguesa. O esvaziamento do trabalho docente, nesse movimento, aponta para a degradação das condições em que a atividade se realiza e, sobretudo, para o progressivo afastamento da formação universitária da apropriação sistemática dos conhecimentos que constituem o patrimônio intelectual da humanidade e, com isso, para o estreitamento de sua destinação social.

Nessa perspectiva, a crítica do trabalho docente não pode alimentar a expectativa de que o Estado burguês ou a universidade constituída sob sua direção possam, por si mesmos, realizar uma finalidade emancipatória. Reconhecer essa determinação significa compreender os limites e as possibilidades da intervenção no interior dessas instituições e disputar, em suas contradições, o sentido do trabalho intelectual e da formação universitária. A luta por condições dignas de trabalho, por políticas públicas e pela ampliação do acesso à educação conserva sua importância concreta, mas não pode converter-se na expectativa de que a administração do Estado burguês suprima as determinações que constituem sua própria forma social.

É nesse terreno que a atividade docente pode assumir deliberadamente uma direção que confronte sua funcionalização aos interesses da burguesia. A questão é orientar conscientemente o ensino, a pesquisa e a socialização do saber para além das necessidades imediatas do mercado, colocando a apreensão dos conhecimentos científicos, filosóficos e culturais mais elevados em relação com as necessidades históricas das classes trabalhadoras,

em oposição à ideia de resgatar hipotética finalidade perdida. Isso implica formar intelectuais e profissionais oriundos dessas classes e, simultaneamente, contribuir para a formação daqueles que, independentemente de sua origem social, estejam comprometidos com seus interesses e com o enfrentamento da dominação burguesa. Nessa direção, a atividade docente pode fazer da produção, da transmissão e da socialização dos saberes mediações para a compreensão das relações sociais e para a intervenção consciente sobre elas.

A universidade pública permanece, assim, permeada por uma contradição que não se resolve pela simples oposição entre reprodução e resistência. Submetida aos interesses burgueses, ela não poderia fazer coincidir o conjunto dos conhecimentos científicos, filosóficos e culturais produzidos pela humanidade com as necessidades imediatas da valorização do capital. A universalidade objetiva desse patrimônio ultrapassa as finalidades particulares que orientam sua apropriação pela sociedade burguesa. É nessa contradição que se situa a disputa pelo trabalho docente: não para atribuir à universidade uma natureza emancipatória que não lhe é característica no tempo presente, mas para colocar os conhecimentos mais elevados já elaborados pela humanidade à disposição das classes trabalhadoras, contribuindo para sua elevação cultural e para a compreensão das determinações que produzem sua própria condição de existência.

A expressão universidade sem conhecimento não identifica uma instituição que deixou de produzir saberes, mas uma universidade que, ao submeter sua produção às finalidades da valorização, restringe às classes trabalhadoras a apropriação do patrimônio científico, filosófico e cultural da humanidade, reservando-lhes, em seu lugar, a fetichização dos saberes tácitos e a valorização das identidades, dos valores particulares e das individualidades, em consonância com formas de subjetivação úteis ao capital. A questão consiste, portanto, em disputar a própria destinação social do conhecimento, em vez de reformar indefinidamente os mecanismos institucionais pelos quais a universidade reproduz sua funcionalidade ao capital. Nessa direção, ensinar implica formar sujeitos capazes de conhecer a ordem que os explora em suas determinações, reconhecer suas contradições e intervir coletivamente sobre elas.

Referências

- BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. *Resolução CNE/CES nº 1, de 11 de outubro de 2023*. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Psicologia. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2023.
- LUKÁCS, Georg. *A destruição da razão*. Tradução de Bernard Herman Hess, Rainer Patriota e Ronaldo Vielmi Fortes. Revisão de Ester Vaisman e Ronaldo Vielmi Fortes. São Paulo: Instituto Lukács, 2020.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. Tradução de Álvaro Pina e Ivana Jinkings. São Paulo: Boitempo, 2000.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Manifesto comunista*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2000.
- RAMOS, Marise Nogueira. *A pedagogia das competências: autonomia ou adaptação?* São Paulo: Cortez, 2001.
- SAAD FILHO, Alfredo. Neoliberalismo: uma análise marxista. *Marx e o Marxismo*, v. 3, n. 4, p. 58-72, jan./jun. 2015.



**Associação dos Docentes da Unesp
Seção Sindical do Andes - Sindicato Nacional**

Praça da Sé, 108, 2º andar, Sala 201, São Paulo, SP. CEP: 01.001-900

Fone: (11) 3242-0125

WhatsApp: (11) 97078-7912

E-mail: adunesp@adunesp.org.br

<http://www.adunesp.org.br>



@adunespcentral



@adunespsecaosindical